História do povo brasileiro

CÉLI REGINA JARDIM PINTO

Uma história do feminismo no Brasil

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pinto, Céli Regina Jardim
Uma história do feminismo no Brasil / Céli Regina Jardim Pinto. — São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. — (Coleção História do Povo Brasileiro)

Bibliografia.
ISBN 85-86469-83-1
1. Feminismo – Brasil - História I. Título. II. Série.
03-1247 CDD-305.420981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Feminismo : Sociologia : História 305.420981

História do povo brasileiro

CÉLI REGINA JARDIM PINTO

Uma história do feminismo no Brasil

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria
Hamilton Pereira – presidente
Ricardo de Azevedo – vice-presidente
Selma Rocha – diretora
Flávio Jorge Rodrigues da Silva – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo
Coordenação Editorial
Flamarion Maués
Editora Assistente
Candice Quinelato Baptista
Assistente editorial
Viviane Akemi Uemura

Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política
Coordenador
Alexandre Fortes
Comitê de História
Célia Reis Camargo, Chico Alencar, Dainis Karepovs, Daniel Aarão Reis Filho, Ecléa Bosi, Elizabeth Cancelli, Jacob Gorender, Luiz Felipe de Alencastro, Marcelo Ridenti, Márcio Meira, Marco Aurélio Garcia, Maria Célia Paoli, Maria Victória Benevides, Michael Hall, Sílvia Regina Ferraz Petersen, Vladimir Sacchetta, Zilda Iokoi.
Coordenador da coleção
Marco Aurélio Garcia
Equipe Editorial
Alexandre Fortes (editor deste volume), Antonio Negro, Fernando Teixeira, Hélio da Costa e Paulo Fontes
Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica
Eliana Kestenbaum
Imagem da capa
Arquivo Edgard Leuenroth/Arquivo de Negativos - DPH
Pesquisa iconográfica
Cia. da Memória
Maurício F. Rivero/Centro Sérgio Buarque de Holanda
Tatau Godinho/Prefeitura do Município de São Paulo
Revisão
Maurício Balthazar Leal
Márcio Guimarães de Araújo

Uma história do feminismo no Brasil

ISBN 85-86469-83-1

1ª edição: maio de 2003

Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 • Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editoravendas@fpabramo.org.br
Na internet: http://www.efpa.com.br

Este livro é dedicado
às Chicas da Silva
às Chiquinhas Gonzaga
e às Leilas Diniz
deste Brasil afora

Sumário

Nota introdutória

Escrever uma história do feminismo no Brasil é uma tarefa bastante peculiar, pois se trata de um fenômeno que ainda vivemos de forma muito presente e sobre o qual ninguém, homens ou mulheres, nas últimas décadas, ficou imune a ter uma opinião. O feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas. Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadã – e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação.

Também é uma tarefa peculiar escrever sobre o movimento pela forma como se organizou: tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas. Sua história, desde os primeiros momentos, mas principalmente após os anos 1960, quando de sua grande vaga, foi pautada por esta multiplicidade, em que os momentos unitários foram efêmeros e com objetivos muito específicos. Reconstruir a história de um movimento fragmentado cujas manifestações vão desde reuniões privadas em casas de intelectuais até reuniões com 3.000 participantes exige algumas escolhas estratégicas, até porque no caso do feminismo muitas vezes a reunião semiprivada tem repercussões tão grande a médio prazo como o grande evento.

Diante de estas peculiaridades, a estratégia que adotei para escrever esta pequena história do movimento feminista no Brasil foi perseguir tendências. Meu objetivo não foi, e teria sido muita pretensão se assim tivesse sido, reconstituir todas as múltiplas manifestações de mulheres solitárias ou organizadas em defesa dos direitos das mulheres; estive muito mais preocupada em traçar um quadro no qual estivessem presentes as tendências que se expressaram e se expressam até hoje no feminismo brasileiro. E com este propósito também sempre cuidei de focar o movimento no cenário brasileiro: o feminismo no Brasil não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras, foi um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular, e este campo estará sempre presente em minhas descrições.

O livro está dividido em quatro capítulos, o primeiro deles dedicado ao que se poderia chamar de primórdios do movimento, que se estende da virada do século XIX para o século XX até 1932, quando as mulheres brasileiras ganharam o direito de votar. Nesta fase identifiquei duas tendências: uma chamei de feminismo "bem-comportado" que tem como liderança Bertha Lutz e se constitui em um movimento bastante organizado. Uma segunda tendência abriga uma gama heterogênea de mulheres que se posicionam de forma muito mais radical frente ao que identificavam como dominação do homem. Neste grupo encontramos desde mulheres intelectualizadas que publicavam jornais até anarquistas e líderes operárias. Esta é a face "malcomportada" do feminismo da época.

Os três outros capítulos tratam do feminismo pós-1968, ou seja, do grande movimento social de alcance mundial que tomou conta das últimas décadas do século XX e que parece ainda estar longe de seu fim. Antes de comentar brevemente o que cada um destes capítulos conterá, vale uma pequena nota sobre este longo período de tempo que se estende de 1932 até as primeiras manifestações nos anos 1970. Este foi um período de refluxo do movimento feminista. O movimento liderado por Bertha Lutz ainda tentou algumas intervenções no período do governo provisório pós-1930 e na breve experiência constitucional interrompida com o golpe de 1937. Após este ano o movimento praticamente morre.

Desde a redemocratização em 1946 e, principalmente, durante a década de 1950 até o golpe militar de 1964, as lutas sociais estavam, no Brasil e no mundo, muito determinadas pela vaga socialista e pela utopia comunista, em que não

havia espaço para lutas, chamadas na época de particularistas, como a que seria levada posteriormente pelas mulheres. Com isto não se está afirmando que durante este longo período as mulheres não tiveram nenhum papel no mundo público; muito pelo contrário, houve momentos importantes de participação da mulher, como o movimento no início da década de 1950 contra a alta do custo de vida. Estes movimentos, entretanto, não são feministas no sentido de lutarem pela transformação da condição da mulher na sociedade. Serão referidos ao longo dos capítulos de forma muito circunstancial, pois fogem aos limites deste livro.

Os três capítulos que discutem o feminismo pós-1968 estão divididos praticamente por décadas. Esta não foi uma opção inicial, mas os temas, na medida em que foram sendo organizados, quase que determinaram esta forma de apresentação. O segundo capítulo trata do surgimento do feminismo brasileiro na década de 1970, em meio ao período mais radical da ditadura militar. O feminismo emergiu em pleno governo Médici, o que determinou que tenha surgido dentro e fora do país: boa parte do feminismo brasileiro surgiu no exílio.

O terceiro capítulo tem como centro a década de 1980 e trata das formas como o feminismo enfrentou a redemocratização, em que duas questões tiveram de ser enfrentadas: a unidade do movimento ameaçada pela reforma partidária de 1979, que dividiu as oposições, e, posteriormente, a relação do movimento com os novos governos democráticos que viriam a se estabelecer, principalmente quando o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) começou a ganhar eleições estaduais.

O quarto e último capítulo trata da década de 1990 e de algumas características do movimento na virada do século. É uma história do presente e como tal corre sérios riscos, os quais assumo não sem medo. Não tive, novamente, a pretensão de abarcar todas as manifestações do feminismo na atualidade. Minha preocupação foi indicar uma tendência que aponta para a profissionalização via ONGS (organizações não-governamentais) e para uma nova forma de fragmentação, não de formas de manifestação, mas de temas e sujeitos. A profissionalização talvez esteja nos indicando que, depois de uma década inicial de um feminismo "mal-educado", estejamos assistindo a uma fase de "feminismo bem-educado". Bem, esta é apenas uma leitura dentre tantas outras possíveis.

Este livro não é fruto de uma pesquisa histórica exaustiva. Este não foi o seu objetivo. As informações que trago foram em sua grande maioria coletadas por

mulheres que realizaram trabalhos anteriores. A elas devo, na verdade, a possibilidade de ter escrito este trabalho. Certamente vou deixar de fora algumas contribuições importantes, mas seria por demais injusto não citar neste momento algumas autoras cujos trabalhos foram básicos para a escritura deste pequeno livro: Albertina Costa, Anette Goldberg, Mary Castro, Moema Toscano, Mirian Goldberg, Mirian Grossi, Miriam Moreira Leite, Schuma Shumaher, Sonia Alvares, Vera Soares.

Apesar da imensa contribuição, diria até de uma quase co-autoria destas escritoras do feminismo, tenho consciência de que muitas manifestações deste abrangente e fragmentado movimento ficaram de fora, por limitações de espaço ou por escolhas de minha inteira responsabilidade. As informações que trago objetivam exemplificar tendências e pontuar os momentos fundamentais do feminismo brasileiro. É uma pequena história do feminismo, entre muitas outras que poderiam ser contadas.

Céli Regina Jardim Pinto

Em busca da cidadania

Desde os primórdios da Revolução Francesa, no século XVIII, é possível identificar mulheres que de forma mais ou menos organizada lutaram por seu direito à cidadania, a uma existência legal fora da casa, único lugar em que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães. Fora dos limites da casa restavam-lhes a vida religiosa ou a acusação de bruxaria. Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as lutas e manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e de serem votadas. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo.

No Brasil, da mesma forma, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras. Esta luta esteve definitivamente associada ao nome de Bertha Lutz, que exerceu uma inegável liderança durante a década de 1920 e se manteve ligada às causas da mulher até sua morte em avançada idade, na década de 1970. Entretanto, não se pode reduzir a presença de manifestações feministas na época ao sufragismo de Bertha Lutz. Este capítulo inicial trata de um conjunto diverso de manifestações que começaram ainda no século XIX e se estenderam

Bertha Lutz, uma das expoentes da primeira fase do feminismo no Brasil. Na foto maior, ela aparece em campanha pelo sufrágio feminino em 1928.

pelas três primeiras décadas do século XX. Como veremos, algumas dessas mani-
festações são organizadas, outras são vozes solitárias de mulheres que se rebelam
contra as condições em que viviam na época. O feminismo daquele período es-
teve intimamente associado a personalidades. Mesmo quando apresentou algum
grau de organização, esta derivava do esforço pessoal de alguma mulher que, por
sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis
para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direi-
tos para as mulheres.

Mesmo considerando a importância da ocorrência da excepcionalidade no
desenvolvimento do feminismo nas primeiras décadas do século XX, ainda assim
é possível identificar diferentes vertentes no movimento. Pelo menos três são
claras. A primeira delas, a mais forte e organizada, é a liderada por Bertha Lutz,
que tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador
de direitos políticos. Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com
alcance nacional, chegando a uma institucionalização surpreendente. Porém, como
veremos mais adiante, tem limites muito precisos: nunca define a posição de
exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. A luta
pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como

um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com
a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs. Esta
parece ser a face bem-comportada do feminismo brasileiro do período.

A segunda vertente é a que se poderia chamar de feminismo difuso, o qual
se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. São
mulheres cultas, com vidas públicas excepcionais, na grande maioria professo-
ras, escritoras e jornalistas. Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas
mulheres têm um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mu-
lher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher
fora do mundo público. Em seus textos, tocam em temas delicados para a época,
como sexualidade e divórcio. Esta é uma face menos comportada do feminismo
brasileiro do início do século XX.

A terceira vertente se manifesta no movimento anarquista e, posteriormente,
no Partido Comunista. Trata-se de mulheres trabalhadoras e intelectuais, mili-
tantes desses movimentos de esquerda que defendem a liberação da mulher de
uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão da exploração do traba-
lho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e co-
munistas. O menos comportado dos feminismos no período tem como grande
expoente Maria Lacerda de Moura.

Sufragismo à brasileira

Já no século XIX apareceram mulheres que lutaram pelo direito ao voto,
porém de forma individual, solicitando seu alistamento como eleitoras e candi-
datas. Em 1881 a dentista gaúcha Isabel de Sousa Matos requereu, com base em
uma lei que facultava o voto aos portadores de títulos científicos, o direito a se
alistar. Foi vitoriosa em sua cidade natal, mas teve o direito suspenso quando
tentou se alistar no Rio de Janeiro em 1890. Ainda no século XIX, Isabel Dilon se
apresentou na Bahia como candidata à Constituinte, mas não conseguiu se alistar.

A questão do direito ao voto para as mulheres tinha atualidade e foi discuti-
da na Constituinte republicana de 1891, tendo como defensores figuras tão ilus-
tres como os posteriores presidentes da República Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa
e Hermes da Fonseca. O projeto não foi aprovado, mas a Constituição não proi-

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL (1891)

Art. 70 São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.

§ 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos Estados:

1º Os mendigos;

2º Os analfabetos;

3º As praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regras, ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

§ 2º São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

biu explicitamente o voto das mulheres. A não-exclusão da mulher no texto constitucional não foi um mero esquecimento. A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos. A Constituição estabeleceu que eram cidadãos brasileiros aqueles nascidos no Brasil, e eram eleitores os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos. Conforme o senso comum da época, quando o legislador usou o substantivo "cidadão" no masculino, não estava se referindo ao termo universal que abrange homens e mulheres, mas exclusivamente aos homens. Esta aparente falta de cuidado em não nominar a exclusão da mulher deriva também do senso comum da época: a evidência de uma natural exclusão da mulher, que para tanto não necessitava ser nem mesmo mencionada. Mesmo quando a Constituição aponta explicitamente quem não está apto a votar, a mulher não é citada. Com base neste esquecimento, muitas mulheres requereram alistamento ao longo dos mais de 40 anos em que vigorou a Constituição de 1891.

A República brasileira que se institucionaliza a partir desta Constituição estava muito longe de ter qualquer semelhança, na prática, com os princípios liberais que a Carta estabelecia. Nascida de uma luta da oligarquia rural contra o centralismo monárquico, seus partidários eram na verdade muito mais federalistas que republicanos. O federalismo em um país rural recém-saído da escravatura, com uma imensa população de pobres, sem uma tradição de valorização do trabalho e de valores igualitários, foi completamente incapaz de ser base para a construção de uma cidadania republicana. Nessas condições, o que regeu o Brasil

até a década de 1930 foi um pacto entre coronéis regionais liderados pelas duas mais fortes oligarquias estaduais do país: a de São Paulo e a de Minas Gerais.

Assim funcionou o Brasil até a ruptura ocorrida com a Revolução de 1930. Mas a república oligárquica trazia suas contradições, que provocavam fissuras no pacto e possibilitavam o aparecimento ao longo do período de importantes manifestações de grupos até então excluídos da política e mesmo do mundo público em geral. Essas contradições aparecem tanto dentro da própria oligarquia como em decorrência das transformações que o país sofreu, principalmente a partir da década de 1910. No interior da oligarquia, a tensão relevante no que diz respeito ao feminismo é a derivada de núcleos familiares de pais cultos: famílias de muitas posses algumas vezes produziam filhos eruditos, detentores de títulos universitários. Praticamente sem exceção, é dentro desses núcleos familiares diferenciados que surgiam as principais vozes femininas contrárias à opressão da mulher. Não havia nessas famílias condutas éticas diversas ou formas alternativas de pensar o papel da mulher, mas um ambiente distinto que possibilitou às filhas o acesso ao mundo culto da leitura e da valorização da educação.

Fora do mundo da oligarquia, o Brasil, a partir da década de 1910, foi marcado por algumas transformações importantes que apontam o surgimento de uma cultura urbana, calcada em uma incipiente classe média e em uma não menos incipiente classe operária. As duas campanhas de Rui Barbosa para a Presidência da República (1909 e 1919), apesar de derrotadas, são reveladoras de que havia condições na sociedade brasileira para o surgimento de vozes que defendiam direitos e liberdades pouco presentes até aquele momento na política nacional[1]. Parte deste mesmo processo foram as greves de 1917, com forte presença anarquista, e a fundação, em 1922, do Partido Comunista do Brasil. Neste mesmo ano aconteceu em São Paulo a Semana de Arte Moderna, que buscava, no campo das artes, o rompimento dos cânones ditados pelo mundo europeu.

O processo de urbanização, acompanhado do surgimento de camadas médias e operárias, criou um caldo de cultura para o aparecimento de novas formas de organização da sociedade. O movimento das mulheres parece ser um exemplo das formas que essa organização podia tomar e aponta para um aspecto importante: não se tratava apenas de um grupo que lutava diante das instâncias do Estado, ou que simplesmente buscava deputados para propor projetos de seu interesse, mas de uma estratégia mais complexa. O uso constante dos jornais, a

presença em eventos públicos e até a realização de uma passeata mostram que essas mulheres não eram apenas exceções excêntricas em uma época de recato, mas pessoas que pretenderam ampliar sua base de apoio buscando formar uma opinião pública a seu favor.

Partido Republicano Feminino

Inconformadas com a não-aprovação do voto feminino pela Constituinte, um grupo de mulheres fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino. Esse pequeno partido merece atenção especial pela ruptura que representou. Se não por outra característica, simplesmente pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação, portanto, teria de ocorrer fora da ordem estabelecida. Devemos ter presente que um partido político é a organização de um grupo de pessoas que propõe à sociedade um programa para chegar ao governo por meio de eleições. Daí ser muito significativa a estratégia das mulheres não-detentoras de direitos políticos de criar um partido e, dessa forma, se colocarem em uma arena onde suas manifestações eram consideradas ilegítimas por não serem cidadãs dotadas de direitos. As fundadoras do partido poderiam ter criado um clube ou uma associação, mas preferiram organizar um partido, tomando assim uma posição clara em relação ao objetivo de sua luta, isto é, se tornarem representantes dos interesses das mulheres na esfera política.

O estatuto do partido dá uma idéia muito clara do que pretendiam essas mulheres: não defendiam apenas o direito ao voto, mas falavam de emancipação e independência. Atribuíam à mulher qualidades para exercer a cidadania no mundo da política (o patriotismo) e no do trabalho. E, extrapolando a questão dos direitos, propugnavam o fim da exploração sexual, adiantando em mais de 50 anos a luta das feministas da segunda metade do século XX.

As trajetórias das duas principais fundadoras do partido refletem muito bem os objetivos de sua fundação. A professora Leolinda Daltro foi uma mulher muito diferente das de seu tempo. Criou cinco filhos separada do marido e, a partir de 1895, percorreu sozinha o interior do Brasil, passando por Minas Gerais e Goiás, chegando à fronteira do Maranhão, em uma cruzada em defesa dos

REGIMENTO DO PARTIDO REPUBLICANO FEMININO

§ 2º Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século. [...]

§ 4º Pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira. [...]

§ 7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo.

Diário Oficial, 17 de dezembro de 1910.

índios, contra o extermínio e o autoritarismo da catequese. Em 1909 requereu alistamento eleitoral e, não conseguindo, fundou o Partido Republicano Feminino. A outra fundadora do partido foi Gilka Machado, poetisa que escandalizou seus contemporâneos com seus poemas eróticos. Leolinda e Gilka conseguiram colocar na imprensa carioca a questão do voto.

> "Fazia parte de sua estratégia comparecer a todos os eventos que pudessem causar repercussão na imprensa. [...] Chegou a promover em novembro de 1917 uma marcha pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 90 mulheres."

Em 1919, Leolinda tenta sem sucesso se candidatar à Intendência do Rio de Janeiro[2].

Em que pese a presença de apenas 90 mulheres, a existência dessa marcha em si é reveladora de uma militância que desafiava e ao mesmo tempo buscava dar publicidade a sua causa. Deve-se ter presente que aquela era uma época em que a rua era interditada para as mulheres, que nela transitavam apenas por estrita necessidade, e sempre acompanhadas. Nesse cenário, o fato de 90 mulheres terem saído em passeata tem um sentido muito especial, de enfrentamento à ordem estabelecida.

Aqui deve-se chamar a atenção para o ambiente brasileiro no ano da fundação do partido: em 1909 o Brasil vivera a primeira campanha eleitoral para pre-

Leolinda Daltro, presidente do Partido Republicano Feminista, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em 1917.

sidente da República em que dois candidatos se colocavam em campos opostos. De um lado, Hermes da Fonseca, militar, que surgira de um vácuo no pacto oligárquico; de outro, Rui Barbosa, que percorreu o país em sua autodenominada Campanha Civilista pregando reformas para moralizar o regime republicano e possibilitar uma integração mais real das camadas médias nascentes na política brasileira. Ainda que um corolário de defesa dos direitos individuais liberais, o programa de Rui Barbosa não citava a incorporação da mulher na política por meio do voto. Isto, entretanto, não é suficiente para descartar uma possível influência de um ambiente político de discussão que a campanha de fato provocou

nas grandes cidades. Os resultados eleitorais são comprovadores: Hermes da Fonseca foi eleito, mas Rui Barbosa ganhou nos grandes centros urbanos, onde o voto era mais independente e espelhava melhor a vontade do eleitor. Portanto, existia uma efervescência política e começava a se formar uma opinião pública em contraposição ao pacto oligárquico.

O Partido Republicano Feminino desapareceu nos últimos anos da década de 1910, época em que Bertha Lutz retornou de Paris e começou a organizar o embrião do que viria a ser a maior expressão do feminismo da época, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). Todavia, não parece razoável entender a FBPF como uma continuação do partido, ou atribuir ao surgimento de um o desaparecimento do outro. Parece haver fortes indícios de que o partido e a federação, como veremos nas próximas páginas, representavam estratégias diversas tomadas por mulheres com trajetórias distintas. Mesmo durante o período de grande atuação da FBPF, algumas mulheres tiveram significativo destaque na luta pelo voto sem ter nenhuma relação com a federação.

A Federação Brasileira para o Progresso Feminino

A história da Federação Brasileira para o Progresso Feminino está intimamente relacionada à volta ao Brasil de Bertha Lutz em 1918, depois de um longo período de estudo em Paris.

Bertha Lutz, filha de uma enfermeira inglesa e de um dos mais importantes cientistas brasileiros de seu tempo, Adolfo Lutz, teve uma condição muito específica, que definiu sua trajetória: a de pertencer a duas elites ao mesmo tempo, a econômica e a intelectual. Estudou em Paris, onde entrou em contato com as sufragistas, formando-se em biologia na Sorbonne. Ao retornar ao Brasil, passou a exercer o cargo de bióloga por concurso público no Museu Nacional. Bem mais tarde, em 1934, formou-se em direito, tendo também uma grande atuação nessa área. Portanto, temos aqui três condições excepcionais e fundamentais na construção dessa liderança: condições econômicas – só os muito abastados poderiam sustentar uma filha em Paris –, condições culturais dos pais – que permitiram essa trajetória tão rara a uma mulher brasileira

Reunião da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, na década de 1920.

– e finalmente a atuação profissional, também rara, de uma cientista no serviço público da época.

Nos primeiros anos de seu retorno ao Brasil, Bertha Lutz escreveu em jornais e viajou novamente para a Europa e os Estados Unidos representando o país no Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e na I Conferência Pan-Americana da Mulher nos Estados Unidos. Esteve, portanto, desde o início de sua militância profundamente influenciada pelo ambiente de efervescência das idéias feministas do hemisfério norte. Em uma de suas primeiras manifestações na imprensa brasileira, foi enfática ao enaltecer os direitos conquistados pelas mulheres "louras, das raças anglo-saxônicas, germânicas, escandinavas e eslavas"[3]. De volta de sua viagem aos Estados Unidos trouxe consigo duas líderes feministas, a presidente da Associação Americana das Mulheres e uma representante da Aliança dos Sufrágios da Holanda, para participarem do Congresso Internacional Feminino que iria promover. A presença dessas mulheres em um país tão distante como o Brasil dá a medida da consideração de que Bertha Lutz era alvo no exterior e também de seu poder econômico, pois tudo indica que ela tenha financiado a viagem.

AS MULHERES MORENAS

"As mulheres russas, finlandesas, dinamarquesas e inglesas – quer dizer, uns 120 milhões na velha Europa, já partilham ou brevemente partilharão do governo, não só contribuindo com o voto como podendo ser elas próprias eleitas para o exercício do Poder Legislativo. [...] Só as mulheres morenas continuam, não direi cativas, mas subalternas. [...] Todos os dias se lêem nos jornais e nas revistas do Rio apreciações deprimentes sobre a mulher. Não há, talvez, cidade no mundo onde menos se respeite a mulher. Existem até seções de jornais que se dedicam a corrompê-la ou a injuriá-la."

Revista da Semana, 14 de dezembro de 1918.

Esses primeiros passos de Bertha Lutz na militância são reveladores de uma característica muito central e particular dessa mulher, que será definidora de sua atuação ao longo das próximas décadas. Ao contrário de grande parte das feministas, mesmo as oriundas da elite econômica, Bertha Lutz tinha reconhecimento e trânsito na elite política da época. Isso é duplamente importante na medida em que dá elementos para explicar tanto as facilidades encontradas por ela e suas seguidoras para levar adiante suas iniciativas como a própria forma bem-comportada de sua luta. Bertha lutava pelos direitos negados pelo Estado brasileiro à mulher, mas ao mesmo tempo era representante oficial desse mesmo Estado em conferências internacionais.

Em 1922, após voltar dos Estados Unidos, organizou o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. Na mesma ocasião nascia, de fato, a FBPF, a mais importante e conhecida organização em defesa dos direitos da mulher no período. Já nesse congresso aparecem registros de representantes de São Paulo e Ceará. É interessante observar que ao longo da década de 1920 a idéia da federação espalhou-se pelo país. Há notícia da criação de federações em Minas Gerais, Paraíba, Bahia, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte. Não há dados sobre o alcance desses núcleos, mas mesmo que tenham sido muito pequenos é surpreendente que em época de comunicação tão difícil e de deslocamentos que exigiam longos períodos de tempo houvesse a proliferação das idéias dos direitos das mulheres em estados tão distantes do Rio de Janeiro, centro principal de irradiação do movimento.

I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, em 1922.

A luta central da FBPF era pelo direito ao voto, e, sem dúvida, encontrou eco entre alguns políticos da República. No I Congresso já havia deputados presentes e, durante toda a década de 1920, o senador e depois governador do estado do Rio Grande do Norte Juvenal Lamartine foi um forte aliado de Bertha Lutz. A relação entre Lamartine e a FBPF é esclarecedora da forma que tomou essa luta. No Congresso Nacional Lamartine foi virtualmente o representante dos interesses da federação, dando, por pressão desta, parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça em 1927 ao projeto que legalizava o voto das mulheres. O projeto não foi aprovado no plenário do Senado.

Três acontecimentos relacionados diretamente com a luta da FBPF que tiveram lugar nos últimos anos da década de 1920 permitem visualizar a complexidade e as contradições do movimento feminista da época: o primeiro deles é a composição da comissão de mulheres que pressionou Lamartine para que ele desse um parecer favorável ao projeto. Além de Bertha Lutz, formavam a comissão Jerônima Mesquita, filha do barão e da baronesa do Bonfim, que vivera na França e na Suíça por dez anos; Ana Amélia Carneiro de Mendonça, filha de um engenheiro proprietário da Siderúrgica Esperança, que "foi educada por preceptoras estrangeiras, com as quais aprendeu inglês, francês e alemão"; e Maria Eugênia Celso, filha do conde e historiador Afonso Celso e neta do visconde de Ouro Preto. Evidentemente, essas mulheres também desafiaram os moldes de sua época, escreveram e se expuseram publicamente, mas é importante enfatizar o caráter altamente elitista do grupo que se poderia chamar de "núcleo duro" da FBPF.

Os dois outros acontecimentos vão em direção bastante diversa e apontam para uma característica já mencionada anteriormente, a busca de apoio na opinião pública. O primeiro desses eventos foi o abaixo-assinado levado ao Senado pelas representantes da federação quando da votação do projeto em 1927. O documento, que respaldava a pretensão das líderes, tinha 2.000 assinaturas de mulheres de todo o país, o que é revelador da rede nacional que havia sido construída. Novamente deve-se ter presente as imensas dificuldades de comunicação do Brasil e o fato de a maioria das mulheres viver nos limites de suas casas e serem analfabetas.

Finalmente, o terceiro evento é o mais curioso deles. Também no ano de 1927, Bertha Lutz e Carmem Portinho se engajaram na campanha para governador de Juvenal Lamartine no Rio Grande do Norte, onde ele, se eleito, garantia implantar o voto feminino. As duas "proferiram palestras, concederam entrevistas à imprensa local e lançaram panfletos sobre a cidade, a bordo de um monomotor"[4].

A maioria das mulheres que mais se destacaram na federação e representaram seus estados nos congressos tinha pais intelectuais, militares e políticos ou dedicados a profissões urbanas de elite, como medicina, direito, engenharia. Isso se verifica tanto para mulheres do então Distrito Federal como para as que

Rio do Grande do Norte: a primeira lei do voto feminino

"Eleito presidente do estado [Juvenal Lamartine] articulou para que os parlamentares estaduais elaborassem uma nova lei eleitoral que permitia o voto feminino. Coube ao seu antecessor, ainda em exercício do mandato, José Augusto Bezerra de Medeiros, sancionar a lei. Foi a porta aberta para uma avalanche de mulheres que recorreram à Justiça do estado para garantir o seu direito de votar e serem votadas. A corrida pelo alistamento foi iniciada por Julia Alves Barbosa e Celina Guimarães Viana, uma professora de Mossoró que se tornou a primeira eleitora do Brasil a partir do parecer favorável concedido pela justiça local a 25 de novembro de 1927."[5]

vinham de estados distantes. Todas também foram destacadas profissionais e, em que pese a presença de um número grande de professoras, havia entre elas um surpreendente número de advogadas e jornalistas, contando-se também uma médica (Francisca Frois, a primeira médica do Brasil), uma engenheira (Carmem Portinho) e até a primeira aviadora do país, Anésia Pinheiro Machado. A federação era composta, portanto, por um grupo bastante homogêneo, e é interessante notar que eram essas mulheres com tal inserção social e cultural que lutavam por direitos políticos por meio da pressão junto aos poderes constituídos, no caso deputados e senadores.

Apesar da homogeneidade do grupo, nem sempre a liderança de Bertha Lutz foi inconteste. No final da década de 1920, a advogada gaúcha Natércia Silveira disputou a liderança da FBPF. Natércia acabou por se retirar da federação quando apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1929, criando um conflito aberto com Bertha Lutz, que via no engajamento político um perigo para a causa do voto feminino.

Em suma, se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais.

Na campanha pelo voto, a luta não se restringiu à FBPF. Houve diversas formas de luta, como as sucessivas tentativas de algumas mulheres de se alistarem como eleitoras e mesmo como candidatas. Nenhuma delas se filiou à federação, onde a luta ocorria no estrito limite da legalidade.

Algumas mulheres tiveram grande destaque na luta pelo voto em seus estados, sem ter qualquer relação com a federação. Dois exemplos são ilustrativos dessas trajetórias diversas: Elvira Komel e Julia Alves Barbosa. Elvira tornou-se a primeira mulher mineira eleitora em 1928. Formada em direito no Rio de Janeiro, com apenas 23 anos abriu a primeira banca feminina de advocacia em Belo Horizonte, envolvendo-se em movimentos contra a oligarquia dominante na região. Durante a Revolução de 1930, Elvira criou o Batalhão Feminino

Uma eleitora vota, em 1933, para a Constituinte de 1934, no Rio de Janeiro.

João Pessoa, alistando 8.000 mulheres que trabalharam na retaguarda do movimento revolucionário. Com o fim da revolução, transformou o batalhão em uma associação para lutar pelos direitos das mulheres. Em 1931 promoveu o I Congresso Feminino Mineiro, que, segundo as fontes, teve grande repercussão local. Elvira morreu em 1932, com 26 anos. A outra mulher que requereu o alistamento com sucesso foi Julia Alves Barbosa, do Rio Grande do Norte, em 1927, que defendeu seus direitos em audiência sob a alegação de ter "qualificação de maior, solteira, com rendimentos próprios, portanto apta a exercer sua cidadania"[6]. Esta audiência despertou muito interesse e curiosidade em Natal e está registrado que a ela compareceram advogados, jornalistas e mulheres representando movimentos organizados. Em decorrência da atitude de Julia, 16 outras mulheres também ganharam o direito de votar no Rio Grande do Norte e a própria Julia foi eleita para a Câmara Municipal de Natal.

Se em Minas Gerais uma mulher que estava quebrando tabus conseguia juntar 8.000 mulheres para trabalharem por uma revolução e se em Natal outra jovem mulher mobilizava a sociedade usando o argumento de ser solteira e independente

para ter direito ao voto, isso significa que havia um movimento de opinião que acolhia esses comportamentos. Não se tratava unicamente de mulheres com idéias estranhas para sua época ou apenas excepcionais, pela cultura ou pela coragem. Poderiam até ser tudo isso, mas um novo espírito de época, do qual eram ao mesmo tempo frutos e construtoras, começava a tomar forma nas cidades, por meio de movimentos de opinião que buscavam alastrar a participação política por intermédio da inclusão de setores que dela haviam sido alijados pelas oligarquias.

A luta pelo direito ao voto da mulher chegou a seu fim em 1932, quando o novo Código Eleitoral incluiu a mulher como detentora do direito de votar e de ser votada. Mas a FBPF não diminuiu suas atividades nos primeiros anos da década de 1930: tentou, sem sucesso, eleger Bertha Lutz para a Constituinte de 1934; pressionou parlamentares para incluírem na Constituição novos direitos para a mulher; promoveu uma convenção nacional na Bahia, que pretendeu dar nova estrutura hierárquica e burocrática à federação com o objetivo de transformá-la em uma grande organização nacional. É bastante curiosa a forma como a federação pretendeu se organizar: além de uma estrutura fortemente hierarquizada com uma presidente, uma líder nacional e secretárias estaduais, foi indicado com detalhes o ritual que os encontros deveriam seguir, incluindo a execução de hino próprio. Também foi criada uma simbologia, com bandeira, distintivo e flor oficiais.

Em 1936, Bertha Lutz, que ficara como suplente na eleição para a Constituinte, assume a cadeira de um deputado que havia morrido e, no mesmo ano, a federação promove o III Congresso Nacional Feminista. Constavam da pauta, naquele ano, projetos para pressionar o Legislativo a aumentar os direitos das mulheres, mas o golpe de 1937 calou toda a movimentação. A FBPF não foi extinta, mas perdeu completamente seu espaço. Mesmo depois da redemocratização, em 1945, não teve mais expressão no cenário brasileiro.

O jornalismo feminista

Durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, a luta pela liberdade de informação era uma constante entre todos os que pretendiam de alguma maneira reformar o regime político brasileiro ou mudar as formas hierárquicas e

Posse de Bertha Lutz na Câmara dos Deputados, em 1936.

excludentes que regiam as relações entre as pessoas no Brasil. Ter uma opinião independente, formada a partir do conhecimento objetivo dos fatos, parece ter sido um dos grandes mitos do pensamento reformador do período. Ainda nos tempos da fundação do país, na Constituição de 1824, as exclusões do direito de votar derivavam em muito da idéia de que alguns, por sua dependência econômica, não tinham liberdade para formar opinião. Já na República, reformadores como Assis Brasil e Rui Barbosa colocavam a imprensa livre como a base de uma verdadeira democracia. O primeiro deles era, inclusive, contra o voto da mulher, por entender que ela não tinha liberdade em relação ao marido para formar a sua própria opinião.

Nesse ambiente, qualquer grupo com pretensão de se apresentar à sociedade com novas idéias buscava a imprensa para se expressar, para formar uma opinião pública a seu favor. Evidentemente isso ocorria no Brasil nos limites estritos de uma classe média urbana e culta. Mesmo assim, era de uma questão de menor importância, na medida em que enfrentava a tradição brasileira, na qual as ques-

tões públicas adquiriam para as elites *status* de questões privadas, resolvidas nos salões de festa das oligarquias. A propaganda visando conquistar adeptos apareceu como novidade no mundo brasileiro, e as mulheres se destacaram nesse cenário na busca da divulgação de seu ideário. Muitas mulheres buscavam adeptas, queriam formar um movimento de opinião a favor das idéias de libertação, e isto tem sua originalidade. É um tipo de feminismo distinto do de Bertha Lutz e das demais integrantes da FBPF, muito mais pragmáticas, preocupadas com ações dirigidas aos detentores do poder.

Bertha Lutz escreveu inúmeros artigos em jornais defendendo o voto da mulher e outros direitos civis, mas o que se enfatiza aqui é a diferença de postura entre uma mulher que escrevia na grande imprensa e as feministas que sustentavam pequenos jornais, muitas vezes artesanais, em que eram publicados artigos e opiniões mais radicais sobre a condição da mulher.

As atividades de mulheres feministas em jornais foram bastante expressivas e espalharam-se pelo país, pois na época, além dos jornais que circulavam nas capitais, havia um número incontável de pequenos jornais, tanto de interesse geral

> ***O QUE QUEREMOS***
>
> "Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;
> Queremos reaver nossos direitos perdidos;
> Queremos a educação verdadeira que não nos têm dado a dom de que possamos educar também nossos filhos;
> Queremos a instrução para conhecermos nossos direitos e deles usarmos em ocasião oportuna;
> Queremos conhecer os negócios de nosso casal para bem administrá-los quando a isso formos obrigadas;
> Queremos, enfim, saber o que fazemos, o porquê, o pelo quê das coisas;
> Queremos ser companheiras de nossos maridos e não escravas;
> Queremos saber como se fazem os negócios fora de casa;
> Só o que não queremos é continuar a viver enganadas."
>
> Francisca Senhorinha Motta Diniz
> ("O que queremos?". Publicado em *O Sexo Feminino*, 25 de outubro de 1873.)[8]

como de associações, sindicatos, grêmios literários ou que tratavam de assuntos específicos. Esses jornais algumas vezes tinham à sua frente uma ou duas pessoas, que dedicavam suas vidas para mantê-los em circulação. Isso acontecia em um país onde mais da metade da população vivia no campo, e sua grande maioria era analfabeta. No caso das mulheres, os índices de analfabetismo eram ainda mais alarmantes, mas mesmo assim os jornais de diferentes tamanhos e alcances tinham importância para divulgar notícias e construir opinião. A presença dessa intensa atividade jornalística deve-se a uma característica da época que pode passar despercebida ao observador atual: a mensagem escrita era a única forma de comunicação de massas. Daí a proliferação de jornais, pasquins e panfletos.

Segundo Buitoni, pesquisadora da imprensa feminina no Brasil, as primeiras publicações, ainda no início do século XIX, tinham como tema quase exclusivo a moda. Entretanto, logo apareceram revistas que falavam de política, literatura e cultura em geral, além de culinária e moda. A maioria dessas publicações era efêmera, não durando mais do que cinco ou seis números. A partir de 1850, ainda segundo a pesquisadora, surgiram no Rio de Janeiro muitas revistas desse tipo, como a literária *Novelista Brasileiro*, a de moda *Revista Quinzenal* e o *Jornal das Senhoras*, este possivelmente redigido pela primeira mulher considerada jornalista no Brasil, Candida do Carmo Souza Menezes. São inúmeros os exemplos desse tipo de literatura que se ocupava das mulheres mas não problematizava sua condição[7].

Francisca Senhorinha Motta Diniz foi possivelmente a primeira mulher a fundar um jornal no Brasil com o objetivo de divulgar a "causa das mulheres". Em 1873 fundava em Minas Gerais *O Sexo Feminino*, que teve dois anos de duração naquele estado. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e reeditou o jornal, que durou até 1890, passando a chamar-se *15 de Novembro do Sexo Feminino* a partir da Proclamação da República. Este era um jornal que tinha tiragem quinzenal e algumas peculiaridades, pois além da preocupação com o voto, generalizada entre as mulheres que lutavam por direitos, interessava-se pelos direitos civis. Já em 1873, Francisca Diniz alertava em artigo para a ignorância em que as mulheres se encontravam em relação a seus direitos no casamento e o perigo a que estavam expostas diante de maridos que faziam do casamento uma forma de enriquecer. Segundo Francisca, as mulheres tinham de estar conscientes de seus direitos e não podiam se deixar enganar. Diante dessa situação, pregava uma educação real das mulheres, que as levaria à emancipação.

Na sua última fase, já durante a República, o jornal tornou-se mais político, advogando a luta pelo voto e dando exemplo da vida pública de mulheres em outros países.

> "Em resumo, desejamos que a mulher tenha plena consciência do que vale e do que pode valer pela sua plástica, tanto como pela sua beleza moral e esplendor de seu gênio. Desejamos que os senhores do sexo forte saibam que se nos podem mandar, em suas leis, subir ao cadafalso, mesmo pelas idéias políticas que tivermos, como já o fizeram as desditosas Rolan, Charlotte Corday e tantas outras, também nos devem a justiça de igualdade de direitos, tocante ao direito de votar e ao de sermos votadas."[9]

Outro jornal importante da época foi editado por Josephina Álvares de Azevedo, irmã do famoso poeta. Entre 1888 e 1897, publicou em São Paulo o jornal *A Família*, que tinha grande preocupação com a educação da mulher como forma de liberação: "É indispensável educá-la: sem instrução ela continuará a representar o tristíssimo papel que na maioria tem feito, como esposa principalmente e nos outros estados da vida".[10]

Josephina foi uma das mais ferrenhas militantes do voto feminino nos primeiros anos da República, tendo escrito uma peça de teatro (*O voto feminino*) que, em tom de comédia, ridicularizava os homens que não aceitavam o voto das mulheres; teve apenas uma apresentação pública. Segundo Souto Maior, estudiosa da militante, era admirável seu senso de estratégia e a forma como vislumbrava brechas para fazer propaganda de sua causa. Quando não conseguiu mais encenar a peça, transformou-a em um folhetim que publicava no rodapé de seu jornal[11].

Todavia, não ficava restrita aos grandes centros urbanos a propaganda em defesa dos direitos das mulheres. Há vários exemplos de mulheres que em locais muito distantes desses centros fundavam e dirigiam jornais. Um bom exemplo é o jornal *Pela Mulher*, fundado na cidade de Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, em 1898, por Andradina de Oliveira. Ele durou nove anos, transformando-se depois numa revista ilustrada, já então publicada em Porto Alegre. Andradina posteriormente tornou-se escritora, publicou sete livros e foi premiada na Exposição Nacional do Rio de Janeiro. Seu livro mais polêmico foi *O divórcio*, em que defendia a felicidade no casamento e o divórcio como forma de resolver casamentos infelizes.

Evidentemente, as mulheres que fundavam e garantiam por anos a publicação desses jornais eram excepcionais. Geralmente vinham de famílias com cultura muito acima da média do país e, não raro, tinham recebido educação sólida, até mesmo no exterior. Também se vivia em um momento em que as comunicações não tinham ao seu alcance a quantidade de meios de que dispomos hoje, nem havia a concorrência entre eles. As coisas da vida mudavam mais lentamente, e isso garantia a permanência desse tipo de publicação por um bom tempo. Mas havia outras condições que trabalhavam na direção contrária: o mundo agrário e reacionário dos homens, a quase clausura das mulheres envolvidas com trabalhos caseiros no mundo do privado, a alta religiosidade das pessoas, principalmente as mulheres. Como explicar, portanto, que essas mulheres excepcionais tenham encontrado espaço para suas lutas em um ambiente tão adverso? Temos de ter em mente que essas manifestações ocupavam as franjas da sociedade. Ou seja, não se constituíam nos assuntos que pautavam as preocupações das elites políticas e culturais da época. Entretanto, de outra sorte, é necessário prestar muita atenção a esse tipo de manifestação, pois ele aponta para a existência de um incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo da política e das atividades públicas.

O feminismo anarquista

Nas primeiras décadas do século XX os imigrantes, principalmente italianos e, em menor medida, espanhóis e portugueses, tornaram-se operários na nascente indústria paulista e carioca, e com eles foram introduzidas no país as idéias libertárias do anarquismo. O ideário anarquista esteve presente com impetuosidade nas primeiras grandes greves operárias no Brasil e contribuiu para radicalizar o debate sobre a questão da exploração do trabalho pelos capitalistas. A efervescência dessas idéias pode ser comprovada não só pelas greves, mas também pela existência de uma imprensa anarquista muito ativa, na qual a presença da mulher como colaboradora era uma constante. O anarquismo, como mais tarde o ideário comunista, tinha uma posição muito ambígua em relação às questões

específicas da condição da mulher. Por um lado, diferentemente do pensamento dominante na época, incorporava a mulher ao espaço público como companheira revolucionária. Por outro, entretanto, tinha muita dificuldade em aceitar a questão da dominação da mulher como um problema diferente do da dominação de classe.

Na biografia de Luci Fabbri, uma das mais importantes líderes e intelectuais anarquistas brasileiras, Margareth Rago chama a atenção para a resistência de Luci em relação ao feminismo. No fim da vida, já quase com 90 anos, quando parecia reconhecer alguma especificidade na questão, afirmava:

> "As mulheres têm algo de seu para dar, algo de gênero, uma experiência única não competitiva: a economia doméstica, em que as crianças têm precedência, em que os velhos estão assistidos porque são velhos, em que cada qual dá o que pode e consome o que necessita, isto é a economia doméstica. Nos últimos tempos, tenho pensado que vale a pena ocupar-se do problema da mulher sobretudo nesse sentido".[12]

Mas se, por um lado, é verdadeira a distância entre estes movimentos libertários e o feminismo, por outro as próprias ideologias que o professavam diminuíam o espaço do preconceito contra as mulheres, permitindo que muitas delas se expressassem. Aí reside uma espécie de paradoxo: é nesses espaços revolucionários, não-feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição explorada da mulher como decorrência das relações de gênero. Diferentemente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina.

Daí que, longe das preocupações com os direitos políticos que ocupavam as principais feministas da época, um conjunto de manifestações de operárias e de intelectuais de esquerda sobre a condição da mulher mostra com muita clareza que, já naquele momento, a questão de gênero era percebida como um aspecto organizador de um dos elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho. Possivelmente, a primeira manifestação de mulheres próximas ao anarquismo apareceu no início do século em um texto distribuído pela União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro:

A *EMANCIPAÇÃO DA MULHER*

"Vós que sois os precursores de uma era onde possa reinar a igualdade para todos, escutai: tudo que fazeis em prol do progresso, militando no seio das nossas associações de classe, não basta!

Falta ainda alguma coisa, absolutamente necessária e que concorrerá mais eficazmente para o fim desejado por todos os sofredores. É a Emancipação da Mulher.

Homens Conscientes!

Se refletirdes um momento, vereis quão dolorida é a situação da mulher, nas fábricas, nas oficinas, constantemente amesquinhada por seres repelentes e vis.

Trabalhadores!

A obra da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas é a obra iniciadora da emancipação da mulher."

União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro, 1920.

O manifesto[13] é particularmente ilustrativo da posição das mulheres, apontando para a idéia da impossibilidade de se chegar à igualdade sem o reconhecimento da desigualdade particularizada da mulher na fábrica. Essas mulheres, no início do século XX, anteciparam uma luta que só ganha espaço e legitimidade no fim do século, a do reconhecimento da especificidade da opressão, isto é, que os oprimidos não são oprimidos da mesma forma. Que ser mulher, ser negro ou pertencer a qualquer outra minoria traz uma carga a mais em relação a ser homem e ser branco. Essas anarquistas, na contramão dos movimentos libertários da época, chamavam a atenção para as diferenças.

Um segundo exemplo importante de manifestação anarquista feminista aparece em 1906, no jornal *A Terra Livre*, e trata-se novamente de um manifesto escrito por operárias ligadas ao setor do vestuário. Dessa vez, três costureiras reagiam à não-adesão à greve operária por parte de sua categoria. O texto é particularmente revelador da especificidade da posição das anarquistas:

> "Companheiras! É necessário que recusemos trabalhar também de noite, porque isto é vergonhoso e desumano. [...]
>
> E nós também queremos nossas horas de descanso para dedicarmos alguns momentos à leitura, ao estudo, porque quanto à instrução, temos bem pouca; e se

esta situação continua, seremos sempre, pela nossa inconsistência, simples máquinas humanas manobradas à vontade pelos mais cúpidos assassinos e ladrões.

Como se pode ler um livro, quando se vai para o trabalho às 7 da manhã e se volta para casa às 11 da noite?".[14]

As duas manifestações de trabalhadoras anarquistas trazem novos ingredientes para o contexto da luta das mulheres do início do século XX. O primeiro, e mais importante deles, é a clara presença da identificação de uma relação de dominação dos homens sobre as mulheres: o poder dos homens se calcava sobre a exploração das mulheres. Isto é particularmente significativo, pois se esta postura for comparada com o discurso das mulheres que lutavam pelo voto na FBPF, se perceberá facilmente que, naquele, o enfrentamento praticamente inexistia. As mulheres sufragistas lutavam pela inclusão, sem, no entanto, identificarem na sua exclusão razões para os homens terem mais poder.

O segundo ingrediente importante nas manifestações das costureiras anarquistas é a centralidade da questão do trabalho. Trata-se, aqui, de mulheres que têm o trabalho em posição central em suas vidas e que associam suas condições especialmente difíceis ao fato de serem mulheres. Outro ponto significativo a ser indicado é o fator tempo como bandeira de luta, tema que se tornará constante na luta das feministas ao longo do século XX, sempre com referência à dupla jornada de trabalho. O original no texto das costureiras é a busca de tempo para o aprimoramento pessoal, por meio da educação, e não, como se poderia esperar na época, uma reivindicação associada aos seus tradicionais papéis de esposa e mãe.

Foram muitas as mulheres anarquistas que se manifestaram durante as três primeiras décadas do século XX, entre elas Maria Lacerda de Moura[15], possivelmente uma das mais importantes feministas do início do século. Nascida em Minas Gerais, em 1887, de uma família modesta, ativista anarquista, radical, foi professora e autora de muitos livros nos quais expôs suas idéias feministas, que iam desde questões relacionadas com a participação política até a defesa aberta do amor livre e da educação sexual. Foi influenciada, em sua juventude, pelo positivismo e pelo cientificismo. Preocupada com os problemas que as mulheres estavam vivendo em decorrência da industrialização e da urbanização, aproximou-se, mas logo afastou-se, da sufragista Bertha Lutz, que segundo ela lutava

por uma causa que iria beneficiar poucas mulheres, sem trazer vantagem alguma à multidão feminina. Na década de 1920 colocou-se frontalmente contra as sufragistas, contrapondo à luta pelo voto a proposta anarquista:

"Como se a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco... O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo; quer fazer compreender à mulher, na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como fator histórico, para a sua inteira integralização na vida social".

Maria Moura também se punha contra as idéias da existência de Deus e do amor à pátria. Defendia o estudo das causas sociais da condição da mulher, apontando o capitalismo como o grande responsável. Em decorrência dessa posição, desdenhava a luta pelos direitos políticos. Vê-se, portanto, uma manifestação feminista muito distinta daquela que lutava por direitos políticos consubstanciados no direito ao voto, que não acusava os homens nem fazia denúncias e era liderada por mulheres intelectuais e da elite econômica do país, cujas maiores expressões eram Bertha Lutz e a FBPF. No feminismo de Maria Moura o homem aparecia como opressor identificado no capitalista, no patrão que explorava as mulheres. Era uma postura que lutava por grandes transformações e repelia a luta por direitos civis.

Miriam Moreira Leite, em sua importante biografia de Maria Lacerda de Moura, mostra com muita clareza o embate que ocorreu entre as comportadas feministas da *Revista Feminina* e as que escreviam em órgãos da imprensa anarquista como *O Grito Operário* e *A Plebe*. Virgilina de Souza Sales defendia na *Revista Feminina* "um feminismo puro, cristão, apoiado nas nossas tradições, reclamando para a mulher os direitos que lhe competem, nivelando-a ao homem, exigindo uma igualdade necessária, sempre visando a felicidade coletiva e o progresso da pátria"[16]. Em resposta às posições da *Revista*, Isabel Cerruti escreveu em *A Plebe*:

"A *Revista Feminina* em seu programa propõe propugnar pela emancipação da mulher conseguindo para ela o direito de empenhar-se em lutas eleitorais. É isto que chamam emancipação feminina? [...] Qualquer reforma das leis vigentes que venha conferir-lhe direitos políticos iguais aos do homem não a põe a salvo das chacotas e humilhações, não a livra de ser espezinhada pelo sexo forte e prepotente, enquanto perdurar a moral social que constrange e protege a prostituição".

E completou o artigo defendendo o amor livre[17].

Retomando as diversas manifestações do feminismo das primeiras décadas da República, pode-se concluir que houve de fato, se não um movimento feminista na época, uma movimentação feminista que se expressou de diferentes formas, com diferentes graus de radicalidade e mesmo com diferentes ideologias. O centro da questão feminista do período era, sem dúvida, a luta pelos direitos políticos, concretizados no direito de votar e ser votada. Esta foi a porta de entrada das mulheres na arena de luta por seus direitos, não só no Brasil mas em todo o mundo ocidental. Na verdade, essa primeira luta era pela cidadania em seu nível mais básico. Bertha Lutz e o Partido Republicano Feminino e as mulheres que sozinhas enfrentaram as exclusões da lei representaram diferentes manifestações da mesma luta, mas revelaram suas diferenças: um feminismo bem-comportado e um feminismo malcomportado. O primeiro não afrontava os poderes, mas buscava apoio neles. Não pode ser percebido a partir de uma clivagem de classe social, mas certamente a partir da forma como essas mulheres viviam suas posições de elite econômica e intelectual. O segundo era de enfrentamento: o feminismo "malcriado" expressava-se nas passeatas, nos enfrentamentos na Justiça e nas atividades de mulheres livres-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro. Somavam-se a elas as anarquistas radicais que traziam para a discussão o mundo do trabalho, muito distante das preocupações das feministas de elite.

Nesse primeiro momento as vitórias foram poucas. Talvez a única concreta tenha sido a conquista do direito de voto. Mesmo considerando essa fragilidade, as primeiras manifestações são reveladoras de uma inquietação na sociedade brasileira que se expressava fragmentariamente, revelando mesmo assim os primeiros sinais de organização, tanto entre as elites cultas como entre os setores trabalhadores. O golpe de 1937 matou o embrião da organização da sociedade civil brasileira nesse período.

A idéia de um Estado sem sociedade, que foi trazido de barco para o Brasil e antecedeu qualquer construção de sociedade, não só é hegemônica na historiografia brasileira como, em nossa perspectiva, retrata com bastante acuidade o que realmente se passou. Entretanto, a ênfase nessas características, somada à análise a partir de modelos europeus e norte-americanos de organização da esfera pública burguesa, impossibilita muitas vezes ao analista perceber a riqueza de

manifestações que aqui e acolá vão tecendo uma colcha de retalhos formidável e permitem formar um quadro dos movimentos que ocorriam nessa novíssima sociedade civil, que estava longe de ser tão amorfa como alguns de seus intérpretes teimam em repetir. No Brasil da última década do século XIX e das primeiras décadas do século XX começavam a surgir movimentos de opinião à revelia do pacto oligárquico que se reproduzia sem maiores problemas no poder. E, mais importante, havia espaço para que eles se gestassem. Havia um ambiente internacional, mas também uma sociedade que se urbanizava e começava a pôr em xeque o excludente pacto oligárquico por meio da manifestação de pequenos grupos capazes de tornar públicas suas idéias e demandas. E as mulheres, sem dúvida, faziam parte desse movimento, quer fossem da elite ou da classe operária.

O novo feminismo nasce na ditadura

O feminismo que eclode nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa está estreitamente relacionado a toda a efervescência política e cultural que essas regiões do mundo experimentaram na época, quando se formou um caldo de cultura propício para o surgimento de movimentos sociais. A derrubada de dois grandes mitos foi central no cenário desses acontecimentos: nos Estados Unidos, a Guerra da Coréia e, principalmente, a Guerra do Vietnã foram responsáveis pelo fim do sonho americano popularizado no *american way of life*. O capitalismo norte-americano pós-guerra prometia a prosperidade econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores da família e da moral protestante, nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como a rainha do lar que comandava com competência e felicidade toda a nova parafernália de eletrodomésticos que o *boom* econômico do pós-guerra possibilitava. As guerras e o acirramento dos conflitos raciais no início da década de 1960 começaram a expor a fragilidade do mito de que na sociedade americana havia um lugar certo para cada um atingir a felicidade.

Na Europa, o mito que começa a cair na década de 1960 diz respeito a um outro sonho, o sonho da revolução socialista liderada por uma vanguarda representada pelos partidos comunistas inspirados nas experiências do Leste Euro-

peu. A revelação dos crimes stalinistas, a invasão da Hungria, em 1956, e posteriormente da Tchecoslováquia, em 1968, foram minando a força da luta unitária e da disciplina férrea para derrotar o capitalismo. Os movimentos *beatnik* e *hippie* nos Estados Unidos e o maio de 1968 em Paris são as expressões mais fortes de uma nova geração, nascida durante, ou mesmo após, a Segunda Guerra Mundial, que buscava espaço no mundo público, combatendo os cânones tanto da defesa do capitalismo norte-americano como do sonho socialista europeu. O movimento jovem da década de 1960 não foi apenas altamente inovador em termos políticos; foi, talvez antes de tudo, um movimento revolucionário na medida em que colocou em xeque os valores conservadores da organização social: eram as relações de poder e hierarquia nos âmbitos público e privado que estavam sendo desafiadas. É nesse contexto que se discute o livro *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez dez anos antes, e que as americanas lideradas por Beth Friedman tiram o sutiã em praça pública, um escândalo que até hoje provoca reações iradas. É também nesse contexto que nasce o novo feminismo no mundo ocidental.

O cenário no Brasil era completamente outro: o de uma década que desde o começo foi política por excelência, com dois campos ideológicos claros se enfrentando violentamente. De um lado, estavam os conservadores, representados por partidos liberais como a UDN (União Democrática Nacional), por empresários, grandes proprietários de terra e por parte da classe média, todos unidos ao redor da bandeira comum e altamente simbólica do anticomunismo. Associavam-se a esse grupo, ora como parceiros ora como lideranças, largas frações das Forças Armadas nacionais. De outro lado, encontrava-se a esquerda, representada por partidos nacionalistas como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e partidos clandestinos nele ancorados como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), por alguns empresários nacionalistas, por largas parcelas do operariado urbano, por movimentos camponeses nascentes, por intelectuais, estudantes e parte da Igreja Católica.

A história desses dois grupos ao longo daquela década é por demais conhecida, entretanto vale neste momento apontar algumas questões-chave que seriam centrais no desenvolvimento do pensamento e da ação feminista no Brasil nas décadas que se seguiram. O golpe militar de 1964 inaugurou os longos anos de um regime marcado por cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos, exílio. A partir de dezembro de 1968, com a decretação do tristemente famoso Ato Institucional nº 5 (AI-5), as condições de qualquer atuação política tornaram-se extremamente duras e perigosas no país.

O governo Médici inaugurou a partir de 1969 um regime de terror, radicalizando a política da repressão. O país viveu nesses anos uma experiência muito próxima ao totalitarismo. O espaço da política ficou reduzido a uma farsa, a censura extrapolou a questão política e chegou com muita força a questões ditas morais e de costumes, os estudantes de todos os níveis foram obrigados a passar por aulas de educação moral e cívica, promoveu-se um patriotismo ufanista que teve seu grande momento na Copa do Mundo de futebol no México, em 1970, traduzido na frase emblemática "Brasil: ame-o ou deixe-o". Aos opositores do regime restou a clandestinidade, o exílio, a luta armada ou simplesmente o silêncio.

Tínhamos, portanto, na Europa e nos Estados Unidos, cenários de grande efervescência política, de revolução de costumes, de radical renovação cultural, enquanto no Brasil o clima era de ditadura militar, repressão e morte. Mesmo assim, aqui como lá na virada para a década de 1970, mas primordialmente ao longo desse período, surgiu e se desenvolveu o movimento feminista. As características que tomou nos dois hemisférios estão intimamente ligadas a esses cenários. Ao enfatizar essas diferenças, não é meu objetivo fazer uma análise comparativa, mas chamar a atenção para as condições específicas em que nasce o feminismo brasileiro e os efeitos que estas terão no seu desenvolvimento, como veremos ao longo deste capítulo.

Um aspecto fundamental da realidade brasileira que deve ser notado desde o princípio é a presença dos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares no Brasil. Esse é um fenômeno anterior à década de 1970 e que continuou a existir paralelamente a todo o desenvolvimento do feminismo. Se não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros.

Manifestação de mulheres contra a carestia no Rio de Janeiro, em 1954.

No final da década de 1940 e início da de 1950, mulheres de diferentes classes sociais e ideologias lutavam contra a carestia. Nesta luta encontravam-se tanto mulheres associadas à Federação de Mulheres do Brasil, fortemente influenciadas pelo Partido Comunista e que, em 1953, levou a efeito a passeata da Panela Vazia, como mulheres de elite que se organizaram na Associação das Senhoras de Santa Tereza para lutar pela mesma causa[1]. Esse tipo de movimento mantém-se até os anos 1970, principalmente nos bairros pobres, onde as mulheres começam a lutar também por melhorias nos postos de saúde, nas escolas, nas creches e nos serviços públicos em geral. Essas organizações, principalmente os clubes de mães, tiveram o apoio, quando não a promoção, das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.

Esses movimentos não podem ser considerados feministas em sua formação ou mesmo em seus propósitos, na medida em que as mulheres neles envolvidas não lutavam pela mudança dos papéis a elas atribuídos pela sociedade. Entretanto, ao longo das três últimas décadas do século XX, essa distância, que era quase uma resistência, tendeu a diminuir. São inúmeros os relatos de aproximação do movimento de mulheres com o movimento feminista. Se o primeiro muitas vezes se aproximava inicialmente apenas para se utilizar de serviços promovidos pelo segundo, suas integrantes, a partir desta aproximação, passavam a problematizar a própria condição de mulher. Vera Soares observa:

> "As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares".[2]

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um dificílimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês.

A grande maioria das militantes feministas dos primórdios do feminismo no Brasil esteve envolvida ou foi simpatizante da luta contra a ditadura no país, tendo algumas delas sido presas, perseguidas e exiladas pelo regime. A anistia política e a reforma partidária que institui o multipartidarismo no Brasil, ambas em 1979, e as paradigmáticas eleições de 1982 tornaram ainda mais complicada a relação do movimento feminista com o campo da política institucional. Se até o ano de 1979 a questão havia sido de hierarquia de bandeiras de luta, agora era a própria unidade do movimento que estava ameaçada com as feministas se dividindo em diferentes partidos, primordialmente entre o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta conseqüências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. Principalmente na luta das mulheres e dos negros, a questão da desigualdade social é central. Tal circunstância pode levar a dois cenários distintos: o primeiro muito presente nos partidos de esquerda, que tendem a

minimizar essas questões específicas, incluindo-as como parte da problemática maior da desigualdade. O segundo cenário é o da presença da questão da desigualdade no interior dos movimentos, reconhecendo as diferenças que essa desigualdade toma quando se trata de mulheres pobres, negras, sem-terra ou, de outro lado, de mulheres ricas ou intelectualizadas.

É, portanto, tendo esse quadro como referência que o movimento feminista brasileiro deve ser entendido: é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados.

As primeiras manifestações

O ano de 1972 é marcado por dois eventos de naturezas completamente diversas que dizem muito da história e das contradições do feminismo no Brasil: o primeiro deles foi o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros. O segundo foram as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, de caráter quase privado, o que seria uma marca do novo feminismo no Brasil.

A presença de Romy Medeiros no cenário do feminismo brasileiro no início da década indica uma espécie de transição entre o velho e o novo feminismo, entre o que já chamamos aqui de feminismo bem-comportado, à moda Bertha Lutz, e um novo feminismo malcomportado que começou a enfrentar questões consideradas tabus.

Romy Medeiros criou em 1949 o Conselho Nacional de Mulheres, cuja principal atividade era lutar por iniciativas institucionais em prol das mulheres. Ao longo da década de 1950, foi uma incessante lutadora junto ao Congresso Nacional pelos direitos das mulheres casadas, que eram consideradas na Constituição na mesma condição dos silvícolas e tinham o exercício da sua cidadania controlado pelos maridos, que podiam negar-lhes permissão para trabalhar ou para viajar ao exterior. Finalmente, depois de grande luta, o Estatuto da Mulher Casada foi aprovado em 1962[3].

Comentando o Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/62), Leila Barsted afirma:

> "Este estatuto amenizou as discriminações, alterando, por exemplo, a redação do citado artigo 233 do Código Civil (que estabelecia o marido como o chefe da família com direito de representá-la legalmente), que passou a ter a seguinte redação: 'O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher no interesse comum do casal e dos filhos'.
> A partir de 1964, marido e mulher passaram a ter os mesmos impedimentos legais, necessitando do consentimento mútuo para, por exemplo, dar fiança, alienar imóveis, oferecer bens em hipoteca, dentre outros".[4]

Ao contrário das feministas que lhe sucederam na década de 1970, mas a exemplo de Bertha Lutz, Romy teve boas relações com as elites governamentais, inclusive militares. Em 1971, em pleno governo do general Médici, a advogada enviou ao presidente um projeto de Serviço Cívico feminino para mulheres entre 18 e 21 anos nas áreas de educação e saúde. Além desta iniciativa de inspiração claramente conservadora, Romy foi uma entusiasta do planejamento familiar para famílias pobres, política claramente associada a programas internacionais de controle de população no Terceiro Mundo. A posição político-ideológica de Romy fica clara se observarmos os apoios que teve para realizar o seminário no ano de 1972: Benfam (fundação norte-americana com grande atividade no campo do planejamento familiar durante todo o regime militar), Coca-Cola e alto clero católico.

Dois importantes depoimentos sobre essa reunião dão a medida de como a questão feminista, ainda em suas primeiras manifestações, já deixava clara a difícil relação que teria com a política. Nesse momento a tensão era com o governo militar, apesar das estreitas relações de Romy com o poder. Rose Marie Muraro, falando do encontro, afirma:

> "Em junho de 1971 eu conheci Heleieth Saffioti, fui a Araraquara conversar com ela, eu apavorada de ser fichada pelo SNI [Serviço Nacional de Informação], mas começamos a discutir a mulher e a sociedade de classes. Na mesma época encontrei Romy e comecei a freqüentar as reuniões do conselho, que era outra coisa, uma pessoa de classe dominante. A própria Romy tinha muitos contatos na área do governo, mas era uma pessoa muito solidária e legal".[5]

Rose Marie Muraro, segundo seu próprio depoimento, foi encarregada por Romy de organizar um evento em 1972, o que causou a esta última muitos problemas com o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Chamada oito vezes a se explicar, Romy acabou reunindo os correspondentes internacionais no Rio de Janeiro e denunciando a ameaça. O depoimento de Romy é particularmente esclarecedor da difícil situação em que se colocava uma mulher ligada aos grupos de elite do país, que havia muito lutava por mudanças institucionais na condição da mulher:

> "Eu não tinha a menor idéia do que estava acontecendo naquele momento, não sabia que era uma loucura organizar aquele encontro debaixo do autoritarismo que existia. Tinha pessoas da família envolvidas em política e fui muito bem recebida pelo Chagas Freitas [então governador nomeado do estado da Guanabara], que me deu todo o apoio para o encontro, que só se realizou graças às minhas relações com o governo. [...] Fui chamada ao DOPS várias vezes durante a sua preparação, e eles me diziam: 'a Senhora é uma pessoa distinta, mas anda muito mal acompanhada'".[6]

Em que pese o fato de a maioria das feministas brasileiras na década de 1970 poder ser identificada com o campo da esquerda, um evento feminista como o seminário de 1972 já mostrava uma rearticulação interessante, que criava uma nova situação tanto para a própria esquerda como para os órgãos de repressão do período. Essa rearticulação possivelmente se constitui na grande novidade do feminismo e também em um dos problemas que lhe acompanharam na década seguinte: ao mesmo tempo que a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade – o poder patriarcal –, ela obrigatoriamente não é perpassada pela questão política no sentido restrito do termo, o que possibilita um arco de alianças muito mais amplo do que o tradicional corte entre a direita e a esquerda, não sem razão muito presente na sociedade brasileira dos primeiros anos da década de 1970. O congresso promovido por Romy Medeiros é, portanto, sintomático dessa situação. Toscana e Goldenberg, comentando o evento, enfatizam a grande visibilidade que este teve na imprensa e a heterogeneidade das pessoas presentes: congressistas, banqueiros, representantes da Benfam, alto clero, feministas de esquerda como Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti e Carmem da Silva. Os

temas abordados dão a dimensão do encontro entre duas gerações do feminismo. Discutiu-se desde questões polêmicas como o planejamento familiar e a posição da mulher diante da nova tecnologia até assuntos prosaicos como a "problemática da babá"[7].

As atividades de Romy Medeiros, apesar de suas ligações com o regime, juntavam mulheres comprometidas com a luta da esquerda no Brasil e promoviam eventos públicos, que causavam problemas para o regime, mesmo sendo patrocinados por agentes tão insuspeitos como a Coca-Cola e a Benfam. Paralelamente a esse tipo de atividade, o início dos anos 1970 conheceu os primeiros grupos de reflexão. Era o feminismo "moderno" do hemisfério norte que aportava no Brasil.

Os primeiros grupos feministas

Em 1972 começaram a aparecer nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro os primeiros grupos feministas inspirados no feminismo nascente no hemisfério norte: eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado. As mulheres uniam-se por amizade, afinidades intelectuais e até políticas; a entrada nesses grupos acontecia por meio de convites. Mesmo com estas características, em alguns casos chegaram a promover atividades públicas importantes. É impossível saber quantos grupos desse tipo existiram no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Dezenas, certamente, talvez centenas. A dispersão do movimento feminista torna impossível recuperar o número preciso de grupos e sua localização pelo país. A ausência de menção a grupos fora do eixo Rio–São Paulo não implica ignorar a existência do movimento em quase todos os estados brasileiros. Apenas reflete a dificuldade de reconstituí-los, somada ao objetivo do presente trabalho, que é mostrar as principais tendências. Nesse sentido, exemplificar com os grupos mais conhecidos em São Paulo e no Rio de Janeiro permite dar uma idéia geral das características daquele momento do feminismo no Brasil. Os grupos a que me referirei a seguir ficaram conhecidos pelo pioneirismo e pelo fato de muitas das mulheres que deles participaram terem se tornado políticas e acadêmicas de renome nacional.

O primeiro desses grupos começou em São Paulo em 1972 e teve uma longa duração para esse tipo de atividade, pois se reuniu regularmente até 1975. Era formado por mulheres intelectuais de esquerda, profissionais e de meia-idade. Foi criado pela iniciativa de duas mulheres que haviam morado nos Estados Unidos e na Europa e lá entrado em contato com as novas idéias feministas. O modelo deste grupo era tipicamente europeu e norte-americano. Albertina Costa, que entrevistou muitas mulheres do grupo, assim resume as atividades:

> "Seguindo os mais estritos cânones do modelo de grupo de reflexão, não havia nenhuma formalização de organização interna, as reuniões centravam-se em temas pré-escolhidos, mas não havia pauta, nem exposição preparada, nem lição de casa, discutia-se tudo: de Virginia Woolf e Anais Nin a doenças venéreas, embora tenham demorado um pouco para falar de sexualidade [...] Havia o lado terapia sem guru, nem terapeuta, de terapia autogestionada para mulheres que no espaço competente eram analisadas por especialistas".[8]

Costa enfatiza muito o fato de que a criação do grupo correspondeu a um período em que havia um grande vazio político, a esquerda havia sido derrotada em todas as frentes, inclusive na luta armada. Somava-se a isso a repressão sem limites do governo Médici, que deixava todos com a sensação de que havia muita coisa a ser feita, mas sem nenhuma possibilidade de ação. Uma das fundadoras do grupo relata com muita acuidade o sentimento da época: "A impossibilidade do exercício político, que todo o mundo tinha tido antes, nos levou a procurar alguma coisa para fazer que não fosse só individual, alguma coisa coletiva – reflexão coletiva". E continua:

> "A gente nunca apareceu em público, o grupo era fechado, a militância política estava impossível no Brasil. Tem muito a ver com o fato de se fazer um grupo feminista fechado dentro de casa, tipo cachorrinho de apartamento, não era para a gente sair, a público nunca a gente foi".[9]

Também em 1972 apareceram no Rio de Janeiro grupos da mesma natureza criados por mulheres que se tornariam feministas muito importantes no cenário nacional nas décadas seguintes. O primeiro grupo foi fundado por Branca Moreira Alves, que voltava dos Estados Unidos, mais especificamente da efervescente Berkeley:

> "Em julho de 1972 eu estava por voltar de Berkeley, tinha um grupo lá, e pensava o que ia fazer politicamente quando voltasse para o Brasil. E cada vez era mais claro para mim que eu tinha que fazer um trabalho com mulheres, que isso seria o mais importante. Mas quando voltei não existia nada aqui; era o período Médici, o auge da repressão, só tinha tortura e prisão".[10]

O grupo que fundou era completamente informal. Reunia amigas suas e um grupo católico do qual fazia parte sua mãe e discutia literatura relacionada com as mulheres. Este grupo se reuniu até finais de 1973, a partir daí quem continuou a se reunir foram as mulheres mais jovens, "e aí a gente fez realmente um grupo de reflexão, no sentido intimista, falando de nós mesmas, de sexualidade etc." [11].

O surgimento desses dois grupos, organizados por uma geração de mulheres que haviam vivido a década de 1960 como jovens adultas, está associado, tanto na fala de suas fundadoras como no trabalho de Costa, a um vazio político. Parece haver quase um pedido de desculpa dessas mulheres por estarem tratando de seus problemas naquela época quando o país precisava tanto de ações políticas. Enquanto no resto do mundo ocidental as mulheres procuravam de discutir sua posição na sociedade, seu corpo e seu prazer, um punhado de mulheres brasileiras fazia a mesma coisa, mas pedindo desculpas. A complicada relação do feminismo no Brasil com o campo político justifica essa postura, como veremos no decorrer da história.

Outro grupo se formou no Rio de Janeiro, em 1972, e era constituído de jovens mulheres, em torno dos 20 anos, que estudavam na PUC (Pontifícia Universidade Católica). O depoimento de uma de suas fundadoras é paradigmático da difícil condição do feminismo em relação à política no início dos anos 1970:

> "Eu militava no Diretório, mas o que me dava realmente identidade era o feminismo, o que era, aliás, super malvisto na época. Era como se eu tivesse abandonado a luta de classes para adotar a luta de sexo. Eu não tinha feito isso, mas dentro do Diretório sentia-me discriminada, como se tivesse passado a ser alguém em luta por uma revolução íntima, pessoal".[12]

Esses grupos certamente não eram os únicos no Brasil no início da década. Eram pequenos, contando no máximo com 20 mulheres, informais, alguns muito efêmeros e privados, pois suas reuniões eram realizadas nas casas de pessoas às

quais só se tinha acesso por convite. Mas o que é importante reter aqui é o caráter de pioneirismo das discussões então realizadas, pois, ou por se sentirem acuadas para participar de qualquer outra atividade política, como foram os casos das mulheres dos dois primeiros grupos, ou por opção, como fica claro no depoimento da liderança do terceiro, todas essas mulheres foram responsáveis por introduzir questões fundamentais sobre a condição da mulher, até então completamente ignoradas no Brasil. Se seus grupos não cresceram ou não tiveram visibilidade, ainda assim essas mulheres e seus temas preferenciais foram fundamentais a partir de 1975 no país.

As exiladas

A partir de 1964, mas principalmente após 1968, foi grande o número de brasileiros que partiram para o exílio devido à perseguição do regime militar. Entre eles havia um número considerável de mulheres, tanto de militantes como de companheiras de homens que atuavam em organizações de esquerda. Nos primeiros anos, o destino dessas pessoas foi a Europa, depois, no curto período de tempo que durou o governo de Salvador Allende, o Chile e, posteriormente, novamente a Europa, havendo uma grande concentração de brasileiros em Paris. Estes eram na sua maioria jovens militantes de partidos e grupos de esquerda ideologicamente marxistas, que exigiam forte disciplina de seus membros – a luta de classes era a palavra de ordem e tudo que se afastasse dela tinha a cor da traição. Esses militantes chegaram à Europa no início dos anos 1970 e encontraram uma agitação social e cultural de caráter muito distinto daquela que estavam acostumados a viver, e principalmente a aceitar como legítima, no Brasil.

Os efeitos da política imperialista soviética eram muito fortes, as esquerdas buscavam uma forma alternativa de fazer política longe das palavras de ordem do internacionalismo proletário. Somava-se a isso uma grande revolução cultural e de costumes que destruíra velhas hierarquias e colocara em xeque as tradicionais posições de poder do homem, aceitas quase como naturais pelos exilados brasileiros. Foi nesse cenário que algumas mulheres exiladas entraram em contato com o ideário feminista, que logo foi visto com grande desconfiança por seus companheiros

homens. Na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais. Portanto, o feminismo, que no Brasil não era visto com bons olhos pelo regime militar ultradireitista, também não tinha guarida entre os militantes da extrema esquerda. Exemplar da relação das mulheres exiladas com o feminismo é a história do Grupo Latino-Americano de Mulheres, fundado por uma ex-militante comunista auto-exilada em Paris, Danda Prado, em 1972. O grupo, que reunia mulheres de muitos países da América Latina, discutia questões referentes à situação da mulher informalmente em um bar. Teve muito sucesso, chegando a reunir cem mulheres, e estabeleceu ligações em muitos países, inclusive no Brasil, publicando um boletim (*Nosotras*) que sobreviveu até 1976[13].

A relação do grupo com os exilados brasileiros do sexo masculino foi muito tensa, chegando ao extremo de a Frente de Brasileiros no Exílio ameaçar retirar o apoio financeiro às famílias cujas mulheres freqüentassem essas reuniões. Houve pressão por parte dos homens para que as mulheres abandonassem o grupo, o que, segundo relato da própria Danda Prado, realmente veio a ocorrer. A grande acusação ao grupo era de ser apolítico e de em nada ajudar na luta contra a ditadura no Brasil. Talvez o grande problema encontrado pelos homens fosse que ele estava politizando a vida dentro de casa...

ENCONTROS MARCANTES

"[...] era lindíssimo você ver então pessoas que nunca na vida tinham falado em público, nunca tinham dado uma aula, nunca tinham realmente se manifestado como seres humanos e que de repente começavam a falar [...] Havia temas que me interessavam mais, temas que me interessavam menos, mas o que me interessava fundamentalmente era ver como nós éramos parecidas; era a gente ver como a nossa dor, enfim como a nossa... como o nosso inconsciente tinha sido forjado da mesma maneira. Idades inteiramente disparatadas, formações inteiramente disparatadas e aquele negócio sagrado, aquela hora era uma vez por semana... eu acho que se fosse toda a noite haveria gente toda a noite, porque o importante era aquele encontro."

Depoimento de Maricota da Silva a Anette Goldberg, 1987.

Na mesma época do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris apareceu um grupo de mulheres em Berkeley, nos Estados Unidos, organizado por Branca Moreira Alves, que, como já vimos, depois fundou um grupo no Rio de Janeiro. O interessante a observar aqui é que Branca foi introduzida ao feminismo não por meio da contaminação do que estava acontecendo nos Estados Unidos, mas pela correspondência com Danda Prado. "Eu jamais refleti seriamente sobre o movimento... Até eu ter recebido – pouco tempo antes de nossa volta ao Brasil – uma carta de uma amiga, Danda Prado, me perguntando sobre o que eu pensava do feminismo." Foi a partir desta carta que Branca resolveu criar um grupo de mulheres nos Estados Unidos.

Mas a mais importante organização de mulheres brasileiras no exílio foi o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que durou de 1975 a 1979. Após a experiência do Grupo Latino-Americano de Mulheres, Paris recebeu um fluxo significativo de exilados brasileiros vindo do Chile, entre eles muitas mulheres que, ainda no Chile, haviam se envolvido em grupos de mulheres, com o objetivo específico de mobilização em reação contra a ditadura militar no Brasil. Em Paris, no entanto, fervilhavam na época as idéias do movimento autônomo de mulheres, que viam a luta de classes e a luta pela liberação das mulheres como duas questões distintas, que não podiam ser subsumidas uma à outra. Como já apontamos anteriormente, a relação entre o feminismo e a política sempre foi contraditória e paradoxal, tanto se pensarmos nos grupos de direita e de esquerda como se observarmos o problema do ponto de vista do próprio movimento feminista. Em 1975 reuniam-se em Paris mulheres exiladas de vários matizes. Entre elas houve um racha exatamente sobre a autonomia da luta de mulheres, surgindo daí um documento com o título "Por uma tendência feminina revolucionária", que daria origem ao Círculo de Mulheres. A importância do círculo em termos ideológicos foi a presença simultânea de uma postura política de esquerda claramente identificada com a luta de classes e de um trabalho interno de grupo de reflexão no melhor estilo do feminismo europeu. A Carta Política lançada pelo círculo em maio de 1976 é exemplar:

> "Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós, mulheres organizadas autonomamente, podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista".

O movimento feminista brasileiro em Paris tinha uma idéia muito particular de autonomia e da especificidade da condição da mulher nas relações de gênero. Essas mulheres que defendiam a autonomia estavam ao mesmo tempo comprometidas com o ideário marxista, que reduzia a condição da mulher às formas de dominação presentes no modo de produção capitalista. No espaço da luta política propriamente dita, as mulheres simplesmente não existiam como sujeitos de direitos próprios, mas, conseqüentemente, como objetos de opressão por sua condição de gênero. O círculo nasceu como um espaço em que as mulheres se expressavam como mulheres. A importância que tomou nos anos subseqüentes à sua fundação é reveladora do espaço que veio a preencher.

O círculo tomou uma proporção bastante importante nas atividades dos exilados em Paris e, ao contrário dos pequenos grupos, sua proposta era a criação de espaços públicos de reflexão. E aqui está uma diferença fundamental entre essas feministas brasileiras no exílio e aquelas que tentavam se organizar no país. Enquanto as primeiras tratavam de construir espaços públicos de reflexão, implementando, inclusive, uma política de expansão e intercâmbio, as feministas do Rio de Janeiro e de São Paulo se encontravam no limite da casa, em reuniões tão informais como íntimas. As feministas brasileiras em Paris faziam um trabalho de proselitismo, mandavam material para o Brasil, entravam em contato com outros grupos feministas, buscavam aumentar o número de participantes, organizavam seu movimento em diferentes instâncias, por meio de comissões e assembléias. Evidentemente, essa diferença se dava, entre outras razões, por conta das condições da repressão e da censura que o Brasil vivia na época.

O êxito da organização do círculo não impediu que a questão fundamental que acompanha o feminismo brasileiro na época tenha se manifestado, a saber: a tensão entre aquelas que pensavam que o feminismo tinha de estar associado à luta de classes e aquelas que associavam o feminismo a um movimento libertário que dava ênfase ao corpo, à sexualidade e ao prazer. Em que pese o aspecto mais lúdico desta segunda vertente, parece ter sido ela a grande propulsora de um feminismo mais vigoroso e mais capaz de pôr em xeque as estruturas de dominação.

1975: momento inaugural

O ano de 1975 tem sido considerado um momento inaugural do feminismo brasileiro. Até então o movimento estava restrito a grupos muito específicos, fechados e intelectualizados, chegando mesmo a se configurar mais como uma atividade privada, que acontecia na casa de algumas pessoas. Em termos da política nacional, os últimos anos da década de 1960 e os primeiros da década de 1970 haviam sido dominados pela linha mais dura do Exército. O general Médici governava usando um aparato repressivo de grandes proporções. O espaço para qualquer manifestação pública fora praticamente reduzido a zero e a repressão chegava a níveis de violência antes não imaginados nem sequer pelos componentes do próprio regime.

Em 1975, o general Geisel já havia assumido o governo e prometia uma distensão política gradual e controlada. Mas o que marcou realmente o ano na história do feminismo foi a decisão da ONU (Organização das Nações Unidas) de defini-lo como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, realizando ainda uma conferência sobre o assunto no México. A questão da mulher ganhava a partir daí um novo *status*, tanto diante de governos autoritários e sociedades conservadoras como em relação a projetos ditos progressistas que costumeiramente viam com grande desconfiança a causa feminista. No Brasil, muitos eventos de natureza e abrangência diferenciadas marcaram a entrada definitiva das mulheres e de suas questões na esfera pública. O primeiro deles, e o mais abrangente, foi um evento com o propósito de comemorar o Ano Internacional da Mulher, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, realizado no Rio de Janeiro com o título de "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira". Neste evento foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

Tanto a organização do evento como a criação do centro são exemplares da forma como o feminismo tomava corpo no Brasil. O evento foi organizado a partir da reunião dos dois grupos informais cariocas que existiam na época, e isso é particularmente importante, pois, como já foi enfatizado, além de informais esses grupos tinham caráter privado, quase de um encontro entre amigas. Pois foram esses grupos que se reuniram, buscaram o patrocínio da ONU e montaram um evento que se tornou um marco na história do feminismo no país. Essa

é uma característica muito marcante do tipo de movimento social a que pertence o feminismo, em que há uma distância muito grande entre o número de militantes e os eventos que realizam ou as repercussões que conseguem na opinião pública ou mesmo no interior do aparato estatal.

Nesse período, a capacidade organizativa e a de atingir alvos almejados do movimento estiveram estritamente relacionadas com a própria trajetória social e cultural de suas participantes, pertencentes à classe média intelectualizada, com experiência internacional e, em decorrência, com uma rede de contatos que lhes permitia iniciativas desse porte. Todavia, mesmo com as facilidades decorrentes das condições pessoais das promotoras, o evento de 1975 suscitou resistências por parte dos poderes constituídos. O depoimento de uma das organizadoras é muito ilustrativo do clima vivido:

> "Em todo o caso, de repente se formou uma comissão de umas dez pessoas, entramos em contato com a Carmem da Silva[14] e as reuniões foram para frente. Muita gente não quis participar por medo da repressão, apesar de termos conseguido um verdadeiro documento assinado pela ONU. Também pusemos um monte de homens na programação, porque era impensável na época fazer alguma coisa pública não-mista, e inventamos o nome pomposo de 'Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira' para não usar o termo 'feminista', que assustava as pessoas".[15]

A reunião foi um sucesso e no seu decorrer foi pensada uma maneira de formalizar um centro que se preocupasse com a questão da mulher. Esta formalização é particularmente interessante porque aponta para uma virada radical na trajetória do movimento, que não só se tornava público como buscava a institucionalização.

O centro nasceu sob a égide de dois pólos de censura e repressão: um deles era o regime militar, que na época via com desconfiança qualquer tipo de mobilização. A ameaça era muito presente entre as fundadoras do centro, pois muitas estavam ligadas por atividades anteriores ou por laços de família a opositores do regime. O próprio fato de fundar uma instituição com estatuto legal e público estava associado à preocupação de não dar margem a suspeitas de que poderia estar se organizando algo clandestino ou pouco aceitável. O outro pólo era o centro, que, assim como toda a militância feminista da época, sofria um acirrado

Proposta de criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira

Propomos a criação de um centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira que obedecerá à seguinte estrutura: a) um centro de estudo, reflexão, pesquisa e análise; b) um departamento de ação comunitária para tratar concretamente e em nível local dos problemas da mulher.

O objetivo principal do centro será combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela possa exercer o seu papel insubstituível e até agora não assumido no processo de desenvolvimento.

A nossa primeira etapa de ação será a aquisição de uma sede, personalidade jurídica, estatutos e o apoio do maior número de mulheres a quem pedimos filiação.

Decidimos pela criação de um jornal que terá como objetivo a veiculação e a divulgação dos problemas reais da mulher no sentido de criar uma consciência nacional de sua condição.[16]

patrulhamento por parte dos grupos de esquerda e daqueles que lutavam contra a ditadura militar de um modo geral. Evocando a primazia da luta de classes ou da luta pela democracia, esses grupos viam o feminismo como uma luta menor ou uma ameaça à unidade. Por sua parte, o movimento tinha posição diversa em relação a esses dois pólos de opressão: em relação ao regime, colocava-se claramente na oposição – não há uma única manifestação feminista durante a década de 1970 que mesmo de longe possa levar a supor alguma simpatia com o que acontecia no país em termos políticos.

Já com relação ao pouco entusiasmo dos grupos de esquerda, a posição do movimento e mesmo do próprio centro estava longe de ser unitária, até porque não era algo que vinha de fora e chegava até o movimento, mas uma contradição que se constituía no seu interior e que, *grosso modo*, dividia as feministas entre as que identificavam uma problemática própria das mulheres que as unificava e as que viam a possibilidade de a questão das mulheres ser, se não reduzida, pelo menos altamente sobredeterminada pela questão de classe. O depoimento de uma militante da época deixa bem clara a existência dessas duas posições:

Manifestação a favor da legalização do aborto na Praça da Sé, em São Paulo, nos anos 1970.

"Todas no Centro da Mulher Brasileira se diziam feministas, mas defendiam um feminismo diferente daquele dos países desenvolvidos: aqui, tratava-se de lutar pela causa das outras mulheres, de salvar as operárias, cuja causa era mais importante do que a nossa, já que tínhamos comida, casa e instrução. Era engraçado, tinha até gente que saía vomitando se se falasse em aborto; não se podia falar em problemas pessoais, todas se diziam bem e felizes, quem tinha problemas eram as operárias, as outras mulheres, uma dissintonia total com a realidade".[17]

O centro teve um papel importante no movimento de mulheres no Rio de Janeiro até 1979. Durante seus cinco anos de atuação abrigou diferentes tendências do feminismo, mas sempre enfrentou muita resistência das feministas radicais, que enfatizavam a centralidade da questão da mulher em detrimento de outras questões consideradas gerais e traziam para a discussão uma problemática considerada burguesa ou mesmo moralmente inadequada, como sexualidade, corpo, aborto, contracepção. Junto ao feminismo bem-comportado das "filhas" de Bertha Lutz, que discutiam a questão jurídica da mulher e propunham reformas, desenvolvia-se um feminismo político, que estava mais interessado em arregimentar as mulheres

para a luta contra a ditadura e a favor das mulheres proletárias. A partir de 1977, o centro foi largamente dominado por mulheres marxistas ligadas ao Partido Comunista pró-soviético. Mesmo assim, pelo menos em seu primeiro momento, abrigava as três grandes tendências do feminismo: a marxista, a liberal e a radical. As duas primeiras, apesar de suas óbvias diferenças, tinham uma natureza mais política e tendiam a ver os problemas enfrentados pelas mulheres como questões coletivas com uma dimensão que extrapolava a luta específica da mulher. As marxistas tendiam a reduzir a luta das mulheres à luta de classes, e as liberais, à luta por direitos individuais. O terceiro grupo, o que mais dificuldade teve de se manter na organização, era composto de mulheres que colocavam sua própria condição de mulher no centro da discussão; levantando questões menos aceitas, expunham de forma aberta a condição de opressão e não apresentavam uma plataforma coletiva para justificar a sua própria militância.

Ora, não é muito difícil de entender a dificuldade brasileira em acolher a nova onda feminista que dominava o hemisfério norte. Os novos movimentos sociais que lá surgiram a partir da década de 1960 foram decorrência de um conjunto de fatores que pressupunham ao mesmo tempo uma implosão nas lutas unitárias e um ambiente maduramente democrático, que dava acolhida a essas novas lutas. Isso envolvia tanto um cenário de tolerância em que a repressão e a censura estavam completamente fora de cogitação como uma sociedade organizada que dispensava os espaços rigorosos do campo político para se expressar. Evidentemente, havia na Europa forças conservadoras que viam nesses movimentos fortes ameaças à família e à própria autoridade de corporações secularmente estabelecidas. Paralelamente, questões ecológicas e de gênero, entre outras, encontravam resistência nos partidos políticos tradicionais de esquerda, com destaque para os partidos comunistas. Mas essas resistências tinham lugar em um cenário que não as deslegitimava e tampouco qualificava as novas lutas como passíveis de perseguições pelo aparato repressivo do Estado.

No Brasil vivia-se um paradoxo. Ao mesmo tempo que o campo político estava completamente reduzido pelo regime militar, era nele que as forças progressistas viam legitimidade para qualquer embate. Daí, a única luta aceita objetivava o alargamento do campo político. Sem dúvida essa era uma tarefa urgente no período, o que dificultava o crescimento de um feminismo mais autônomo.

Enquanto nos Estados Unidos e na Europa os negros e as mulheres começavam a expor com força as especificidades de sua condição de dominação, no Brasil tanto o pensamento liberal como o marxista revolucionário dividiam a luta em dois campos exclusivos: o primeiro, da democracia contra a ditadura; o segundo, do proletariado contra a burguesia. Nesse cenário, as mulheres entravam em contato com o feminismo internacional por meio de viagens ou pela literatura, introduziam as questões, formavam grupos de reflexão, propunham encontros, mas tinham muito pouco sucesso em transformar suas problemáticas em temas do debate público. A história do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira na década de 1970 reflete exatamente essa situação. Em 1978 um documento intitulado "Carta às mulheres" falava das reivindicações a que os candidatos deveriam atender nas eleições daquele ano. Estavam divididas em gerais e específicas e davam a exata medida do cenário político no qual se desenrolavam as lutas sociais no Brasil. Das reivindicações gerais constavam: anistia ampla, geral, irrestrita; eleições livres e diretas para todos os cargos eletivos; Assembléia Geral Constituinte, soberanamente eleita; fim da carestia. Nas reivindicações específicas lia-se: criação de creches nas empresas e principalmente nos bairros; aumento do número de áreas de lazer, principalmente nos bairros pobres; aumento do número de escolas e de horas letivas; ampliação e melhoria da merenda escolar nas escolas públicas; igualdade salarial; condições mais adequadas de trabalho[18].

As reivindicações específicas estão muito mais próximas das demandas encontradas nos movimentos populares de mulheres, como clubes de mães e associações de bairro, do que do ideário tipicamente feminista. Em geral, as mulheres que faziam parte do centro não pertenciam às camadas populares, mas se colocavam como representantes delas. O que deve ser notado, no entanto, não é este fato, que nada surpreende tratando-se de mulheres ligadas a organiza-

Cartaz da Grande Marcha da Panela Vazia, *19*

ções de esquerda, mas sim o fato de essas mulheres não se identificarem como objetos da discriminação. Esse foi um lento aprendizado no Brasil para as mulheres de esquerda: poderem se identificar como oprimidas sem pertencer ao proletariado.

Além do evento que teve como efeito a fundação do Centro da Mulher Brasileira, o ano de 1975 foi marcado por outros importantes acontecimentos da história do feminismo no Brasil. Se as atividades do Rio de Janeiro tiveram sua origem na iniciativa voluntarista de um pequeno grupo de mulheres, o grupo de São Paulo, de acadêmicas de meia-idade, já aqui referido, também se lançou em propostas mais públicas, abrindo espaço na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Belo Horizonte.

As reuniões anuais da SBPC foram espaços fundamentais para as manifestações contra a ditadura, pelo fim da censura e pelo restabelecimento do Estado de direito democrático. A partir de 1975, por dez anos as feministas organizaram seus encontros nacionais no âmbito da reunião anual da SBPC. O que nos interessa neste momento é a primeira dessas reuniões, que aconteceu em Belo Horizonte. As promotoras eram as mesmas mulheres paulistas que haviam começado a se reunir em caráter privado em 1972, a maioria ligada ao ensino superior e à pesquisa na área de ciências sociais e educação. Costa, comentando o encontro na SBPC, chama a atenção para o fato de que havia duas mesas com diferenças fundamentais: uma primeira que quebrava os cânones da academia, dispensando apresentação formal de trabalhos e reorganizando a disposição dos móveis, e uma outra mais formal, que seguiu a maneira usual de encontros acadêmicos. "A reunião da manhã era de feministas que também eram especialistas, a da tarde de especialistas que também eram feministas."[19]

A presença desse grupo na reunião da SBPC em 1975 e as sucessivas reuniões que aconteceram no âmbito dessa sociedade até 1985 são indicadores importantes de um tipo específico de feminismo que se desenvolveu no Brasil, que se poderia chamar de feminismo acadêmico[20]. É evidente que em 1975 a SBPC não era apenas uma sociedade científica, mas um dos raros espaços de discussão no Brasil que conseguia, até por sua legitimidade em termos científicos, burlar a rígida censura do regime militar. Mas o que é importante reter aqui é que a reunião das mulheres nesse evento inaugura um tipo de atuação feminista que foi fundamental nas décadas que se seguiram: a pesquisa científica sobre a condição da mulher no Brasil.

Maria Quitéria

Boletim do Movimento Feminino pela Anistia Ano I Nº 1

POR QUE A NOSSA LUTA EM FAVOR DA ANISTIA?

Toda a história do Movimento Feminino pela Anistia está num relatório que publicamos na página 3. Na página 2, estão os políticos e outras autoridades, entre as quais o arcebispo de São Paulo, cardeal Arns, que fizeram pronunciamentos em favor da anistia aos que foram punidos por atos de exceção Noss editorial, em que explicamos as razões dessa luta e por quê demos a este boletim o nome de Maria Quitéria, está na página 2. As adesões ao movimento na página 12. E nas páginas 8 e 9 noss colaboradores Alceu Amoroso Lima e Barbosa Lima Sobr

Edição nº 1 do jornal Maria Quitéria.

No próximo capítulo trataremos com mais detalhe do chamado feminismo acadêmico. Neste momento, o que deve ser apontado é a existência de um pólo irradiador do movimento feminista que parte de um núcleo de mulheres intelectualizadas de classe média e que se localiza à esquerda no espectro político.

O ano de 1975 foi também o da organização do Movimento Feminino pela Anistia. O movimento foi fundado por Terezinha Zerbini, esposa de um general que sofrera repressão com o golpe militar de 1964, e reunia, em um primeiro momento, familiares de pessoas que haviam sido exiladas, presas ou estavam desaparecidas. Esse movimento cresceu por todo o Brasil e foi fundamental na campanha pela anistia, que veio a ser promulgada no ano de 1979. A relação entre esse movimento e o feminismo, que dava seus primeiros passos no Brasil, foi das mais simples. Dois depoimentos de Terezinha são especialmente esclarecedores. Sobre a idéia da criação do movimento, diz:

> "Já há certo tempo, mulheres de várias profissões e idades se preocupavam em São Paulo com o problema da anistia. Entretanto, até 1975, anistia era tabu. Por isso, nosso mérito foi aproveitar o Ano Internacional da Mulher para cumprir nosso objetivo [...] Em março daquele ano, resolvemos nos reunir e no dia 13 de abril fizemos a fundação oficial do Movimento. Foi tirada uma comissão provisória e o Manifesto da Mulher Brasileira a favor da Anistia. Nessa ocasião, fui credenciada para ser a representante oficial do Movimento no México. Lá, apresentei uma moção pedindo anistia a todos os presos políticos do mundo".[21]

Não resta dúvida, pelo depoimento de Terezinha Zerbini, de que o movimento pela anistia no Brasil esteve ligado ao Ano Internacional da Mulher e à própria reunião da ONU. Entretanto é bastante surpreendente que dois anos após esse even-

Logotipo do Movimento Feminino pela Anistia.

Manifestação de mulheres pela anistia na Praça da Sé, em São Paulo, em 1979.

to, em entrevista ao jornal *Pasquim*, a mesma Terezinha Zerbini se distanciasse de qualquer identificação feminista de uma forma crítica e até agressiva:

> "Vou ser muito franca. As feministas não devem pensar que descobriram a pólvora [...] As feministas brasileiras procuraram seguir as feministas inglesas ou americanas, o que não faz sentido num Terceiro Mundo, ou principalmente no continente latino-americano, onde nossos problemas são pão, teto, educação, saúde. [...] O feminismo é colocado no Rio, em São Paulo, em Porto Alegre e talvez em Belo Horizonte. Quem for falar de luta feminista no Nordeste sairá a pedradas".[22]

Deve-se entender a manifestação de Terezinha Zerbini a partir das condições em que foi feita. Havia uma questão estratégica básica, como já observamos: o feminismo era malvisto no Brasil, pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista que se expressava tanto entre os generais de plantão como em uma esquerda intelectualizada cujo melhor representante era justamente o jornal *Pasquim*, que associava a liberalização dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a mulher e a um constante deboche em relação a tudo que fosse ligado ao feminismo. Era nesse ambiente que um movimento como o das mulheres pela anistia tinha que buscar adeptos para sua causa.

A distância entre o movimento liderado por Terezinha Zerbini e o movimento feminista que começava a se organizar no Brasil não era, entretanto, tão grande quanto este tipo de manifestação pode fazer parecer, pois foram várias as oportunidades em que o movimento se associou ao Centro da Mulher Brasileira e a outras entidades feministas para se expressar publicamente, como foi o caso

do manifesto de solidariedade às presas políticas em greve de fome, assinado pelo movimento, pelo CMB e pela Sociedade Brasil-Mulher:

> "Nós, representantes de entidades feministas brasileiras, cumprindo nosso papel em defesa dos Direitos Humanos, alertamos o povo para a dramática situação, pois se omitir nesta hora é corroborar para o prosseguimento de tamanha injustiça humana e social. Mais uma vez, perante tais arbitrariedades, unimos nossas vozes por uma anistia ampla, geral e irrestrita".[23]

De 1975, marco do movimento feminista no mundo e no Brasil, até 1979, quando o país dá os primeiros passos firmes em direção à democratização, com a anistia e a reforma partidária que terminou com o bipartidarismo, o movimento feminista no Brasil esteve associado muito de perto à luta pelo fim da ditadura militar. O encontro do feminismo à moda do Primeiro Mundo com a realidade brasileira daquela década promoveu situações tão complicadas quanto criativas: as mulheres de classe média, intelectualizadas, que estiveram nos Estados Unidos ou na Europa como exiladas, estudantes ou simples viajantes em busca de novas experiências, voltavam para o Brasil trazendo uma nova forma de pensar sua condição de mulher, em que o antigo papel de mãe, companheira, esposa não mais servia. Essas mulheres haviam descoberto seus direitos e, mais do que isso, talvez a mais desafiadora das descobertas, haviam descoberto os seus corpos, com suas mazelas e seus prazeres. Mas o Brasil que encontravam era um país dominado por uma ditadura militar sangrenta, na qual todas as frestas de expressão que sobraram deviam ser ocupadas pela luta pró-democratização, pelo fim da censura, pela anistia aos presos políticos e exilados. Somava-se a isso uma tradição marxista ortodoxa muito arraigada, que via esse tipo de luta como um desvio em relação à luta fundamental do proletariado contra a burguesia. Tal característica foi muito marcante na forma como se desenvolveu o Centro da Mulher Brasileira, fundado no Rio de Janeiro e que, após 1975, teve uma trajetória marcada pelo afastamento das feministas radicais e pela aproximação com posições políticas partidárias e com sindicatos.

Não há dúvida de que, de uma forma ou de outra, as questões levantadas pelas feministas chegaram até as organizações operárias, principalmente os sindicatos. São indicativos disso os encontros que começaram a acontecer a partir de 1977, que comprovam que as mulheres estavam começando a expor suas

[Car]taz do I Congresso da Mulher Metalúrgica [de] São Bernardo e Diadema (SP).

especificidades como trabalhadoras em relação aos companheiros homens. Nos anos de 1977 e 1978 aconteceram respectivamente o I e o II Encontro da Mulher que Trabalha, o primeiro no Sindicato dos Aeroviários e o segundo no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. Também em 1978 aconteceu o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, em São Paulo.

A década de 1970 lançou para o mundo e para o Brasil a questão da mulher. No Brasil, como vimos, a particularidade da implantação do movimento deu-se por conta de uma paradoxal situação. Por um lado, o regime militar e repressivo não via com bons olhos qualquer tipo de organização da sociedade civil, ainda mais quando se tratava de mulheres que, inspiradas nas norte-americanas, ameaçavam a tradição e a família brasileira. Mas o paradoxo se constitui na medida em que as mulheres também não encontravam guarida entre os grupos que lutavam contra a ditadura e professavam ideologias do tipo libertário. A resistência ao feminismo por grupos exilados beirou atitudes muito próximas daquelas que viam na moderada advogada Romy Moreira um perigo. De qualquer forma, no fim da década havia um fato inegável: o movimento feminista existia no Brasil. Frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presente, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos, tanto dos militares como dos companheiros homens da esquerda. Na década seguinte, o feminismo brasileiro viria a experimentar a redemocratização.

O feminismo na redemocratização

O ano de 1979 foi marcado por dois acontecimentos que, mesmo não sendo diretamente relacionados ao movimento feminista, tiveram grande influência em seu desenvolvimento durante a década de 1980: a anistia aos presos e exilados políticos e a reforma partidária. A anistia trouxe de volta ao Brasil um conjunto significante de militantes que haviam sido a vanguarda da esquerda brasileira nos anos 1960. Pessoas que viveram por muitos anos no exterior, principalmente na Europa, voltavam com novas idéias e muitas vezes chocavam aqueles que haviam crescido no Brasil da década de 1970 e idealizavam os líderes exilados. Mas a anistia também marcou o início de uma época de maior liberalização, menos repressão, menos medo e mais possibilidades de manifestação. Vivia-se ainda sob o domínio dos militares, o presidente da República continuava a ser escolhido entre os generais de quatro estrelas, mas o AI-5 não vigia mais e o custo político da repressão era muito alto para os generais, que prometiam uma democratização gradual. No mesmo ano, os estrategistas do governo elaboraram uma reforma partidária acabando com o bipartidarismo, que havia vigorado des-

de 1965, com a decretação do AI-2. A oposição unida tornara-se imbatível e os militares gradualistas, sob a liderança do presidente Figueiredo, trataram de, por meio de uma reforma, criar espaços para as múltiplas manifestações político-ideológicas das oposições, quebrando assim sua unidade e a possibilidade, bastante real, de uma vitória eleitoral. Se a reforma, por um lado, realmente implodiu a unidade oposicionista, por outro veio ao encontro dos anseios por expressão própria das múltiplas correntes que se agrupavam sob a sigla do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Este é o cenário no qual se desenvolveram os acontecimentos da década de 1980. Se para muitos analistas da economia brasileira a década foi perdida, para a política esse definitivamente não foi o caso. O movimento feminista, particularmente, tomou novos rumos. A volta à normalidade política foi a grande questão daquele momento político, pois levou as militantes feministas até então identificadas com o MDB a se dividirem entre o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sucedâneo do MDB) e o PT (Partido dos Trabalhadores). A questão política parecia dominar o feminismo em 1982, quando das primeiras eleições gerais no país (exceto para presidente da República). Com o processo de redemocratização mais avançado surgia uma nova divisão entre as feministas: de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação.

Surgem ao longo da década fortes grupos feministas temáticos, associados ou não a essa dicotomia, entre os quais se destacaram os que passaram a tratar da violência contra a mulher e da sua saúde. Também nos anos 1980 houve espaço para o surgimento e o desenvolvimento do que se poderia chamar de feminismo acadêmico, ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e em pesquisas de ciências humanas e educação realizadas nas grandes universidades do país, em algumas das quais surgiram Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher.

A relação do feminismo com o campo político a partir de 1979 deve ser examinada de três perspectivas complementares: a conquista de espaços no plano institucional, por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; a presença de mulheres nos cargos eletivos; e as formas alternativas de participação política. Em qualquer um desses espaços a presença das mulheres e,

mais do que isso, de feministas tem sido fruto de múltiplas tensões resultantes de fatores como a própria resistência de um campo completamente dominado por homens à entrada de mulheres e a estratégia do próprio movimento, que muitas vezes viu o campo da política como uma ameaça à sua unidade.

Os conselhos

A criação de conselhos e até de ministérios que se ocupassem exclusivamente das questões referentes à mulher nunca foi uma idéia consensual no interior do movimento feminista, quer tomemos por referência o cenário brasileiro, quer os países europeus. Em termos gerais, as resistências à incorporação do tema à pauta oficial dos governos e, mais do que isso, às instituições no interior do aparato do Estado apontavam para o perigo da perda de autonomia do movimento em relação aos partidos do governo de plantão. Somava-se a isso a própria condição de radicalidade de parte do movimento feminista, que lutava por transformações profundas nas relações de poder, que não poderiam advir de uma estreita colaboração entre o movimento e o Estado.

No Brasil, essa questão geral era vivenciada dentro de um quadro particularmente complicado pela história do país. A questão da institucionalização se colocava no momento da abertura política, quando havia sem dúvida uma aposta na construção de instituições políticas democráticas, capazes de dar conta de demandas represadas da sociedade ao longo dos anos de regime militar. Daí resulta que uma parcela das feministas, que havia lutado pela redemocratização e que via em 1982 seu partido, o PMDB, assumir governos estaduais, foi buscar nestes novos governos espaços para a defesa de sua causa. Entretanto, deve-se ter presente que a reforma partidária de 1979 havia dividido a oposição ao regime em pelo menos duas grandes porções, uma delas acolhida no PMDB e outra no PT. Esse segundo grupo tendia a opor-se à institucionalização, tanto porque ela decretava no momento sua própria exclusão como por uma visão mais radical e autonomista do movimento.

O encontro entre o movimento e o campo político traz uma problemática fundamental que deriva da própria natureza do movimento social, colocando-o diante de duas alternativas: atrelar-se a um partido e ameaçar sua unidade e sua

autonomia ou se manter unido e limitar sua participação política à pressão. Se for tomada a primeira opção, e é ela que nos interessa aqui, novamente há duas possibilidades: o caminho da representação, ou seja, da candidatura a cargos eletivos nos parlamentos, ou o caminho da ocupação de espaços no aparelho estatal, tanto por meio da instituição de novos espaços, como o dos conselhos, como pela ocupação de cargos propriamente políticos e/ou burocráticos.

A institucionalização acabou acontecendo. Sua forma mais visível foi a dos conselhos da condição da mulher, mas não foi a única e possivelmente também não foi a mais bem-sucedida. A história da institucionalização do movimento feminista junto ao Estado por meio da organização de conselhos estaduais e do Conselho Nacional passa pela vitória do PMDB em alguns estados brasileiros em 1982, mais especificamente pela eleição de Franco Montoro no estado de São Paulo, onde o movimento feminista era bastante organizado e tinha algumas figuras de projeção nacional nas áreas da cultura, da política e da academia. A proposta do conselho foi apresentada ao governador por um grupo de mulheres do PMDB e ele foi oficializado por decreto em abril de 1983, tornando-se o primeiro órgão desse tipo a ser criado no Brasil.

O Conselho Estadual da Condição Feminina (SP) tinha caráter consultivo e propositivo, não possuía orçamento próprio e era composto por mulheres do partido vencedor. Desde sua criação enfrentou uma forte oposição de feministas ligadas ao PT e de grupos de mulheres das camadas populares que lutavam, entre outras causas, por creches. Esse primeiro encontro de fato das feministas com o Estado foi particularmente rico e nos oferece pistas importantes para compreender a relação entre movimentos sociais e o Estado no Brasil, nesse período, e seus efeitos, que chegam até nós 20 anos depois. O movimento encontrava-se em uma encruzilhada que parece marcá-lo até hoje. Havia por parte das feministas do PMDB um senso de oportunidade, ou seja, a real possibilidade de criação do conselho; mas, se houve força por parte dessas mulheres para criá-lo, isso não implicou disponibilidade do aparato do Estado como um todo de aceitar essa presença. Esse é um dos grandes problemas que a institucionalização tem encontrado na história recente: os grupos são suficientemente fortes para romper a impermeabilidade estatal, mas não o bastante para ocupar um espaço nas instâncias decisórias. Ao mesmo tempo, precisam lidar com a oposição de parcelas do movimento – no caso de São Paulo bastante expressivas – que não aceitam a

institucionalização. Nesse quadro, o conselho de São Paulo tinha uma posição complicadíssima, pois, sendo partidário e governista por sua própria forma de criação, necessitava, para existir e pressionar o governo, de apoio de fora[1]. Em relação ao conselho paulista, Beth Lobo, líder feminista de esquerda, assim reagiu:

> "A questão da mulher não pode mais ser uma questão de esposas de políticos e de chás beneficentes. Nós abandonamos o *status* de objeto para sermos tema. A luta por nossa liberação não tem como base uma liberação acordada, porque nós somos sujeitos desta luta, nós devemos então decidir nossa vida. Os movimentos populares de mulheres querem tomar as suas próprias decisões. E nós esperamos que haja lugar neste novo governo para esta participação".[2]

A questão levantada por Lobo é central na história da institucionalização do movimento, pois a forma de recrutamento das mulheres para ocupar posições em conselhos ou em outros órgãos estatais é definidora da relação do movimento com o Estado e da independência do primeiro em relação ao segundo. Se o recrutamento ocorre a partir do Estado, a tendência é que partido e movimento venham a se confundir, resultando daí que, por mais feministas que sejam as mulheres recrutadas, elas acabarão ficando de alguma forma comprometidas com as propostas de governo. De outra sorte, se o recrutamento realiza-se a partir dos movimentos, há em princípio a possibilidade de se construir um espaço mais independente. Ora, se a última alternativa parece ser a mais democrática, é também a mais difícil de ser concretizada. A alternativa do recrutamento de correligionárias de partido tem sido a regra e acarreta problemas de perda de autonomia e independência. Tanto o nascimento como a virtual morte do Conselho Nacional do Direito da Mulher (CNDM) foram em muito condicionados por esse cenário.

A criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher, em 1985, foi o resultado de uma mobilização que começou com a Campanha das Diretas-Já em 1983, quando novamente as oposições se uniram em torno de uma única bandeira e foi instituído o Movimento de Mulheres pelas Diretas-Já. Com a derrota da emenda que restaurava as eleições diretas para presidente da República e a conseqüente eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, novamente o movimento se dividiu e o grupo de mulheres ligadas ao PMDB teve de enfrentar a questão de ser governo e ocupar espaços para sua causa no aparato estatal. O

conselho nasceu da iniciativa de um grupo de 40 mulheres do partido que procurou Tancredo Neves, ainda candidato, dele obtendo a garantia da instauração de um órgão estatal para cuidar dos direitos da mulher. José Sarney, o vice-presidente que assumiu com a morte de Tancredo, manteve a promessa e criou o conselho em 1985.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado junto ao Ministério da Justiça, com orçamento próprio, tendo sua presidente *status* de ministro. Era composto por 17 conselheiras, nomeadas pelo ministro da Justiça, por um Conselho Técnico e por uma Secretaria Executiva. O conselho teve uma curta vida como órgão de articulação das demandas do movimento feminista e de mulheres em geral. Sua atuação real estendeu-se de 1985 a 1989. Com o governo Collor, o CNDM perdeu seu orçamento e passaram a ser indicadas para a direção e como conselheiras, na maioria das vezes, mulheres com pouca tradição no movimento feminista. Diferentemente do que havia acontecido em seus primeiros anos, mesmo com a chegada do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) – partido que abriga algumas das mais históricas feministas brasileiras – ao governo, em 1994, o conselho não conseguiu recuperar o espaço que havia conquistado na década de 1980.

Entre 1985 e 1989, o CNDM tratou de quase todos os temas que centralizavam a luta feminista brasileira, desde questões consensuais como a luta por creches até as polêmicas ligadas a sexualidade e direito reprodutivo. Entretanto, sua maior e mais bem-sucedida intervenção aconteceu junto à Assembléia Nacional Constituinte, êxito concretizado na própria Constituição de 1988.

A Constituição de 1988

Na história recente do país, a Assembléia Constituinte é um momento paradigmático do tipo de participação, até então possível, do movimento feminista na política. O perfil da bancada feminina no Congresso Constituinte é particularmente interessante para exemplificar, antes de tudo, a ausência das feministas no espaço legislativo. Para a Câmara dos Deputados, na legislatura 1986-1990, que teve funções constituintes, foram eleitas apenas 26 mulheres, que representavam 5,7% da Casa. As regiões Norte e Nordeste foram as que mais contribuí-

Mulheres no Congresso Nacional reivindicam direitos na Constituinte de 1987-1988. Em primeiro plano aparece o senador Nélson Carneiro.

ram com deputadas mulheres. É surpreendente que a região Sudeste, a mais urbanizada e desenvolvida do país e onde, sem dúvida, o movimento feminista era mais forte e tinha mais visibilidade, tenha eleito um número pequeno de mulheres. Houve um número significativo de mulheres eleitas por partidos situados à direita do espectro político: nove do PFL (Partido da Frente Liberal) e duas do PDS (Partido Democrático Social), partidos muito pouco permeáveis às questões referentes aos direitos das mulheres.

Ainda é importante ressaltar, em relação às deputadas, que apenas Moema San Tiago tinha atuação feminista pública, mas tinha também, paralelamente, uma significativa história na política no Ceará, independente de sua militância no movimento. O recrutamento das mulheres ocorreu segundo moldes clássicos: famílias de políticos, popularidade adquirida nos meios de comunicação, história partidária – mas não a partir de organizações de mulheres dentro ou fora dos partidos. O movimento feminista, depois de mais de dez anos de atividade no Brasil, não havia mudado o quadro da presença feminina no Legislativo brasileiro. Isso, porém, não implicou, como veremos a seguir, a ausência do movimento nos trabalhos constituintes.

Cartaz do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher sobre a Constituinte.

Mesmo com as características atrás apontadas, muito distantes, portanto, do feminismo, as mulheres eleitas deputadas tiveram uma trajetória surpreendente: superando suas diversas extrações partidárias, se autodenominaram "bancada feminina" e apresentaram 30 emendas sobre os direitos das mulheres, englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista. É possível apontar três razões para essa tomada de posição das deputadas: a primeira é a presença de três emendas populares promovidas por movimentos de mulheres, que propunham o alargamento dos direitos da mulher; a segunda, a presença do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na época dirigido pela socióloga Jaqueline Pitanguy, que mobilizou os movimentos de mulheres para uma atuação constante junto aos constituintes e, principalmente, às deputadas constituintes, no sentido de incorporar à nova Carta pontos fundamentais dos direitos da mulher, pelos quais o movimento feminista lutava havia algum tempo no Brasil; finalmente, deve-se ter presente a própria dinâmica interna da Câmara dos Deputados, espaço privilegiadamente masculino que, certamente, colaborou para o crescimento de uma identidade e de uma solidariedade femininas entre essas 26 mulheres.

O CNDM foi uma presença fundamental durante os trabalhos de preparação e, posteriormente, no próprio período dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Começou por promover uma campanha nacional na televisão e por meio de *outdoors* com o *slogan* "Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher!". Reuniu em Brasília um grande grupo de feministas em um encontro do qual resultou um documento entregue aos constituintes chamado "Carta das Mulheres"; participou formalmente com relatos nas subcomissões de Direitos e

Garantia Individuais, Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, Família, Menor e Idoso; distribuiu em todo o Brasil uma "carta-modelo" para ser enviada pelas mulheres aos constituintes com as principais reivindicações dos movimentos de mulheres; organizou uma comissão de alto nível formada por advogadas para o exame de substitutivos e anteprojetos das subcomissões, assim como para elaboração de emendas; apresentou o documento "Propostas à Assembléia Constituinte", defendendo os direitos das mulheres em um conjunto de temas; acompanhou e assessorou constantemente a bancada feminina na Câmara e as votações de interesse específico das mulheres.

A "Carta das mulheres", promovida pelo CNDM mas de autoria de um conjunto muito amplo de mulheres chamadas a Brasília, foi o documento mais completo e abrangente produzido na época, e possivelmente um dos mais importantes elaborados pelo feminismo brasileiro contemporâneo. Está dividida em duas partes, a primeira propõe uma agenda que ultrapassa em muito os limites dos interesses corporativos das mulheres. Isso era especialmente importante por se tratar de uma intervenção a partir de um grupo que representava interesses de um movimento social tão específico. O documento defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reforma agrária, reforma tributária, negociação da dívida externa, entre outras propostas. Na segunda parte, o documento detalhava as demandas em relação aos direitos da mulher no que se referia a trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, entre outros. Em dois pontos a carta apresentou originalidade em relação aos demais documentos do período. O primeiro refere-se à questão da violência contra a mulher, expresso numa detalhada proposta de defesa da integridade física e psíquica das mulheres, redefinindo o conceito de estupro e sua classificação penal, apenando o explorador sexual e solicitando a criação de delegacias especializadas no atendimento da mulher em todos os municípios do território nacional. O segundo diz respeito ao polêmico tema do aborto: a carta não propõe explicitamente a legalização da prática, mas postula um preceito constitucional que abriria caminho para uma posterior discussão do tema. Nela se lê: "Será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre o seu próprio corpo".

A questão do aborto desapareceu no documento "Proposta à Assembléia Nacional Constituinte", do CNDM, que, mesmo assumindo quase todas as deman-

das do movimento feminista, deixou também de fora qualquer articulação com um movimento mais amplo de luta para assegurar direitos ao conjunto da população. Se essa última postura estava de certa forma muito atrelada a uma posição de defesa política do governo, o que sem dúvida era o caso da direção do conselho, a ausência da questão do aborto tinha outro significado: era um recuo tático diante do avanço do pensamento conservador. A iminência da criminalização do aborto mesmo em caso de estupro e perigo de vida da gestante levou o CNDM a promover uma campanha nacional para que fossem mandados telegramas para manter o direito ao aborto nesses casos.

A presença de militantes do movimento feminista durante os trabalhos constituintes e a capacidade que tiveram de fazer pressão, vencer resistências e fazer que fossem incorporadas suas demandas no texto da Carta Constitucional apontam para um fenômeno que não pode ser desprezado. Trata-se de formas alternativas de participação política que não passam pela representação. Atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva, foi uma das marcas do movimento feminista brasileiro da década de 1980. O caso da Constituinte é particularmente interessante, pois não se tratava de forma alguma de um Congresso Constituinte feminista, nem mesmo de uma bancada feminina feminista. Todavia foram muitas as vitórias do movimento. Esses êxitos foram conseqüências de uma bem montada estratégia de mobilização que reuniu mulheres no país inteiro, levou para Brasília lideranças regionais, promoveu campanhas e manteve um atento acompanhamento ao longo dos trabalhos.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte houve uma expressiva mobilização da sociedade civil por meio de suas entidades para enviar emendas populares, que, segundo o regimento da Constituinte, deveriam conter no mínimo 30 mil assinaturas. Foram enviadas 122 emendas, somando ao todo 12.265.854 assinaturas. Quatro dessas emendas trataram dos direitos das mulheres, três delas promovidas por associações de mulheres e grupos feministas, somando 243.068 assinaturas.

Entre as emendas que tratavam dos direitos da mulher, a que continha o maior número de assinaturas era a promovida por três entidades: a Federação das Associações de Bairro de Salvador, a Associação de Moradores de Plataforma e a Associação de Mulheres de Cosme de Farias. Apresentava como proposta a aposentadoria das donas-de-casa, justificando o trabalho doméstico como contribuição à renda familiar, e a aposentadoria como reparação pelas atividades

profissionais não exercidas pelas mulheres em razão desse tipo de ocupação (Emenda 19). A aposentadoria da mulher dona-de-casa tem sido um tema muito presente no movimento feminista, mas ao mesmo tempo bastante controverso. Tem, contudo, um apelo popular muito forte, na medida em que protegeria largas parcelas da população pobre e deslocada do mercado de trabalho. O fato de ser uma emenda com grande número de assinaturas (132.528) e promovida por entidades populares dá a medida da popularidade alcançada pela proposta. Mesmo assim, a emenda sobre aposentadoria das donas-de-casa não foi incorporada pela bancada feminina nem tampouco consta da Constituição.

A emenda mais abrangente foi a de número 20, promovida pela Rede Mulher de São Paulo, pelo Serviço de Informação da Mulher de Mato Grosso do Sul e pelo SOS Corpo de Pernambuco, e foi o resultado de um trabalho organizado. Na justificativa da emenda lê-se:

> "Durante dois anos, centenas de grupos de mulheres de todo o país realizaram um trabalho conjunto através de um projeto denominado 'Nós e a Constituinte'. Como resultado de encontros, seminários e assembléias, foi elaborado um dossiê de propostas, cuja síntese está contida na presente emenda sobre os 'Direitos da Mulher', que desejamos ver assegurada na nova Constituição Brasileira".[3]

A emenda tem como principais tópicos a denominação homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, em vez de homens e trabalhadores; saúde da mulher; igualdade na sociedade conjugal; assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual; liberdade de planejamento familiar; direito de posse e de propriedade da terra para a mulher; defesa dos interesses individuais e da comunidade contrariados pela propaganda da violência ou de atos que discriminam pessoas ou entidades. Todas essas reivindicações foram assumidas nas emendas das deputadas constituintes.

A terceira emenda popular promovida por mulheres é a de número 65 e trata da legalização do aborto. Três grupos feministas propuseram a emenda: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, União de Mulheres de São Paulo e Grupo de Saúde Nós Mulheres, recolhendo 33.338 assinaturas (o mínimo para ser aceita uma emenda popular era de 30 mil assinaturas). A emenda sobre aborto não teve repercussão na Assembléia Constituinte.

Os direitos da mulher na Constituição de 1988

A Constituição de 1988 consagrou conquistas importantes no campo dos direitos da mulher. São elas:

"homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição" (Art. 5º, I);

"às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação" (Idem, L);

"licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário com duração prevista de cento e vinte dias" (Art. 7º, XVIII);

"licença paternidade, nos termos fixados em lei (Idem, XIX); proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei" (Idem, XX);

"proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil" (Idem, XXX);

"são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos [...] bem como sua integração na previdência social" (Idem, XXXIV, parágrafo único);

"o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei" (Art. 189, Parágrafo único);

"os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher" (Art. 226, Parágrafo 5º);

"fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas" (Idem, Parágrafo 7º).

A mobilização do movimento feminista durante os preparativos para a Constituinte e durante o próprio período dos trabalhos constituintes possivelmente é um dos melhores exemplos na então jovem democracia brasileira de organização da sociedade civil com o objetivo de intervir diretamente no campo político. Houve uma rede de participação que envolveu centenas de pequenos grupos, feministas ou não, com expressão local, regional ou nacional, mulheres com lideranças nas mais diversas áreas, sindicalistas, políticas, acadêmicas, líderes no

movimento dos sem-terra etc. O CNDM foi sem dúvida um articulador fundamental dessa organização.

As formas alternativas de participação política não podem ser confundidas com espontaneísmo, elas possivelmente necessitam de maior organização do que as tradicionais, há muito tempo lideradas pelos partidos políticos. No momento da Constituinte, o CNDM teve um importante papel organizador, mas isso não lhe garantiu a consolidação de um espaço no aparato estatal. O rápido declínio do CNDM quando os ventos políticos não lhe estavam mais favoráveis é indicativo da precariedade desse tipo de inclusão de movimentos sociais no aparato estatal. Não tendo uma bancada forte para lhe sustentar e faltando-lhe legitimidade social que pressionasse o governo de plantão a não tomar medidas contrárias à sua existência, esta ficou muito ameaçada. A Constituinte foi um momento muito particular na história recente do país, no qual houve um formidável movimento de participação da sociedade que extrapolou, inclusive, os tradicionais limites partidários. Tal mobilização, expressa nas emendas populares à Constituinte, possibilitou que o movimento feminista fosse protagonista em um cenário muito particular e promissor no Brasil: o encontro da sociedade civil organizada com instituições estatais e com o Parlamento, num momento em que a primeira teve poder para pressionar, limitar e modificar a ação dos dois últimos.

Os novos temas da década de 1980

Como vimos até o momento, a década de 1980 trouxe consigo a partidarização e a institucionalização do movimento feminista no Brasil. As eleições de 1982 haviam dividido as militantes em dois grandes grupos, as peemedebistas e as petistas. As feministas começam a ocupar cargos estaduais com a eleição de alguns governadores do PMDB, principalmente em São Paulo, e federais, com a criação do CNDM, em 1985, que teve papel decisivo na conquista de um conjunto importante de direitos na Constituição de 1988. Esse conjunto de ações, entretanto, não esgota a presença do feminismo no país durante a década. Ao lado das ações mais políticas, muitas vezes identificadas partidariamente, se firmaram no país grupos autônomos organizados, principalmente em torno de duas temáticas específicas: violência e saúde.

A questão da violência contra a mulher foi sempre tratada no Brasil como um tema tabu, restrito à esfera privada. A posição do homem como portador do direito de vida ou morte sobre aqueles sob o seu teto tem raízes na casa-grande escravocrata. A mulher naquela situação era freqüentemente objeto de estupro. Ou era a mulher branca, que se submetia ao homem por ser este seu dever de esposa para reproduzir a prole, ou era a mulher negra, objeto de desejo do homem branco que se permitia com ela prazeres não permitidos na casa-grande. A não-submissão dessas mulheres ao poder do homem justificava a violência. Somava-se a esse poder de mando a moral católica e sexista que reinava no país e que constituía as mulheres como sujeitos submissos e castos desde a mais tenra idade, estabelecendo esse como o único padrão aceitável de feminidade.

O século XX trouxe a urbanização e, com ela, o fim da família estendida. A mulher, principalmente a partir da segunda metade do século, cada vez mais sai à rua para trabalhar e dividir com o marido o sustento da casa, mas essa nova situação não mudou radicalmente a posição de mando no interior da sociedade conjugal. O homem, protegido por uma legislação arcaica e uma moral conservadora, continuou sendo a voz de mando na casa em relação tanto à mulher como aos filhos, e os atos de violência contra a mulher e os filhos eram vistos como questões de foro privado em que o Estado e a lei não deveriam interferir. A jurisprudência nacional cunhou o direito do homem de matar em legítima defesa da honra. Bastava ser traído para que o crime deixasse de existir como tal. A eliminação da mulher era um direito considerado legítimo. Em 1976, um crime abalou a elite carioca e tornou-se notícia em todos os grandes jornais do país. Doca Street, que matara sua ex-mulher Ângela Diniz e fora levado a julgamento, foi absolvido com o argumento de ter matado em legítima defesa da honra. Esta sentença provocou uma das primeiras grandes campanhas públicas das feministas no Brasil e com certeza foi grandemente responsável pela condenação do assassino em um segundo julgamento. Estava inaugurada uma nova fase na história da violência contra a mulher no país.

No início da década de 1980 surgiram pelo Brasil inúmeras organizações de apoio à mulher vítima de violência; a primeira delas foi o SOS Mulher, inaugurado no Rio de Janeiro em 1981. A trajetória desse tipo de ação feminista é particularmente interessante na medida em que aponta para uma tendência que será predominante no movimento na década de 1980. O objetivo dos SOS Mulher era

constituir um espaço de atendimento de mulheres vítimas de violência e também um espaço de reflexão e de mudança das condições de vida dessas mulheres. No entanto, logo nos primeiros anos, as feministas entraram em crise, pois seus esforços não resultavam em mudança de atitude das mulheres atendidas, que, passado o primeiro momento de acolhimento, voltavam a viver com seus maridos e companheiros violentos, não retornando aos grupos de reflexão promovidos pelo SOS Mulher.

Esse momento é um divisor de águas no movimento feminista. Até então, as mulheres militantes identificavam-se como sujeitos de sua causa: elas eram as vítimas da opressão contra a qual lutavam. A crise entre feministas e mulheres dos partidos de esquerda no Brasil ainda durante o período do regime militar surgiu por conta da diferenciação que as militantes comunistas faziam entre elas, "mulheres cultas e politizadas", e "as companheiras da classe operária, as realmente vítimas do patriarcalismo burguês". Agora, diante de uma questão de natureza muito diversa, as feministas encontravam-se em uma situação que revelava algumas semelhanças. As mulheres que formavam o SOS Mulher não eram as vítimas de violência física. A vítima era, isso sim, a outra, aquela que não era feminista, aquela que não tinha cultura, aquela que não tinha condições econômicas. As feministas depararam nesse momento com "a vida como ela é" e parecem não ter gostado do que viram. Não conseguiram entender, a princípio, o uso que as mulheres vítimas pertencentes às camadas populares (eram essas que chegavam ao SOS Mulher) estavam fazendo de um serviço colocado à sua disposição. O SOS Mulher protegia a mulher do agressor e ao mesmo tempo o assustava. Essa mulher mudava sua posição na relação com o agressor, pois tinha uma nova arma na negociação com o parceiro. Não estava mais sozinha. As mulheres das camadas populares eram, na maioria das vezes, mães de muitos filhos, trabalhavam em casa ou ganhavam salários irrisórios, viviam em regiões distantes e perigosas onde a ausência de um homem em casa muitas vezes representava não só a fome, como constituía realmente um risco para a sobrevivência física das mulheres e dos filhos. Nesse cenário, as mulheres agredidas não queriam se tornar militantes feministas, queriam apenas não ser mais agredidas.

O encontro entre essas duas realidades tão diversas fez que esse tipo de militância feminista tomasse uma nova forma, renunciando à identificação com seu grupo alvo e passando a organizar-se de forma profissional – surge um femi-

nismo de prestação de serviço, em que as mulheres vítimas da violência encontravam profissionais da saúde e da área jurídica para lhes dar apoio. Encontramo-nos aí diante de um tipo de organização que se espraiou ao longo da década de 1980 e dominou o movimento na década de 1990, isto é, o feminismo profissionalizado das organizações não-governamentais (ONGS).

A partir de 1985, a questão da violência contra a mulher toma outros rumos com a criação da primeira delegacia especializada. Essas delegacias se popularizaram por todo o país e, em 1992, já somavam 141, nas mais diversas regiões. Essa foi uma política pública bem-sucedida que, em primeiro lugar, atendia a uma demanda das feministas, ou seja, a criação de um espaço na polícia no qual o ambiente não fosse hostil à mulher agredida. Os relatos de maus-tratos recebidos por mulheres nas delegacias quando iam dar queixa de agressões afastavam definitivamente essas mulheres da esfera policial. O homem, portanto, gozava de total impunidade, já que muitas vezes tinha no próprio policial um aliado. Em segundo lugar, era uma política pública que permitia uma ampla visibilidade a custo muito baixo, na medida em que resolvia inclusive "um novo problema" que se colocava à corporação policial: a presença crescente de mulheres delegadas. Designar essas mulheres para as delegacias especiais para mulheres as retirava de um espaço entendido pelos policiais como exclusivamente masculino, diminuindo a competição para o avanço na carreira. Algumas delegadas viam a designação para essas delegacias como castigo; outras, entretanto, tornaram-se profissionais seriamente envolvidas com a condição da mulher vítima de agressão. Mesmo assim, a grande queixa dessas profissionais é a mesma, apenas em uma outra esfera, das feministas dos SOS: as mulheres vão às delegacias no momento da agressão, mas dificilmente mantêm a queixa; o que realmente elas desejam do órgão policial é que o agressor seja chamado e se comprometa a não prosseguir na conduta agressiva.

O feminismo, as feministas e as delegacias da mulher não resolveram a questão da violência contra a mulher. Houve uma tendência nas últimas décadas de um aumento generalizado da violência tanto contra as mulheres como contra todas as pessoas que se encontram em posição de fragilidade, mesmo que circunstancial. Mesmo assim, para a mulher houve um avanço fundamental quanto à questão da violência: ela se tornou reconhecida como vítima, daí ter direito ao tratamento dado pelos órgãos públicos às demais vítimas. Até poucos anos atrás, a violência contra a mulher não era reconhecida como tal, dizia respeito apenas a cada homem.

O segundo tema que se tornou central no movimento feminista a partir da década de 1980 foi o da saúde da mulher, um tema particularmente sensível e controverso devido à sua abrangência temática e às relações com o Estado que ele implica. Além de temas tradicionais como os cuidados com a maternidade e com a prevenção do câncer, a questão da saúde da mulher pressupunha três outros temas que envolviam controvérsias e preconceitos: planejamento familiar, sexualidade e aborto. A primeira questão era particularmente sensível dentro do movimento feminista, pois o planejamento familiar sempre fora entendido no Brasil como controle da natalidade das populações pobres. Durante o período do regime militar, a forte presença do organismo norte-americano Benfam e sua política pouco cuidadosa de distribuição gratuita de anticoncepcionais entre a população pobre criaram grande dificuldade para a aceitação de qualquer política de planejamento familiar. Novamente aqui, como no caso da violência, as feministas tiveram de se enfrentar com as mulheres das camadas populares, com problemas muito concretos e, nesse caso, um problema muito parecido com o das próprias feministas: a vontade de limitar drasticamente o número de filhos. Ora, se isso parecia um direito para as mulheres intelectualizadas de classe média, tomava ares de política pública conservadora quando o alvo eram as camadas populares. Isso fez com que as feministas passassem a ter um grande papel na elaboração de projetos de planejamento familiar que buscassem atender as mulheres de camadas populares sem cair em políticas discriminatórias.

O segundo tema controverso era o aborto. No Brasil, a cifra anual de abortos ultrapassa em muito a casa de 1 milhão, a maioria deles feita em condições muito precárias. Entretanto, em que pese ser uma prática bastante recorrente, a simples discussão sobre a possibilidade de sua legalização causa grande reação, principalmente da Igreja Católica. Como parte dessa Igreja esteve desde a década de 1960 muito associada à esquerda, não se constituiu no Brasil um pensamento de esquerda vigoroso que fosse capaz de sustentar uma discussão pública sobre temas éticos e comportamentais que enfrentasse o senso comum conservador do país. Decorrência dessa situação, a esquerda brasileira pós-regime militar tem sido muito omissa a esse respeito, exceção feita, claro, às feministas, que, mesmo quando vinculadas à Igreja Católica, têm tido um papel central no enfrentamento de temas tabus como esse[4].

O terceiro tema é o da sexualidade, que teve grande centralidade nos grupos de reflexão na Europa e nos Estados Unidos desde as primeiras manifestações da nova fase do feminismo a partir do fim da década de 1960, mas que, entretanto, chegou tardiamente ao Brasil – ou pelo menos às manifestações públicas das feministas. Certamente as mulheres que se reuniam em pequenos grupos ainda no início da década de 1970, na maioria com experiência internacional, discutiam questões de sexualidade. Mas o movimento, quando se apresentava publicamente, deixava essas questões de fora, quer pelas próprias condições do país, que exigiam das mulheres uma constante postura pública de luta pela conquista de direitos civis e sociais negados pelo regime militar, quer por estratégia, pois a esquerda via a questão como um tema burguês e a direita como uma ameaça à família.

A década de 1980 foi fundamental na luta das feministas brasileiras em relação à questão da saúde em dois níveis: na criação de grupos que buscavam formas alternativas de atendimento à mulher e na implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), pelo Ministério da Saúde, em 1983. Já no início dos anos 1980 aparece o SOS Corpo de Recife, que se tornará uma importante referência nacional no que se refere à saúde da mulher. Na mesma época surge em São Paulo o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Esses grupos, como os que se formaram ao redor da questão da violência, têm uma natureza dupla. Por um lado, são grupos de discussão que elaboram documentos e demandam políticas públicas. Por outro, fazem uma espécie de assistência social qualificada às mulheres das classes populares. A experiência das feministas ligadas à área da saúde no atendimento das mulheres foi fundamental para que elas interviessem com muita presença na elaboração do PAISM, inclusive na época de sua implantação, quando muitas delas fizeram parte da própria coordenação do programa.

O PAISM foi sem dúvida uma das mais bem-sucedidas intervenções de um movimento social organizado na esfera das políticas públicas. O programa abrangia todas as fases da vida da mulher, da adolescência à velhice, tomando em consideração aspectos não apenas biológicos, mas também sociais, das condições em que a maioria das mulheres viviam. No período inicial, de implantação, foi uma experiência que mostrou as possibilidades de fiscalização e de controle de um movimento sobre políticas que lhe dizem respeito. Em 1986 aconteceu a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher em Brasília, que reuniu mulheres vindas de todo o Brasil, que antes haviam se reunido em pré-conferências locais. A longo prazo, porém, o PAISM teve muito pouco êxito em sua implantação, deixando, na década de 1990, de ser uma política pública abrangente e se restringindo a experiências pontuais, em que pese continuar até hoje uma referência no que diz respeito à saúde da mulher.

O feminismo acadêmico

Desde suas primeiras manifestações no Brasil, ainda no fim do século XIX, o movimento feminista foi caracterizado por reunir mulheres intelectuais que se manifestavam por meio de jornais, palestras, romances e peças de teatro. A segunda fase do movimento, a partir da década de 1970, não foi diferente, tanto aqui como nos países europeus e nos Estados Unidos. Como já vimos, o movimento feminista não é um movimento popular, nem no sentido de classe nem no sentido de seu raio de ação. A chegada até as camadas populares ocorre ao longo de sua história como uma escolha política estratégica, e não como decorrência natural de seu desenvolvimento. De forma distinta, ocorreu com muita facilidade a aproximação do feminismo com o mundo da cultura erudita, mais especificamente com a universidade. Um número significativo entre as mulheres que começaram a reunir-se nos primeiros anos da década de 1970 era de professoras universitárias e profissionais liberais, em sua maioria ligadas às áreas de ciências sociais, história, letras, psicologia e direito. É muito raro encontrar mulheres ligadas às áreas das ciências exatas entre as feministas. Já na área da saúde, encontra-se um número significativo de médicas militantes que se envolveram com o planejamento e a implantação do PAISM.

O fato de parte significativa das feministas pertencer às camadas intelectualizadas lhes dá uma posição particular em relação a outros grupos que se organizam em movimentos, como por exemplo os sem-terra, os indígenas e os negros. A produção de conhecimento acadêmico sobre esses grupos não saiu, na grande maioria das vezes, de suas próprias fileiras, mas de intelectuais interessados no tema ou, em alguns casos, de simpatizantes. Dos três, o movimento negro é o que mais está produzindo seus próprios intelectuais-analistas. O movimento dos

sem-terra e o indígena têm mais dificuldades neste particular, até porque a preocupação destes movimentos é produzir um tipo distinto de intelectual, que se expressa politicamente. No caso do feminismo, passados 30 anos há uma vasta produção de mulheres feministas sobre temáticas relacionadas à mulher, distribuída em projetos de pesquisas em universidades, em dissertações e teses, em concursos de pesquisa, em revistas especializadas etc.

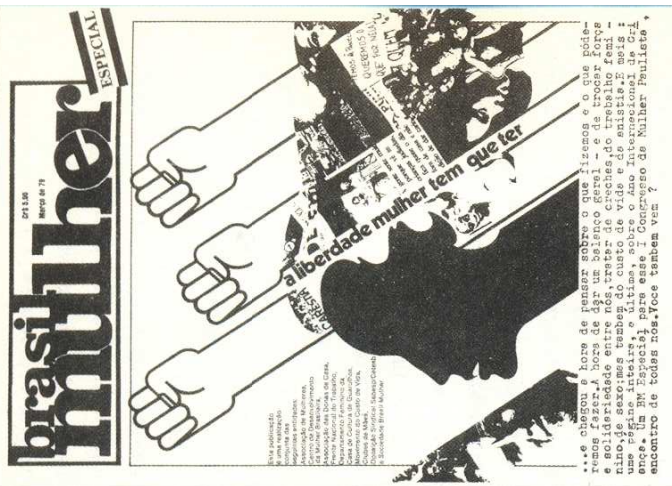
A produção acadêmica sobre a mulher tem um texto fundador e definitivo: a tese de livre-docência defendida em 1967 por Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, orientada por Florestan Fernandes e publicada como livro em 1969, com prefácio de Antonio Candido de Mello e Souza. O trabalho de Saffioti foi um marco por uma série de razões, principalmente por seu inegável mérito acadêmico, mas também por ter trazido o tema da opressão da mulher para dentro do debate marxista, que até então não a admitia de forma alguma. Além disso, a importância do trabalho levou ao envolvimento público com o tema de dois dos mais importantes intelectuais brasileiros da segunda metade do século XX, Florestan Fernandes e Antonio Candido.

Em que pese a importância desse trabalho inaugural ainda na década de 1960, foi no final da década seguinte que os estudos sobre a mulher tomaram vulto. A mais importante iniciativa na área do estudo de mulheres e das relações de gênero no Brasil foi, sem dúvida, o conjunto de concursos de dotação de recursos para pesquisa sobre a mulher promovidos pela Fundação Carlos Chagas e financiados pela Fundação Ford, de 1978 a 1998. Durante esses 20 anos foram realizados oito concursos que financiaram 170 projetos de todas as regiões do país. Os resultados dessas pesquisas foram publicados em uma série de coletâneas[5]. O Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas tornou-se referência nacional e internacional para o estudo das mulheres no Brasil, levando à publicação de um tesauro e à organização de um banco de dados sobre o trabalho da mulher, disponibilizado na página eletrônica da Fundação Carlos Chagas (www.fcc.org.br). Também foi na Fundação Carlos Chagas que surgiu, em 1981, o jornal *Mulherio*, financiado pela Fundação Ford. O jornal foi a mais importante publicação feminista da década, sendo leitura obrigatória para todas as feministas brasileiras. Com uma comissão editorial formada por destacadas feministas paulistas, o jornal ficou sediado na fundação até 1983, tendo sido publicados 15 números. A partir de 1984, passou a ser editado por um órgão

especialmente criado para tal, denominado Núcleo de Comunicação Mulherio. O último número do jornal (nº 39) saiu em 1988.

O *Mulherio* não foi o único nem o primeiro dos jornais feministas dessa época. Antes dele, por exemplo, circulou o jornal *Brasil Mulher*, com 16 edições entre 1975 e 1980. Criado para defender a anistia, tornou-se mais tarde um jornal com idéias feministas. Entre 1976 e 1978, foi publicado em São Paulo o jornal *Nós Mulheres*, que teve oito números. Muitas outras tentativas foram feitas tanto no eixo Rio–São Paulo como em outros estados. Entretanto, o *Mulherio* destaca-se pelo longo tempo de sua duração e pela popularidade que alcançou, pois era lido por grande parte das feministas em todo o Brasil.

Capa do jornal Brasil Mulher.

Um segundo espaço importante de produção sobre a mulher é o das associações nacionais das diversas áreas do conhecimento: Anpocs (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais); Anped (Associação Nacional de Pesquisa em Educação); Anpol (Associação Nacional de Pesquisa em Letras), entre outras. Estas associações promovem reuniões anuais de discussão de estudos acadêmicos e são organizadas em grupos de trabalho. A Anpocs, que reúne as três grandes áreas das ciências sociais, antropologia, ciência política e sociologia, criou seu primeiro grupo sobre a questão, dedicado ao debate sobre a mulher e o trabalho, em 1979. Logo surgiu um segundo grupo, que analisava a relação da mulher com a política. No fim da década de 1980, esses dois grupos se uniram e fundaram o Grupo de Trabalho Relações Sociais de Gênero. Quase 20 anos depois, em 1998, a proposta do grupo de trabalho de estudos de gênero não foi mais aceita pelo comitê acadêmico da associação. A presença de grupos de trabalho sobre a questão da mulher ou a de relações de gênero na Anpocs nunca foi

livre de tensão. O campo das ciências sociais foi sempre muito resistente a esse tipo de estudo pelas mais diversas razões, desde as relacionadas com posturas teóricas que não reconheciam o objeto, passando pelo temor de que o grupo fosse apenas uma militância disfarçada, até o mais primário sexismo. Apesar dos constantes problemas e da exclusão do tema em 1998, o grupo de acadêmicas e acadêmicos que apresentaram trabalhos ao longo desses 20 anos produziu um conjunto importante de textos que estão publicados em revistas e livros no Brasil e no exterior.

Tanto os projetos de pesquisa apresentados à Fundação Carlos Chagas como os trabalhos expostos em reuniões de associações nacionais têm seu nascedouro, em sua grande maioria, principalmente nos curso de graduação e pós-graduação nas áreas de ciências humanas e educação das universidades brasileiras. Entretanto, é interessante observar que, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos e mesmo em alguns centros universitários europeus, os estudos sobre a mulher, com raríssimas exceções, não se institucionalizaram em cursos, departamentos, programas de pós-graduação. Eventualmente existem nesses centros disciplinas monográficas que tratam da questão. A dificuldade de entrar na estrutura mais pesada das unidades universitárias levou ao aparecimento, em muitas universidades brasileiras, de núcleos de estudo sobre a mulher.

O primeiro deles surgiu na PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro em 1982 por iniciativa de uma das pioneiras dos estudos acadêmicos sobre a mulher no Brasil, Fanny Tabak. Entusiasta dos núcleos, foi uma grande incentivadora de seu surgimento em outras universidades. Em 1991, no I Encontro Nacional de Núcleos realizado na cidade de São Paulo, estiveram presentes representantes de 20 núcleos, e, embora seja difícil ter um número exato de quantos existem pelo Brasil, há estimativas de que tenham chegado a 40 na década de 1990. Também é difícil avaliar a importância desses núcleos como espaços de produção de conhecimento acadêmico sobre as mulheres. Os núcleos variam de tamanho e de posição na estrutura universitária, alguns reúnem grupos significativos de pesquisadoras e pesquisadores, acolhem pesquisas de alto nível, publicam livros e revistas especializadas e são referências nacionais do tema; outros se reduzem a salas dentro das unidades universitárias com pouca identidade e pouca produção. Um exemplo de núcleo que se tornou referência nos estudos é o Pagu (Núcleo de Estudos de Gênero), da Universidade Estadual de Campinas.

Na verdade, o Pagu aproximou-se muito dos chamados *Women's Studies* nos Estados Unidos: faz pesquisas, acolheu o primeiro curso de doutorado sobre gênero e família no Brasil e publica uma revista acadêmica – *Pagu*, reconhecida nacionalmente. Outra experiência decorrente da existência de núcleos foi a criação, em 1992, da Redor (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero), que fortaleceu o estudo de gênero naquelas regiões. Atualmente fazem parte da Redor 21 grupos e núcleos que promovem reuniões regionais, pesquisas e publicações de trabalhos acadêmicos. Outros núcleos universitários com importância nacional são os da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Ainda em relação à produção acadêmica sobre a mulher, deve-se chamar a atenção para a existência, desde 1992, da *Revista de Estudos Feministas*, que reúne em suas páginas o que de mais significativo se tem produzido no Brasil em todas as áreas. Essa revista, em que pese sua independência editorial e financeira desde a sua fundação, está ancorada em universidades (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Santa Catarina), tendo como editoras professoras com altas qualificações acadêmicas.

Como foi visto ao longo deste capítulo, o feminismo brasileiro chegou ao fim da década de 1980 com uma feição muito diversa daquela com a qual entrou. É difícil avaliar se o movimento se fortaleceu ou não ao longo do período. Se tomarmos como parâmetro sua capacidade de aumentar o número de militantes e promover uma ampla discussão no país sobre as questões das relações de gênero, certamente o movimento não saiu fortalecido. Teremos a mesma avaliação se considerarmos a sua capacidade de ocupar espaços na agenda política partidária. Entretanto, se for tomada como parâmetro a capacidade de se infiltrar no aparato estatal, sem dúvida não se pode deixar de observar avanços. Paralelamente à sua vida política, o movimento, como foi possível observar, avançou, com certeza, na discussão das questões de saúde e violência.

A virada do milênio

A virada do século tem sido marcada por uma pergunta que também acompanhou a maior parte da década de 1990: o feminismo acabou? A pergunta faz sentido, tanto pelo esmaecimento do movimento como tal quanto pelo aparecimento, com mais ou menos força, de manifestações antifeministas ou pós-feministas, como algumas se autodefinem.

Não resta dúvida de que o feminismo tal como existiu nas décadas de 1970 e 1980 – como grupos de reflexão, associações fortes, manifestações públicas – tem atualmente muito pouca expressão, tanto no Brasil como na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto parece bastante equivocado simplesmente decretar o fim do feminismo. Deve-se prestar atenção nesse início de milênio às novas formas que o pensamento e o próprio movimento tomaram, e, para tanto, dois cenários são particularmente importantes: o primeiro refere-se à dissociação entre o pensamento feminista e o movimento; o segundo, à profissionalização do movimento por meio do aparecimento de um grande número de ONGs voltadas para a questão das mulheres. Essas duas movimentações são complementares e, ao mesmo tempo, agem em direções diversas. Enquanto o pensamento feminista se generaliza, o movimento, por meio das ONGs, se especializa.

O feminismo difuso

Se, por um lado, a década 1990 não foi especialmente propícia à expansão dos movimentos sociais, havendo mesmo um retraimento da maioria deles, por outro nela foram criadas as condições para que suas demandas fossem incorporadas por largas parcelas dos discursos públicos. Isso ocorre tanto no hemisfério norte como em países como o Brasil, mais refratário a essas demandas, por cultura e até por ter sempre temas muito emergenciais no debate, pelo menos no plano político. Há alguns sinais bastante singelos mas altamente significativos desse novo tipo de postura do país a respeito das teses e demandas que partiram dos movimentos identitários em geral e particularmente do feminismo: um exemplo muito transparente e facilmente verificável é a diminuição do espaço de legitimidade para piadas e anedotas racistas, machistas e que ridicularizam o homossexual, principalmente masculino. Não faz muito tempo que, nos ambientes mais respeitados, tanto intelectual como politicamente, não importando a ideologia política, piadas a respeito de mulheres, negros e *gays* eram consideradas "normais" e provocavam apenas risos. A mudança nesse comportamento tem muito mais significado do que à primeira vista pode parecer, pois revela que há novos discursos presidindo o que é ou não legítimo. Pouco importa, neste particular, se as piadas deixaram de ser contadas por mudança de percepção a respeito dos personagens ou por inibição diante de uma possível censura por parte dos ouvintes; o que interessa é que não é mais legítimo tratar mulheres, *gays* e negros como ridículos e inferiores, e isto é, sem dúvida, uma vitória da militância dos movimentos sociais.

As mesmas mudanças podem ser observadas em outros cenários, nos quais a conseqüência da discriminação não era só de ordem moral: a não-legitimidade de discriminar trabalhadores por sexo tem sido um avanço importante nas relações de trabalho. Evidentemente ainda há discriminação, e muita, mas está cada vez mais difícil manter, no interior de empresas privadas ou de órgãos públicos, políticas que de alguma forma discriminem os empregados em virtude do seu sexo. Essa nova inserção do tema da discriminação tem uma contrapartida importante, que é a possibilidade da reclamação legal fazer sentido para as autoridades policiais e judiciais.

Ainda mais importante é a presença dos direitos da mulher, e de resto das demais assim denominadas minorias, no discurso político. O período eleitoral é

particularmente propício para observarmos isso. Durante a década de 1990 houve um crescente aumento do espaço dedicado às questões relacionadas com o direito da mulher nas campanhas eleitorais. É bastante interessante perceber a presença do tema tanto nas propostas de candidatos à Presidência da República como na campanha do mais simples e despretensioso candidato a vereador, não importando muito a cor política de cada um. Novamente, a importância dessa presença não está na sinceridade ou não dos candidatos em relação ao seu comprometimento com as causas defendidas pelo movimento feminista, mas na percepção de que este é um tema relevante que pode dar votos, ou seja, existe um feminismo difuso na sociedade, fruto certamente de anos de militância do movimento organizado, que se expressa na presença da luta pelos direitos das mulheres em campanhas eleitorais.

Marcha Mundial das Mulheres, em São Paulo, realizada em 2000.

Esse feminismo difuso não tem militantes nem organizações e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas. Também não se apresenta como um rol articulado de demandas e posturas em relação à vida privada e pública. Por ser fragmentado e não supor uma "doutrina", é um discurso que transita nas mais diferentes arenas e aparece tanto quando silencia o contador da anedota sexista como quando o programa de um candidato à Presidência da República se preocupa com políticas públicas de proteção aos direitos das mulheres. Um dos exemplos mais fortes dessa mudança de cultura na sociedade brasileira é a legitimidade que alcançou no Congresso Nacional e nos Legislativos estaduais a discussão sobre o assédio sexual, tema muito discutido pelas feministas na última década. Também simbólico de toda essa presença é o fato de a página eletrônica do governo federal na internet ter uma seção específica dedicada à mulher (www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno). A página traz informações sobre projetos em debate no Congresso Nacional, sobre programas em ministérios e informações em geral, tudo se referindo aos direitos das mulheres.

O assédio sexual no Código Penal

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º – O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"ASSÉDIO SEXUAL

Art. 216-A – Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes a exercício de emprego, cargo ou função.

Pena: Detenção de 1 (um) ano a 2 (dois) anos.

Parágrafo Único: incorre na mesma pena quem cometer o crime:

I – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;

II – com abuso ou violação de dever inerentes a ofício ou ministério".

Artigo 2º – Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Sala das sessões, em 15 de março de 2001.

Iara Bernardi
Deputada federal – PT-SP

A participação política

Quando se aponta para o espaço que o pensamento feminista ocupa no país neste início de século, um fato contrastante que chama a atenção é a raquítica participação da mulher na política institucional. O Brasil, neste particular, não é uma exceção; a entrada da mulher na política por meio de cargos eletivos ou posições ministeriais tem sido muito tímida mesmo em países com tradição feminista e democrática muito mais robusta que a brasileira. Uma participação mais significativa só se verifica em países que de alguma forma adotaram programas de ação positiva em relação à presença das mulheres na política. No Brasil, nem mesmo a existência da lei que garante 30% de mulheres nas listas partidárias para cargos legislativos, ainda muito recente, na verdade, mudou o quadro. Há uma grande dificuldade dos partidos para completar o percentual exigido por lei e, quando completam, algumas vezes suas nominatas incluem

candidatas-fantasmas, que não fazem qualquer campanha porque não têm nenhuma intenção de ser eleitas. O crescimento mais significativo foi identificado nas últimas eleições municipais, em 2000, quando foi grande o número de vereadoras e prefeitas eleitas[1].

O Partido dos Trabalhadores aprovou em 1991 cota de 30% de mulheres na direção partidária.

A questão, entretanto, necessita ser analisada de outros ângulos, pois reduzi-la a êxitos em contendas eleitorais não permite visualizar a dinâmica da participação política das mulheres no país nos últimos 25 anos. Esta participação tem tido resultados concretos que podem ser constatados por meio de uma série de indicadores, para os quais já chamamos a atenção anteriormente, tais como: a criação de um Conselho Nacional da Condição da Mulher em 1985, que teve atuação fundamental na segunda metade da década de 1980, principalmente junto à Assembléia Nacional Constituinte; a própria Constituição de 1988, que assegurou um conjunto importantíssimo de direitos às mulheres; a existência no âmbito do Ministério da Saúde do PAISM; a multiplicação pelo país de delegacias de polícia da mulher e conselhos estaduais e municipais.

Todos esses indicadores expressam a existência de uma presença muito firme das mulheres na defesa de seus interesses. Há uma participação efetiva das mulheres no cenário da política, que as análises que se limitam a estudá-la por intermédio de resultados eleitorais não permitem vislumbrar. Daí a existência de duas questões de naturezas distintas quando o tema é a participação feminina: a primeira diz respeito à fraca participação das mulheres nas esferas estritas da política, isto é, tanto no campo eleitoral como no dos cargos de primeiro escalão de governo (ministras e secretárias estaduais). A segunda questão concerne às formas alternativas de participação das mulheres, que permitem a elas obterem êxitos tão expressivos como os apontados acima.

Para entender a presença das questões referentes aos direitos da mulher na arena política, apesar de sua ausência como personagem desta própria arena na sua forma tradicional, temos de trazer para a discussão um novo elemento, que

são as ONGs. Tem havido nos últimos anos uma expansão muito grande desse tipo de organização no Brasil, e muitas delas tiveram sua origem em movimentos sociais. No caso do feminismo, há um elevado número de mulheres que militaram no movimento das décadas de 1970 e 1980, tornaram-se profissionais nas mais diferentes carreiras (advogadas, médicas, assistentes sociais, psicólogas, sociólogas, educadoras) e fundaram ONGs onde passaram a exercer suas profissões a partir de um trabalho comprometido com as causas feministas.

A crescente presença das ONGs e as transformações que elas representam no movimento feminista devem ser examinadas à luz do próprio modelo institucional desse tipo de entidades, que se constituem como organizações privadas sem fins lucrativos, e agem por meio de projetos destinados a populações específicas ou à defesa de causas específicas. Essas organizações são financiadas primordialmente por fundações internacionais, mas em alguns casos recebem dinheiro do próprio governo, numa espécie de terceirização de serviços e responsabilidades. Esse modelo de funcionamento, ainda que provado ser muito econômico, traz uma séria limitação: muitas vezes as ações das ONGs são pautadas pela agenda das fundações internacionais em função dos critérios estabelecidos para a dotação de fundos. Outra questão presente nesse tipo de organização é a institucionalização. Mesmo quando uma ONG surge a partir de militantes de um movimento social organizado, os compromissos que ela assume para sua própria sobrevivência transformam completamente o caráter da sua militância. A feminista não deixa de ser feminista no momento em que cria ou se associa a uma ONG, mas passa a falar de um lugar institucional que a diferencia de outras feministas que estão em outras instituições. Mirian Grossi, analisando a "onguização" do feminismo brasileiro, observa:

> "A transformação dos grupos autônomos em ONGs implicará a mudança dos critérios de inserção nos grupos. De grupos abertos a toda e qualquer interessada, 'fecham'-se em diretorias e conselhos. As ONGs passam por diferentes etapas de constituição: de um projeto igualitário, no qual a utopia da abertura à participação de qualquer um estava presente, o grupo fecha-se cada vez mais, criando regulamentos e diferenças entre participantes".[2]

O fenômeno das ONGs não se restringe a organizações que nascem a partir de militantes de movimentos sociais. Há um significante número de ONGs que

Movimentos de Mulheres participam do I Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2001.

surgem a partir da identificação de problemas sociais por parte de grupos de profissionais ou de militantes de partidos de esquerda. Exemplos desse tipo de organização são as ONGs que trabalham com meninos de rua ou com adolescentes dependentes de drogas. Há ainda ONGs ligadas a atividades que antes eram de responsabilidade do governo e que geralmente estão associadas a grandes empresas e grupos econômicos.

Ao longo da década de 1990 foram inúmeras as ONGs feministas no Brasil, dos mais diferentes tamanhos, com recursos e objetivos muito distintos. Entre as ONGs associadas à ABONG (Associação Brasileira de ONGs), é possível verificar organizações que se ocupam das mulheres rurais, de mulheres portadoras de HIV, mulheres parlamentares, mulheres negras, mulheres prostitutas etc. Este conjunto dá a medida de uma das características marcantes dessa nova fase do feminismo de ONG: a segmentação das lutas. Ainda que tal segmentação esteja muito relacionada com a própria dinâmica das ONGs, deve ser creditada também às formas que o feminismo tomou ao longo da década de 1990, na qual houve muitas manifestações no sentido de criticar um feminismo excessivamente branco, de classe média, intelectual e heterossexual que se apresentava como "o" representante da mulher. A reação a isso deu origem a uma profusão do que se poderia chamar de feminismos[3].

Ao enfatizarmos a presença das ONGs como a mais pública expressão do feminismo na virada do século, não poderemos deixar de mencionar que continua a existir uma multiplicidade de manifestações de mulheres em movimentos populares, em sindicatos, em partidos políticos, que trazem para a discussão as questões dos direitos das mulheres. Muitos grupos, principalmente dos setores populares, que se organizam não como feministas, mas, na maioria das vezes, como reivindicatórios, passam a ter contato com ONGs feministas para se instrumentalizarem na defesa dos seus direitos. De qualquer forma, é basicamente por intermédio de ONGs que o feminismo existiu e se manifestou no Brasil na última

década, tanto na ponta de lança da defesa dos interesses das mulheres no campo da política como na articulação de redes nacionais de mulheres. Nas próximas páginas trataremos de exemplificar a atuação das ONGs a partir de algumas das mais importantes organizações que têm atuado no país ao longo da última década.

A ONG de mulheres que tem tido ao longo dos últimos anos a atuação mais destacada no campo da política é o CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), criado em 1989, com sede em Brasília. No texto de apresentação em sua página na internet caracteriza-se como tendo "como traço característico o trabalho junto ao Poder Legislativo, onde atua de forma democrática, suprapartidária, autônoma e comprometida com o movimento de mulheres" (www.cfemea.org.br). Deixa, portanto, bastante clara a sua posição de intermediária entre o campo político e a sociedade organizada – os movimentos de mulheres. O CFEMEA constitui-se como o grande articulador das questões das mulheres junto ao Congresso Nacional, defendendo projetos, propondo emendas a comissões, assessorando a bancada de mulheres, divulgando por meio de seu jornal *Fêmea* o andamento das questões de interesse das mulheres no Legislativo e junto aos ministérios.

Examinando a atuação das bancadas de mulheres no Congresso Nacional, percebe-se uma forte presença dessa organização. Essa bancada, que apareceu na última legislatura como um grupo suprapartidário denominado Bancada Feminina, possui uma coordenação e publica um boletim. Em um desses boletins, ao descreverem uma reunião da bancada, se referem ao CFEMEA da seguinte forma: "Também participaram da reunião assessores do CFEMEA que acompanham diariamente nosso trabalho legislativo". Dando notícia de uma reunião com a presidente do Conselho Nacional da Condição da Mulher, assim enumeram os presentes: "7 deputadas, 2 senadoras e a assessoria do CFEMEA" (*Boletim* de dezembro de 1999).[4]

Na outra ponta do trabalho do CFEMEA está sua atuação junto à sociedade civil. Duas intervenções são ilustrativas: a primeira é por meio de suas publicações e de sua página na internet, nas quais se dá publicidade a todas as tramitações e decisões governamentais de interesse das mulheres. O tipo de publicação e de linguagem usado pelo CFEMEA não deixa dúvidas sobre o público que quer atingir – o CFEMEA fala para lideranças, para uma elite do movimento, não para as mulheres em geral, nem mesmo para mulheres de movimentos populares.

O CFEMEA tem sido, sem dúvida, uma das mais importantes instâncias de intervenção do movimento feminista no campo da política e tem tido formidável

eficácia. Entretanto, não se pode perceber pela ação da organização nenhum tipo de construção de novos espaços públicos de discussão das questões políticas com mulheres de fora do campo institucional. Poder-se-ia, não sem razão, argumentar que uma ONG que luta pela implementação de políticas ou pela aprovação de leis que protejam os interesses da mulher está atuando para o aumento de espaço da mulher na vida pública. Entretanto, mais uma vez é importante enfatizar que as ONGs não pretendem e não conseguem ampliar os espaços de participação das mulheres na política institucional. Neste particular, não se distinguem dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, que tampouco obtiveram êxito nesse sentido. Estamos aqui diante de uma séria questão posta por essas novas formas de manifestação dos movimentos sociais na segunda metade do século XX, cujos efeitos sentimos até o presente. Os temas e as demandas dos movimentos sociais, assim como suas ações, caminham ao lado dos partidos políticos em uma difícil convivência, que, inclusive, tende a ser mais tensionada quando se trata do movimento feminista. A dinâmica que essa relação tomou, somada à abertura para a participação da sociedade civil organizada, a partir da Constituição de 1988, levou a uma espécie de divisão de trabalho, em que os partidos ficam com os grandes temas e com candidatos mais universalistas, e os movimentos sociais e, atualmente, as ONGs com as representações nos espaços institucionais não-eleitos que tratam com questões específicas.

De menor porte e como uma dissidência do CFEMEA, outra ONG atua em Brasília no campo político – a AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento), que concentra o trabalho em ações de *advocacy stricto sensu*. No primeiro número do seu boletim, ela define o que entende por advocacia da seguinte forma:

> "Quando falamos de advocacia, falamos de advogar por políticas e processos de transformação, por valores e crenças, por consciência e conhecimento. Falamos em influenciar o poder em questões e problemas que concernem aos cidadãos, sobretudo àqueles marginalizados e excluídos dos processos políticos. Falamos em construir organizações fortes e democráticas, em fortalecer a sociedade civil em sua ação de controle social e responsabilização de agentes institucionais".[5]

A passagem acima deixa claro o papel reivindicado para si pela ONG: o de atuar como representante de interesses de uma clientela, isto é, das mulheres,

Conferência Mundial de Pequim, em 1995.

pois, ao se colocar como advogada de políticas, atribui a si um espaço de legitimidade no campo político. A questão que novamente se coloca é de onde viria tal legitimidade, já que ela não se constitui a partir da representação, o que ocorreria, por exemplo, com os políticos eleitos. A resposta parece exigir uma distinção entre a legitimidade dos membros da ONG e a legitimidade da própria instituição. A primeira é dada tanto pelo passado militante do grupo, que é uma recorrência quando se trata de organizações feministas, como pelo próprio reconhecimento profissional. As grandes ONGs geralmente são presididas por profissionais de alto reconhecimento em suas áreas e ao mesmo tempo militantes feministas nacionalmente conhecidas. A legitimidade da instituição é dada também pela sua capacidade de angariar fundos internacionais e nacionais para levar a efeito projetos e pela própria posição de legitimidade que lhe é aferida pela esfera estatal.

Se o CFEMEA e mesmo a AGENDE atuam na esfera da alta política, outro tipo de organização atua como contraponto, assessorando e organizando os movimentos de base. A Articulação da Mulher Brasileira (AMB) é um bom exemplo desse contraponto. A AMB foi criada para preparar a ida das mulheres brasileiras à Conferência Mundial de Pequim em 1995[6]. Manteve-se posteriormente para fiscalizar a aplicação das recomendações da conferência. Em sua página na internet, assim apresenta seu objetivo:

> "Desde então a AMB tem mantido vivo o fluxo de comunicação e troca de idéias entre os fóruns estaduais, criando uma estrutura organizativa e levando à frente atividades de monitoramento das políticas públicas, no sentido de pressionar o governo (e a sociedade) para que sejam cumpridos os compromissos assumidos quando o Brasil assinou a Plataforma de Ação de Pequim. A AMB se pauta pelo respeito à pluralidade, reunindo grupos e entidades de distintas regiões, refletindo a diversidade racial, étnica, socioeconômica, político-partidária, cultural, etária, religiosa, de orientação sexual, profissional e de características físicas que compõem as mulheres brasileiras".[7]

A AMB promoveu uma reunião nacional na cidade de Natal, em 1999, que contou com integrantes de 800 grupos de mulheres de 24 estados. A reunião definiu as seguintes prioridades:

> "Socialização e democratização de informações do processo de negociação, diagnósticos e práticas relacionadas ao conteúdo da Plataforma de Ação; mobilização e capacitação do movimento de mulheres para exigir a implantação da Plataforma de Ação, definindo prioridades na perspectiva da radicalidade do movimento feminista; intervenção no processo de preparação para Pequim + 5".[8]

Também organizou uma plataforma feminista para as eleições de 2000 com reivindicações nas áreas de *empowerment*, direitos civis, educação, violência e gênero, saúde e sexualidade, trabalho e geração de renda. Atualmente com sede no CFEMEA, a Articulação Brasileira das Mulheres publica mensalmente um pequeno panfleto com o título de *Articulando* (também disponível *on-line*). É, portanto, necessário não perder de vista aqui a imensa diversidade da organização das mulheres no Brasil e a sua real e potencial capacidade de intervenção no processo político.

Se, por um lado, as ONGs formadas por mulheres altamente profissionais e especializadas influenciam diretamente parlamentares e atuam junto aos ministérios, por outro, no sentido da implementação de políticas públicas, 800 grupos de mulheres reunidos conseguem votar uma plataforma para os candidatos em

uma eleição. Pode-se concluir que há uma capilaridade nesse processo participativo que em muito extrapola os limites dos espaços tradicionais de participação política e tende a agir para pressioná-los. Aqui, diferentemente do que apontamos para o CFEMEA acima, vê-se a formação de espaços públicos alternativos nos quais se pode observar a formação de opinião.

Outro tipo de ONG com muita presença junto aos órgãos governamentais é formado pelas que se ocupam das questões da saúde da mulher, algumas recebendo inclusive repasse de verbas do Ministério da Saúde para fazer atendimentos. Em 1991 foi formada a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, conhecida como RedeSaúde, que congrega 110 filiadas em 20 estados. A RedeSaúde tem tido um importante papel no acompanhamento da implantação de políticas públicas referentes à saúde da mulher. A exemplo da ONG anterior, atua no monitoramento de políticas públicas e em ações diretas com a sociedade. Em relação aos órgãos públicos, tem tido atuação destacada na defesa da implantação do serviço de aborto legal nos hospitais públicos do país, trabalho feito tanto junto ao Ministério da Saúde como junto ao Legislativo. Quanto à implementação da lei de planejamento familiar, sua atuação é exemplar do espaço ocupado pelas ONGs:

> "Em reuniões com a Coordenação da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, em março de 1999, a Rede propôs a elaboração conjunta de uma cartilha sobre a Lei 9.263 visando informar e sensibilizar governadores/as, prefeitos/as e gestores de Saúde. Em seminário com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizado em novembro de 1999, a Rede propôs à CUT e à Comissão de Mulheres Trabalhadoras a confecção de cartilhas sobre a lei de planejamento familiar a serem utilizadas no trabalho com lideranças de todo o país".[9]

No relato acima se pode observar dois tipos distintos de intervenção: junto ao Estado e junto à sociedade organizada, no caso a CUT. Em relação ao Estado, é uma intervenção bem mais direta se comparada com o *lobby* legislativo indicado anteriormente, pois há a clara indicação de assento em reuniões do ministério. Em relação à intervenção na sociedade civil, também aqui aparece um diferencial: não se trata de uma ação pedagógica, mas de uma parceria com setores organizados da sociedade. A presença da RedeSaúde junto ao Ministério da Saúde é ilustrativa de um outro tipo de intervenção de ONGs na esfera política, que é o da ocupação de lugares formais em conselhos e outras instâncias. O exemplo

A REDESAÚDE

"A RedeSaúde fundamenta-se nos seguintes princípios:

· Considera os direitos reprodutivos e sexuais como direitos humanos;

· Considera a importância do fortalecimento da implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) como referência para a otimização dos serviços do Sistema Único de Saúde;

· Considera a violência sexual e doméstica como uma violação dos direitos humanos;

· Considera como questões fundamentais o exercício da saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos e do direito de decidir sobre a realização ou não do aborto."

RedeSaúde, "Saúde da Mulher e Direitos Reprodutivos – Dossiês", 2001.

mais candente é o do Conselho Nacional da Saúde, composto de 30 membros, sendo três destes lugares reservados para representantes de "sociedades científicas e da sociedade civil", um dos quais foi formalmente conquistado pela RedeSaúde. Também no âmbito da luta dessa organização, se reestruturou a Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher. Esse tipo de intervenção é, sem dúvida, mais complexo, na medida em que formaliza uma representação informal. Não se está minimizando o caráter de conquista desses grupos, que na grande maioria das vezes têm muitos anos de militância. Entretanto, o que deve ser enfatizado aqui é que eles passam a ser os interlocutores do Estado, muitas vezes por uma designação do próprio Estado. Se a presença do que se poderia chamar de representantes da sociedade civil em conselhos estatais aponta para políticas democráticas, coloca ao mesmo tempo um problema, o da ausência de qualquer possibilidade formal de intervenção dessa mesma sociedade na escolha de seus representantes[10].

Essa não é uma questão de menor importância, pois diz respeito à ocupação de espaços da sociedade civil no interior do aparato estatal. As formas não-representativas de participação sofrem de um estrangulamento fundamental no que se refere ao estatuto de sua legitimidade. Tal situação torna-se mais complicada quando essas organizações passam a ser interlocutoras do Estado: agentes estatais procuram as ONGs quando precisam atuar junto à sociedade civil.

A relação das ONGs feministas com o Estado não se esgota em *lobbies* junto a parlamentares ou em assentos em conselhos. Um interessante exemplo de como

as ONGs atuam como uma forma alternativa de participação política é a existência de um documento elaborado em 1998 por três dessas organizações sob o título "Propostas para o Estado brasileiro – níveis federal, estadual e municipal – medidas concretas para o enfrentamento da violência contra a mulher no âmbito doméstico/familiar"[11]. Essa proposta foi desenvolvida por três importantes ONGs feministas no Brasil: O CFEMEA, o CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) e a Themis (Themis Assessoria Jurídica), juntamente com o Cladem (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) e em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. O extenso documento, que prevê um conjunto de ações nos âmbitos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e mais algumas dirigidas ao que o documento designa como "instituições essenciais à justiça", foi elaborado a partir de uma matriz redigida pelos grupos participantes e mandada para 80 grupos e pessoas, além de ter sido disponibilizado na internet. Essa mesma matriz foi discutida em um seminário sobre "Os direitos humanos das mulheres e a violência intrafamiliar", promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e pelas entidades relatoras do documento.

O documento final é resultado do complexo procedimento descrito acima. Para o Poder Executivo, recomenda políticas públicas, campanhas e programas educativos, incorporação de disciplinas em currículos escolares; para o Legislativo, recomenda a aprovação de leis que garantam recursos orçamentários e reformulação de códigos; para o Judiciário, recomenda medidas de sensibilização das autoridades judiciárias, como a promoção de cursos para seus funcionários. Portanto, estamos diante de uma ação de grande repercussão que envolveu diretamente uma Comissão da Câmara dos Deputados e criou uma série de demandas em todos os níveis de poder por meio da atuação de três ONGs. Esta é uma forma de participação política muito própria do atual movimento feminista, representado em ONGs.

Os exemplos dados até aqui se ocuparam de mostrar formas alternativas de intervenção na política, levadas a efeito por ONGs feministas. Chamam a atenção tanto as proposições dessas organizações como a legitimidade que adquirem diante das esferas políticas e estatais: parlamentares, comissões legislativas, órgãos ministeriais. Parece ser razoável afirmar que estamos diante de um fenômeno novo na política – a participação de setores da sociedade civil organizados de maneira

profissional que se colocam como interlocutores de interesses de grupos que pretendem representar, e, neste particular, a atuação do movimento feminista tem sido muito eficiente.

A presença de ONGs feministas no campo da política não se esgota nos exemplos aqui citados. Há um outro tipo de organização que atua no campo da política e não se relaciona diretamente com o Estado, mas com as mulheres, organizando-as e buscando aumentar o seu poder para agirem na esfera pública – a do "empoderamento" das mulheres, principalmente das camadas populares[12]. Um exemplo particularmente ilustrativo é o de uma ONG de mulheres negras, a Geledés, com uma forte atuação contra o racismo envolvendo homens e mulheres, que na apresentação de sua página eletrônica afirma ter "por missão institucional o combate ao racismo, ao sexismo e a valorização e promoção das mulheres negras em particular e da comunidade em geral"[13].

O conjunto de projetos levados a efeito pela Geledés em 2001 dá uma dimensão da abrangência da ONG, que também se dedica à intervenção junto a órgãos estatais e à luta por políticas públicas[14]. Seus programas que visam construir espaços públicos de discussão, de conscientização e "empoderamento", como as oficinas de Sexualidade e Saúde e o Projeto Rapper, são exemplares. A descrição das oficinas mostra claramente a forma como esses espaços são construídos:

> "Estas oficinas se constituem na principal atividade do Programa de Saúde e são desenvolvidas a partir de uma perspectiva étnica e de gênero. Através de diferentes técnicas e metodologias participativas são formados monitores que desenvolvem diversos temas: aparelho reprodutor masculino e feminino, sexualidade, aborto, contracepção, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, autoestima, imagem corporal, prevenção contra uso de droga, violência contra a mulher, violência racial. Estas oficinas, conquistas pioneiras das mulheres negras, são desenvolvidas de acordo com a faixa etária dos participantes e as monitoras posteriormente são solicitadas a dar palestras em comunidades"[15].

Nesta longa descrição pode-se observar a ONG como uma liderança na construção de novos espaços públicos de conscientização e construção de opinião, envolvendo populações até então excluídas. É interessante notar que as oficinas são dirigidas a mulheres que, posteriormente, vão reproduzir o conhecimento nas suas comunidades.

O Projeto Rapper também traz essa dimensão de "empoderamento" muito clara:

> "É uma estratégia criada para denunciar as desigualdades raciais presentes em nossa sociedade e conscientizar a população negra, em especial os jovens negros, sobre as diferentes formas de exclusão social, bem como estimular a atitude reivindicatória e a organização política dos jovens negros, para fazer frente aos processo de discriminação e marginalização social".[16]

O projeto tem, inclusive, cursos de "formação política sobre as questões de gênero e raça para jovens e adolescentes negros"[17].

Alguns outros exemplos são ainda muito ilustrativos da atuação de ONGs junto a mulheres para promover "empoderamento". O SOS Corpo, de Recife, uma das maiores e mais conhecidas organizações que tratam da saúde da mulher no país, tem entre os seus projetos uma clara intencionalidade de construção de um espaço público de discussão e conscientização. Entre os projetos do SOS Corpo há um com o título "Feminismo e democracia", que se propõe a contribuir para a "qualificação da atuação pública das mulheres na construção da democracia brasileira através de debates, ciclos de formação, formação de opinião pública, articulação da sociedade civil e controle de políticas públicas". O Coletivo Mulher Vida, que atua na região metropolitana de Recife, tem um projeto que se intitula "Violência contra a mulher: uma violação aos direitos humanos", que afirma como uma de suas atividades a realização de "oficinas temáticas nos bairros sobre as questões de relações sociais de gênero". Já a Rede Acreana de Mulheres e Homens tem como missão "incentivar, apoiar e acompanhar formas de organização da mulher nos níveis urbano e rural"[18].

Os exemplos acima mostram a gama de organizações que atuam hoje no Brasil e que variam muito quanto a suas clientelas, seus propósitos, sua capacidade de intervenção. Algumas são mobilizadoras, outras prestam assessoria especializada, outras ainda são prestadoras de serviços. Atuam tanto junto à sociedade como junto ao Estado, algumas delas com assento em conselhos, outras sendo interlocutoras de ministros e parlamentares. Essa é a fase por que passa o feminismo no Brasil, mas a sua trajetória não acaba aqui. Como muitas outras lutas populares e identitárias no Brasil, o feminismo tem uma longa história pela frente.

Cronologia do movimento feminista no Brasil

- 1832 – Nísia Floresta publica "Direitos das mulheres e injustiça dos homens".
- 1873 – Francisca Senhorinha da Motta Diniz publica o primeiro número de *O Feminino* em Minas Gerais.
- 1888 – Encenada no Rio de Janeiro a peça de teatro *O voto feminino*, de autoria de Josephina Álvares de Azevedo.
- 1910 – Fundação do Partido Republicano Feminino.
- 1917 – O Partido Republicano Feminino organiza uma passeata de 90 mulheres.
- 1918 – Bertha Lutz retorna de seus estudos na Europa.
- 1919 – O senador Justo Chermont, por pressão das sufragistas, apresenta projeto de lei que dá o direito de voto às mulheres.
- 1920 – Bertha Lutz participa da Conferência Pan-Americana em Baltimore, Estados Unidos.
- 1921 – Fundada a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).
- 1922 – I Congresso Internacional Feminista da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) – Rio de Janeiro.
- 1926/27 – Novo projeto de sufrágio feminino, de autoria do senador Juvenal Lamartine, pressionado pela federação.
- 1927 – Abaixo-assinado com 2.000 assinaturas levado pelas líderes da federação ao Senado pedindo aprovação do projeto que dava o direito de voto às mulheres.
- 1929 – Natércia da Silveira funda a Aliança Nacional das Mulheres.
- 1930 – A Federação Brasileira para o Progresso da Mulher promove o II Congresso Internacional.
- 1932 – O novo Código Eleitoral dá o direito de voto à mulher no Brasil.
- 1933 – Federação Brasileira para o Progresso Feminino promove a II Convenção Feminista Nacional, Salvador (BA).
- 1933 – Eleitas oito deputadas estaduais em todo o Brasil, três delas ligadas à FBPF.

- 1934 – Fundação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro, aberto pelo presidente da República, Getúlio Vargas.
- 1935 – III Congresso Nacional Feminista no Rio de Janeiro. Tema central: "O Estatuto da Mulher". Tomaram a decisão de pleitear junto ao governo a criação do Departamento Nacional da Mulher.
- 1936 – Bertha Lutz assume mandato como suplente na Câmara dos Deputados.
- 1937 – Bertha Lutz apresenta o projeto de lei do Estatuto da Mulher.
- 1947 – Registrados os estatutos do Conselho Nacional de Mulheres, organização não-governamental.
- 1948 – Criada a Federação de Mulheres do Brasil, incluindo várias tendências de esquerda com forte influência do PCB. Primeira presidente: Alice Tibiriçá. Principal objetivo: campanhas contra a carestia e pela libertação de presas políticas.
- 1953 – A Federação de Mulheres do Brasil organiza a Passeata da Panela Vazia.
- 1956 – Conferência Nacional das Trabalhadoras: luta por creches e direitos trabalhistas.
- 1959 – Criação da Liga Feminina do Estado da Guanabara, que organiza a campanha contra a carestia e contra os monopólios internacionais.
- 1972 – Aparecem no Brasil os primeiros grupos da nova onda feminista.
- 1972 – Seminário promovido pelo Conselho Nacional de Mulheres, organizado por Romy Medeiros e patrocinado pela Benfam e pela Coca-Cola – Rio de Janeiro.
- 1975 – Ano Internacional da Mulher; Conferência da ONU no México; Declaração da Década da Mulher.
- 1975 – Semana de debates sobre "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira", sob o patrocínio do Centro de Informações da ONU e organizada pela ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Rio de Janeiro.
- 1975 – Movimento Feminino pela Anistia é criado por Terezinha Zerbini.

- 1976/78 – Fundado em São Paulo o jornal *Nós Mulheres*.
- 1976 – Ângela Diniz é assassinada por Doca Street.
- 1976 – Criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.
- 1976 – Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar a situação da mulher em todos os tipos de atividades.
- 1978 – Feministas apresentam aos candidatos a deputado, no Rio e em São Paulo, documento com suas reivindicações.
- 1979 – Primeiro grupo sobre estudos da mulher na Anpocs (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais).
- 1980 – II Encontro Nacional Feminista na SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).
- 1980 – Criado em São Paulo o primeiro grupo de combate à violência contra a mulher, o SOS Mulher.
- 1980 – Criada a Comissão contra a Violência no Rio de Janeiro.
- 1981 – Criado o SOS Mulher em Porto Alegre.
- 1981 – Movimento de mulheres vitorioso com a condenação de Doca Street.
- 1981 – Lançamento do jornal *Mulherio*.
- 1982 – Primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher na PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro.
- 1982 – "Alerta Feminista", plataforma a ser submetida aos candidatos aos cargos eletivos.
- 1983 – Primeiro Conselho da Condição Feminina em São Paulo.
- 1984 – Criação do Conselho Nacional de Defesa da Mulher.
- 1985 – Instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM); acontece a I Conferência Nacional sobre a Saúde da Mulher.
- 1986 – Criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas da Violência (DEAM), em São Paulo.
- 1987 – O Fórum Feminista do Rio de Janeiro passa a se reunir regularmente.

- 1988 – Metalúrgicas realizam um importante congresso.
- 1989 – I Congresso Nacional de Mulheres Rurais conta com a presença de 350 delegadas de todo o país.
- 1990 – I Encontro Nacional de Mulheres Negras é realizado em Valença, no Rio Janeiro.
- 1991 – Seminário Rural das Trabalhadoras Domésticas.
- 1992 – Criação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.
- 1993 – A CUT (Central Única dos Trabalhadores) aprova uma cota mínima de 30% de mulheres na direção da central.
- 1994 – Criada a Articulação da Mulher Brasileira (AMB).
- 1994 – Aprovada primeira lei de cotas, que estabelece 20% de candidatas mulheres nas listas partidárias para as eleições de 1996 (Lei 9.100/95).
- 1997 – Nova lei eleitoral estabelece 30% de candidatas mulheres nas listas partidárias a partir das eleições de 2000.

Notas e referências

Em busca da cidadania

1 As eleições presidenciais no Brasil durante a República Velha eram apenas rituais que consagravam os nomes anteriormente escolhidos pelas oligarquias dominantes. As campanhas presidenciais de 1909 e 1919 foram especiais pela presença de Rui Barbosa, que pregava reformas para moralizar as eleições e o federalismo. Em 1909, sua campanha ficou conhecida como Campanha Civilista em contraposição à candidatura do marechal Hermes da Fonseca. Em 1919 introduziu a Questão Social, defendendo a incorporação da classe operária na sociedade e na política, numa clara tentativa de conter o avanço das idéias socialistas no país.

2 As informações sobre o Partido Republicano Feminino foram retiradas do *Dicionário – Mulheres do Brasil*, publicado recentemente pela Jorge Zahar Editor. O dicionário foi uma fonte fundamental para a elaboração deste capítulo, pois reúne uma grande quantidade de informações do período que antes encontravam-se completamente dispersas (*Dicionário*, 2000, p. 309).

3 Os extratos do artigo de Bertha Lutz publicado na *Revista da Semana* foram retirados do *Dicionário – Mulheres do Brasil*, p. 106.

4 "Eleito presidente do estado [Juvenal Lamartine] articulou para que os parlamentares estaduais elaborassem uma nova lei eleitoral que permitia o voto feminino. Coube ao seu antecessor, ainda em exercício do mandato, José Augusto Bezerra de Medeiros, sancionar a lei. Foi a porta aberta para uma avalanche de mulheres que acorreram à Justiça do estado para garantir o seu direito de votar e serem votadas. A corrida pelo alistamen-

to foi iniciada por Julia Alves Barbosa e Celina Guimarães Viana, uma professora de Mossoró que se tornou a primeira eleitora do Brasil a partir do parecer favorável concedido pela justiça local a 25 de novembro de 1927" (*Dicionário*, 2000, p. 219).

5 *Dicionário*, 2000, p. 219.

6 *Dicionário*, 2000, p. 303.

7 Buitoni, 1981.

8 O texto do boxe, de Francisca Senhorinha Motta Diniz, está originalmente publicado no livro de June Hanner *A mulher no Brasil* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982).

9 *O 15 de Novembro do Sexo Feminino*, 6 de abril de 1890.

10 *A Família*, ano I, nº especial. Citado em Buitoni, 1981, p. 40.

11 Souto Maior, 1997.

12 Rago, 2000, p. 315.

13 O Manifesto encontra-se publicado no livro organizado por Antonio Arnoni Prado *Libertários no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1986).

14 Buitoni, 1981, p. 36.

15 Maria Lacerda Moura foi biografada em um livro definitivo por Miriam Moreira Leite, de onde foram retiradas todas as informações sobre ela constantes neste capítulo.

16 Moreira Leite, 1984, p. 40.

17 Leite, 1984, p. 42.

O novo feminismo nasce na ditadura

1 "A luta da Federação de Mulheres Brasileiras teve grande repercussão e o presidente Vargas enviou ao Congresso Nacional uma lei de defesa da economia popular, a célebre Lei Delegada nº 4, que conferia amplos poderes às autoridades públicas para defender os interesses da população. Aprovada a lei no Congresso, foi criado um órgão público para aplicá-la, a Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab)" (*Dicionário*, 2000, p. 336).

2 "As mulheres têm tido grande centralidade nos movimentos populares no Brasil, principalmente nos que se desenvolveram nas regiões periféricas das grandes cidades. Por serem mais sedentárias que os homens e mais diretamente responsáveis por assegurar as condições de reprodução da vida, são as mulheres as que estão mais presentes na luta pelos direitos à saúde, à educação e à moradia. Há inúmeros artigos, livros e teses acadêmicas sobre os movimentos populares que destacam a presença das mulheres. Foge aos objetivos do presente trabalho, no entanto, o estudo destes movimentos" (Soares, 1998, 47).

3 Barsted, 1999, p. 19-20.

4 Barsted, 1999, p. 19-20.

5 A dissertação de mestrado (*Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*) e a tese de doutorado (*Le dire e le faire féministes: une approche socioculturelle du Brésil contemporain*) de Anette Goldberg foram fontes fundamentais des-

te capítulo. Infelizmente nenhum destes trabalhos encontra-se publicado. Trabalhos publicados da mesma autora constam na bibliografia (Goldberg, 1987, p. 89).

6 Goldberg, 1987, p. 89.

7 Toscana e Goldenberg, 1992, p. 32.

8 Costa, 1988, p. 65.

9 O depoimento acima é de Walnice Nogueira Galvão, em entrevista a Albertina Costa, que, em artigo publicado nos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas, faz uma primorosa análise dos primeiros tempos do feminismo em São Paulo (ver bibliografia). Costa, 1888.

10 Goldberg, 1987, p. 100.

11 Goldberg, 1987, p. 101.

12 Trata-se do depoimento de Maria Luiza Heilborn, que se tornou uma importante feminista no país e estudiosa das questões de gênero no campo da antropologia (Goldberg, 1987, p. 101).

13 Os depoimentos sobre a organização das mulheres no exílio foram retirados da dissertação de mestrado de Anette Goldberg, já várias vezes citada.

14 Carmem da Silva foi uma jornalista e escritora feminista que conseguiu grande popularidade entre as mulheres de classe média no Brasil na década de 1960, por meio de uma coluna chamada "A arte de ser mulher", publicada na revista feminina *Claudia*. Esta revista teve muita importância na época tanto por sua excelente qualidade gráfica como pelos temas polêmicos que trazia para a discussão.

15 Depoimento de Maria Luiza Heilborn (Goldberg, 1987, p. 102).

16 Goldberg, 1987, p. 106.

17 Depoente anônima (Goldberg, 1987, p. 113).

18 Goldberg, 1987, p. 128.

19 Costa, 1988, p. 67.

20 A partir de 1986, os encontros nacionais saíram da órbita da SBPC e mudaram de natureza, perdendo seu caráter acadêmico e até elitista, tornando-se mais militantes e agregando mulheres participantes dos mais variados movimentos de mulheres e feministas. O primeiro encontro fora da SBPC aconteceu em Garanhuns, Pernambuco, em 1986; posteriormente, aconteceram encontros em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1987; Bertioga, São Paulo, em 1988; Caldas Novas, Goiás, em 1991; Salvador, Bahia, em 1997; e João Pessoa, Paraíba, em 2000. A organização desses encontros nunca envolveu a criação de uma entidade centralizadora, pois cada um foi organizado pelos grupos da região.

21 Goldberg, 1987, p. 95.

22 Goldberg, 1987, p. 27.

23 Goldberg, 1987, p. 127.

O feminismo na redemocratização

1 Para uma discussão aprofundada sobre o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, ver Alvarez, 1988.

2 Goldberg, 1991, p. 495.

3 *Emendas Populares*, 1987, p. 20.

4 Na Igreja Católica existe um movimento de mulheres autodenominado "Católicas pelo Direito de Decidir", que luta pela possibilidade de opção pelo aborto. Em seus princípios, afirma "a capacidade moral de mulheres e homens para tomar decisões sérias e responsáveis sobre suas vidas e em particular no que se refere à sexualidade e à reprodução humana". E continua: "A tradição teológica reconhece a validade das decisões tomadas por mulheres no campo reprodutivo, desculpando-as inclusive quando decidem abortar" (*site* Católicas pelo Direito de Decidir: www.cddbr.cjb.net).

5 Foram publicados, como coletâneas de artigos produzidos, a partir das pesquisas apoiadas, os seguintes títulos: *Vivência – História, sexualidade e imagens femininas*; *Trabalhadoras do Brasil* (1982); *Mulher, mulheres* (1983); *Rebeldia e submissão* (1989); *Entre a virtude e o pecado* (1991); *Novos olhares – mulheres e relações de gênero no Brasil* (1994); *Horizontes plurais – novos estudos de gênero no Brasil* (1998); *Tempos e lugares de gênero* (2001) (para referência completa, ver bibliografia).

A virada do milênio

1 A primeira lei de cotas, de autoria da deputada Marta Suplicy (Lei 9.100/95), estabelecia 20% de mulheres nas listas partidárias para as eleições de 1996. Em 1997 foi votada a lei eleitoral 9.504, que aumentou o percentual para 30% a partir de 2000, estabelecendo o percentual intermediário de 25% para as eleições de 1998.

2 Grossi, 1997, p. 294.

3 Em que pese a maior presença dos setores com identidade específica na década de 1990 organizando grupos e ONGs, na década de 1980 já havia mulheres negras e mulheres lésbicas organizadas e atuando em encontros nacionais e latino-americanos.

4 Em outra oportunidade analisei a atuação da Bancada Feminina no Congresso Nacional, mostrando o caráter suprapartidário da intervenção das deputadas e senadoras e a estreita ligação destas com a ONG em questão (Pinto, 2001).

5 *Informativo Agende*, 2000, nº 1.

6 Sobre a mobilização que o encontro de Pequim causou no Brasil, o depoimento de Maria Aparecida Schumher é ilustrativo: "Esta mobilização provocou e constituiu Fóruns/Articulações em 25 estados brasileiros, a realização de uma centena de atividades (encontros estaduais, seminários temáticos, pesquisas etc.) e envolveu mais de 800 organizações. Na história do movimento de mulheres brasileiras não conheço nenhum outro evento internacional que tenha contado com tamanha mobilização no país. Em alguns municípios brasileiros, o evento Pequim estimulou a criação de espaços de debates que

antes não existiam. Pela primeira vez os movimentos de mulheres elaboraram 22 documentos/diagnósticos que mostravam a complexa realidade de desigualdade das mulheres no país e nos deram a oportunidade de avaliar o estágio de organização do movimento em cada um desses estados, elencar as prioridades regionais e propor o desenho de políticas a serem implementadas".

7 www.cfemea.org.br

8 Jornal *Fêmea*, nº 73.

9 RedeSaude.org.br, 3/7/2001.

10 O número de ONGs atuando no Brasil atualmente é enorme. As estatísticas são pouco confiáveis, mesmo quando a preocupação é um tipo específico de organização, como é o caso das ONGs que trabalham com o tema da mulher. Qualquer número seria muito pouco verossímil. As organizações citadas neste capítulo tiveram como razão de escolha serem bons exemplos das formas como ocorrem as relações entre essas organizações, a sociedade civil e o Estado. Não se está de forma alguma minimizando a presença de outras ONGs no cenário nacional. Não se trata aqui de fazer a história das ONGs ou de qualificá-las pelo seu grau de importância.

11 www.cfemea.org.br

12 Dois vocábulos em inglês têm sido incorporados à literatura que trata de ONGs e movimentos sociais: *empowerment* e *advocacy*. Ambos tratam de ações que visam aumentar o poder de intervenção da sociedade civil e principalmente dos setores excluídos em relação ao Estado, na defesa de seus interesses. No presente texto, o termo *advocacy* foi mantido em inglês pelo fato de a tradução corrente, "advocacia", não corresponder ao conceito. *Empowerment* foi traduzido por "empoderamento", que, apesar de não constar nos dicionários de língua portuguesa, já é corrente na literatura e traduz com propriedade o sentido do termo em inglês.

13 www.geledes.org.br

14 Quanto às políticas públicas, o Geledés tem posição bastante clara: "Desenvolvemos intensa articulação política com outras organizações não-governamentais e movimentos sociais, procurando interferir na elaboração e na implementação de políticas públicas na área da saúde, para que as necessidades e os interesses das mulheres negras sejam contemplados". (www.geledes.org.br).

15 www.geledes.org.br

16 www.geledes.org.br

17 www.geledes.org.br

18 www.abong.org.br

Bibliografia

ALVAREZ, Sonia. "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia". In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.

ARDAILLON, Danielle; BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. *Tesauro para estudo de gênero e sobre mulheres*. São Paulo, Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.

BARSTED, Leila. "Breve panorama dos direitos reprodutivos no Brasil". In: *As mulheres e os direitos civis*. Rio de Janeiro, CEPIA, 1999.

BRUSCHINI, Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia (orgs.). *Vivência – História, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo, Brasiliense/Fundação Carlos Chagas, 1980.

________. (orgs). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense/Fundação Carlos Chagas, 1982.

BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloisa (orgs.). *Horizontes plurais – novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo, Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.

BRUSCHINI, Cristina e PINTO, Céli (orgs.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo, Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 2001.

BRUSCHINI, Cristina e SORJ, Bila (orgs.). *Novos olhares – mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo, Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994.

BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel*. São Paulo, Edições Loyola, 1981.

CAMPANHOLE, Hilton Lobo (org.). *Constituições do Brasil*. São Paulo, Editora Atlas, s/d.

COSTA, Albertina. "É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970". *Cadernos de Pesquisa*, nº 66, ago. 1988. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebeldia e submissão – estudos sobre condição feminina*. São Paulo, Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1999.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de mestrado, mimeo, 1987.

________. *Le Dire el le Faire Femnistes; une approche socioculturelle du Bresil contemporain*. Tese de doutorado apresentada na Universitè de Paris VII, mimeo, 1991.

________. "Gênero, mulher e identidade de esquerda: o feminismo das brasileiras no exílio". In: OLIVEIRA, Eleonora (org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania – estudos sobre movimentos sociais e democratização*. Águas de São Pedro, CNDM, 1987.

GROSSI, Mirian. "Feministas históricas e novas feministas no Brasil". In: *Sociedade e Estado*, vol. XII, nº 2, jul.-dez. 1997. Brasília, UnB.

HAHNER, June. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ática, 1984.

MORAES, Maria Lygia. *Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo, Nobel/CECF, 1985.

PINTO, Céli R. "Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas". In: SAFFIOTI, Heleieth e VARGAS, Monica. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1994.

________. "Paradoxos da participação política da mulher no Brasil". *Revista USP*, nº 49. São Paulo, 2001.

________. "Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil". In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 2002.

PITANGUI, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

PRADO, A. A. *Libertários no Brasil – memória, lutas, cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto/Unesp, 2000.

RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade – Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo, Unesp, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.

SALES *et alli*. *Feminismo – Memória e história*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 2000.

SARTI, Cintia. "Feminismo no Brasil – uma trajetória particular". *Caderno de Pesquisa*, nº 64. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1988.

SHUMAHER, Shuma e BRAZIL, Erico (orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

SOARES, Vera. "Movimento feminista – paradigmas e desafios". *Revista de Estudos Feministas*. Número especial out. 1994. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ.

________. "Muitas faces do feminismo no Brasil". In: GODIINHO, Tatau (org.). *Mulher e política – gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOUTO MAIOR, Valéria A. "A intuição feminista do *agit-prop* no teatro brasileiro em fins do século XIX. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 5, nº 3/1997. Rio de Janeiro.

TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres – um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1992.

Sites citados
www.abong.org.br
www.agende.org.br
www.cddbr.cjb.net
www.cfemea.org.br
www.fcc.org.br
www.geledes.org.br
www.redegoverno.gov/br/mulhergoverno

Crédito das imagens

- P. 14 – Acervo Iconographia
- P. 20 – Acervo Iconographia
- P. 22 – Acervo Agência F 4/Arquivo de negativos-DPH
- P. 24 – Acervo Iconographia
- P. 27 – Acervo Iconographia
- P. 29 – Acervo Iconographia
- P. 44 – Acervo Iconographia
- P. 59 – Centro Sérgio Buarque de Holanda
- P. 61 – Centro Sérgio Buarque de Holanda
- P. 63 – Retirada de *Mulher brasileira: 20 anos*, de Rosanita Monteiro de Campos (São Paulo, Copyjet Indústria Gráfica, 1988)
- P. 64 – Retirada do livro *Mulher brasileira: 20 anos*, de Rosanita Monteiro de Campos (São Paulo, Copyjet Indústria Gráfica, 1988); manifestação pela anistia, Centro Sérgio Buarque de Holanda
- P. 66 – Centro Sérgio Buarque de Holanda
- P. 73 – Acervo Iconographia
- P. 74 – Retirada do livro *Mulher brasileira: 20 anos*, de Rosanita Monteiro de Campos (São Paulo, Copyjet Indústria Gráfica, 1988)
- P. 87 – Retirada do livro *Mulher brasileira: 20 anos*, de Rosanita Monteiro de Campos (São Paulo, Copyjet Indústria Gráfica, 1988)
- P. 93 – Acervo do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
- P. 95 – Vera Siqueira/Centro Sérgio Buarque de Holanda
- P. 97 – Centro Sérgio Buarque de Holanda
- P. 100 – Céli Regina Jardim Pinto

História do povo brasileiro

Volumes já lançados

Uma história do feminismo no Brasil foi impresso na cidade de São Paulo em maio de 2003 pela Bartira Gráfica para a Editora Fundação Perseu Abramo com tiragem de 3.000 exemplares. O texto foi composto em Perpetua no corpo 12,5/15. Os fotolitos da capa e das páginas com imagens foram executados pela Graphbox e os *laserfilms* fornecidos pela Editora. A capa foi impressa em papel cartão Supremo 250g; o miolo foi impresso em papel Pólen Soft, 80 g.

Céli Regina Jardim Pinto **tem formação em história e fez doutoramento em ciência política na Universidade de Essex, na Inglaterra. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ali desenvolve suas atividades de docência e pesquisa, tendo sido coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Atualmente orienta dissertações e teses e coordena diversos projetos de pesquisa sobre as relações entre as ONGS, a sociedade civil e o Estado no que concerne à noção de participação e representação política. As ONGS feministas têm tido foco particular de atenção nestes trabalhos.**

Publicou livros e inúmeros artigos no Brasil e no exterior sobre os espaços públicos e a participação política da mulher no Brasil, além de trabalhos e livros de análise do discurso político brasileiro.

E-mail: celirjp@terra.com.br

A luta das mulheres contra todas as formas de dominação, exclusão e discriminação tem marcado decisivamente a história nos últimos séculos. Céli Regina Jardim Pinto resgata cuidadosamente neste livro a atuação de algumas das principais militantes e organizações que construíram a história do feminismo em nosso país, situando sua atuação no processo de transformação vivido pela sociedade brasileira a partir do final do século XIX.

A coleção *História do povo brasileiro* busca oferecer uma visão abrangente e alternativa da história brasileira, combinando rigor historiográfico com linguagem acessível e publicando obras de autores de reconhecida competência nos temas selecionados para cada volume.

ISBN 85-86469-83-1

9 788586 469831

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO